

A Defesa Nacional

N.º 845

SET/OUT 1972

Neste número :

- 150 Anos de Independência
- Informática, Pesquisa e Documentação no Exército — Setor Cultural
- Os Comandantes de Batalhão, de Companhia e de Pelotão de Fuzileiros, como Líderes
- Por que Devemos Lutar contra o Comunismo?
- A Carreira das Armas
- A Liderança do Marechal Bittencourt
- A Pesquisa de Recursos Minerais no Brasil
- Vocação Integracionista de Brasília

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
59.º

Rio de Janeiro, GB — Set/Out de 1972

Número
645

cat.

ÍNDICE

Págs.

150 ANOS DE INDEPENDÊNCIA — Ten Cel Art QEMA Roberto Pinheiro Klein	3
INFORMATICA, PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO NO EXERCITO — SETOR CULTURAL — Cel Art QEMA Francisco Ruas Santos	5
OS COMANDANTES DE BATALHÃO, DE COMPANHIA E DE PELOTÃO DE FUZILEIROS COMO LÍDERES — Maj Inf QEMA Osmar José de Barros Ribeiro	11
POR QUE DEVEMOS LUTAR CONTRA O COMUNISMO — Cel Art QEMA Ferdinando de Carvalho	23
A CARREIRA DAS ARMAS — Cap Art Frederico Faria Sodré de Castro	29
• INSTRUÇÃO TÉCNICA DE TIRO DE BLINDADOS PARA OFICIAIS E SARGENTOS — Cel Cav QEMA Flávio Moutinho de Carvalho	37
O APOIO DE ENGENHARIA NAS OPERAÇÕES DE SELVA — Maj Eng Antonio de Andrade Pinto	61
A LIDERANÇA DO MARECHAL BITTENCOURT — Cel Int QEMA Jessé Torres Pereira	79
SESQUICENTENÁRIO — Ten Cel Inf QEMA Euromy Dias Telles Pires	88
A PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS NO BRASIL — Ronaldo Moreira da Rocha	89
VOCACÃO INTEGRACIONISTA DE BRASÍLIA — Eng Vasco Netto	103
O GRITO — Cap Eng João Batista da Silva Fagundes	120
O ARTEFATO SIMBOLO DO BRASIL — Maj Eng QEMA Cláudio Moreira Bento	124
A ANTÁRTICA E OS DESAFIOS DO ESPAÇO — Geógrafa Therezinha de Castro, da Fundação IBGE	133
PESQUISA OPERACIONAL (III). A PESQUISA OPERACIONAL E A SEGURANÇA NACIONAL — Ten Cel Cav QEMA Paulo Emílio Silva Garcia	142
OS CEM ANOS DE UMA IGREJA CARIOCA — Maj Eng Reginaldo Moreira de Miranda	147
SUEZ — DOIS ANOS DE PAZ — Jornalista Nahum Sirotsky	151

150 Anos de Independência

Ten Cel Art QEMA
ROBERTO PINHEIRO KLEIN

DESCOBERTA no limiar do século dezesseis, a América Lusa passou mais de trezentos anos na completa dependência da Metrópole. Durante todo esse tempo a terra foi colonizada, defendida; foi alongado o conhecimento da costa e alargada a fronteira terrestre para o norte e o oeste. Foram longos anos de lutas contra a natureza hostil para a sobrevivência dos colonizadores e de lutas contra a hostilidade de outros povos que contestavam a posse da Colônia pelos portugueses.

Nessa época se forjou o espírito nativista sublimado na integração das três raças formadoras de nossa nacionalidade, simbolizadas nos vultos épicos de Fernandes Vieira, Felipe Camarão e Henrique Dias; e floresceu, também, o sentimento emancipacionista, galvanizado na figura invulgar do grande mártir da independência, Joaquim José da Silva Xavier, e tornado realidade por um príncipe português que, por um feliz capricho do destino, trazido à nossa terra, a ela e ao seu povo se afeiçoou e, em um momento de arrebatamento e coragem, livrou o Brasil de suas amarras e o fez senhor de seus destinos.

Cento e cinquenta anos são passados, praticamente a metade do tempo em que permanecemos dependentes de Portugal.

Nesta fase de Brasil Império, de Brasil República, foi hercúleo o esforço, foi tenaz o trabalho, foi persistente a vontade do povo e de seus governantes de vencer, de ser forte, de ser respeitado, de ser próspero, de ser feliz, de constituir uma grande Nação.

E é por tudo isso que, com imenso júbilo, imorredoura gratidão e profundo reconhecimento, a geração do Brasil de hoje venera e reverencia os bravos da independência, personificados todos no monarca de duas Pátrias, pelas quais lutou com igual bravura e inextinguível desprendimento, tornando livre a que de coração escolheu e livrando do usurpador, a que lhe serviu de berço.

Feliz sob todos os aspectos o pedido de nosso Governo e a resposta do Governo português em acordar que viessem os restos mortais do Primeiro Imperador do Brasil para serem guardados para sempre no monumento erguido junto ao riacho, onde, há um século e meio, foi proclamada a nossa independência; e se não bastasse a fidalguia do gesto dos nossos irmãos lusos, o fato de ficar o coração do nosso monarca, que foi Pedro IV em Portugal, na cidade do Porto, serve para tornar mais estreitos, mais fraternos, mais dinâmicos, mais coesos e indissolúveis os laços que nos unem ao povo português.

Nesta oportunidade, é justo que todos os brasileiros se associem a essa homenagem que, no sesquicentenário de nossa independência, tributamos àquele que a proclamou, sem derramamento de sangue, sem comprometer a nossa integridade territorial e permitindo-nos, assim, que permanecêssemos íntegros em nossas convicções, em nossa fé, em nossos sentimentos democráticos, em nossa inabalável certeza no grandioso destino do BRASIL.

Informática, Pesquisa e Documentação no Exército — Setor Cultural

Cel Art QEMA
FRANCISCO RUAS SANTOS
Presidente da Comissão de História do Exército
Brasileiro, do EME

NOÇÕES SIMPLES. IDÉIAS ANTIGAS, ROUPAGENS NOVAS

Informática, numa conceituação breve, porém muito significativa, é *racionalização das informações*.

Deixando ainda de lado definições às vezes conflitantes e de compreensão nem sempre imediata, conceituamos *documentação* como o *registro de fatos, idéias e símbolos por meio da escrita, do som, da imagem ou de outras formas de representação plástica*.

Em conceituação simples, *pesquisa* é a *busca sistemática de informação sobre determinado assunto ou o domínio das fontes em que ela se encontra*.

Relacionando *pesquisa* com *documentação*, temos que esta é o manancial ou acervo sobre o qual aquela exerce sua atividade.

A *informativa*, introduzida nessa inter-relação, vem a ser o processo ou meio de a pesquisa realizar sua atividade, mais pronta e economicamente.

Procurando exprimir essas relações através de imagens também simples, diríamos que, para uma *indagação* qualquer, a *pesquisa* precisa encontrar uma *resposta* correta na *documentação*, o mais breve e economicamente possível.

Quando pensamos na racionalização de todo o processo entre a *indagação* e a *resposta*, assim como da *documentação*, *estamos no campo da informática*.

Evidentemente, *documentação, pesquisa e informática* correspondem a idéias quase tão antigas quanto a história do homem. Mas, nesta, são palavras relativamente novas, especialmente informática.

É também muito óbvio que a ênfase posta na informática, último quarto de século, decorre do aumento astronômico que a documentação vem sofrendo nesse período. A ponto de se ter afirmado, em recente congresso de documentalistas, que *sem informática adequada caminhamos todos inexoravelmente para a ignorância mesmo nos campos das especializações*. Ao contrário do que ocorreria, por exemplo, na Idade Antiga, em que um filósofo podia dominar todos os conhecimentos científicos e culturais do seu tempo; e, na Idade Moderna, com o especialista, capaz de conhecer tudo no respectivo setor de atividade.

DOCUMENTAÇÃO MILITAR TERRESTRE

Consideremos algumas necessidades diárias na vida dos estados-maiores, gabinetes, tropa e quadros.

A busca de respostas mais variadas em manuais e regulamentos, e de apoio ou orientação oriundos de escalões superiores é atividade freqüente e rotineira. Onde está o documento X que trata de mobilização? Quais são os grandes comandos? Qual a conceituação e a origem da *diretriz*? Quem pode expedi-la? Um jornalista quer saber quais eram as fortificações do Guaporé. Como se fazia continência no tempo de Pedro I? Pergunta um cineasta. Onde está o manual mais recente sobre detectores de minas? Será que poderíamos arranjar *posters* com motivos de nossa história militar, para decorar o novo rancho das praças? Como contar objetivamente a história do nosso batalhão? Que devo dizer numa palestra sobre Exército e Abolição na Universidade? Onde está sepultado o Patrono da Artilharia?

Colhemos, ao acaso, *indagações* reais, que exigiram *respostas* certas e oportunas.

Aos que nos lêem devem ter ocorrido perguntas semelhantes no decorrer de sua vida militar.

Se meditarmos sobre o problema das respostas a todas essas questões, poderemos convir que algumas puderam ser pronta e corretamente dadas, outras foram insatisfatórias ou caíram no vazio.

Como quer que seja, todas implicavam em *pesquisa*, seja em nossa memória, seja na documentação militar terrestre.

INEXISTÊNCIA DE UM SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO — ENTRAVE AO ESTABELECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA DOCTRINA

Os fracassos nas respostas podem ser inteiramente creditados à inexistência de um serviço de documentação, baseado numa informática bem capacitada para recuperar toda e qualquer informação contida no acervo de documentos, publicações, monumentos e restos do passado. Damos de barato que, embora a memória individual ou de uma equipe possa ajudar na resposta, nela não mais podemos confiar.

E, se levarmos em conta que a racionalização das atividades-meio deve ser buscada a todo o transe, em proveito das atividades-fim, parece também óbvio que não podemos prescindir de tal serviço. O Ministério do Exército é, talvez, um dos órgãos da alta administração federal em que ele não está organizado em moldes adequados para atender tanto à pressão das indagações oriunda de um mundo cada vez mais ávido de conhecimento, quanto ao volume crescente das informações na era em que vivemos.

Todavia, o Exército dispõe de inúmeros órgãos essenciais num serviço de documentação: bibliotecas, mapotecas, publicações periódicas, arquivos, museus, casas históricas, filmotecas, editoras e estabelecimentos gráficos, e centenas de salas de meios auxiliares de ensino e instrução, sem falar nos computadores eletrônicos em serviço.

A força terrestre já se encontrou em situação parecida, meados da década de 40, quando se faziam sentir com mais intensidade os efeitos da motorização e mecanização. Dizia-se, então, por exemplo, para sintetizar a racionalização das atividades de motomecanização, ser preciso "criar mentalidade de manutenção".

Analogamente, e já sendo oportuno e mesmo inadiável pensar na coordenação das atividades daqueles órgãos *em termos de informática*, dizemos ser preciso criar uma atitude favorável à racionalização das informações a registrar, recuperar e divulgar, em benefício das atividades-fim da instituição militar terrestre. Traduzindo isso em expressão concreta, tanto essa atitude, como seus efeitos, *devem estar prioritariamente a serviço da doutrina e do adestramento da tropa*.

NECESSIDADES BÁSICAS

Para produzir essa mentalidade nova e, principalmente, configurar o serviço de documentação requerido pelos tempos atuais e futuros, é de bom alvitre apresentarmos algumas sugestões:

- criação de um órgão central com atribuições normativas para a implantação e o desenvolvimento desse serviço;
- sistematizar a documentação e a pesquisa com vistas ao emprego de meios de processamento e recuperação eletrônicos;
- implantar e desenvolver um centro ou banco de dados central para toda a força terrestre, capaz de absorver, devolver e divulgar todas as informações pesquisadas, utilizando meios eletrônicos de processamento, recuperação e comunicação;
- preparar, dentro ou fora do Exército, elementos capazes de pesquisar e registrar as informações contidas na documentação de interesse da força terrestre;
- apoiar as organizações militares em todos os aspectos da documentação, sobretudo na fase da implantação do serviço.

O atendimento dessas necessidades básicas poderia ser atribuído a um órgão com *status* de Diretoria, no âmbito do Departamento-Geral de Serviços.

Claro está que será necessário coordenar as atividades dessa nova diretoria com as de natureza científica e tecnológica, coordenação essa a cargo do EME.

A criação da Diretoria, a coordenação de suas atividades com outras similares e a implantação do serviço de documentação caracterizarão uma primeira fase de toda essa operação.

EVOLUÇÃO DO SISTEMA

Os resultados obtidos ao cabo desse início de funcionamento do serviço sugerirão o procedimento ulterior quanto à concepção e organização do sistema implantado. Apenas para exemplificar, poderá ser julgado mais interessante subordinar-se à nova Diretoria um arquivo, uma biblioteca, um museu e centros de reprografia, audiovisuais e divulgação *centrais*. Pode ter ocorrido que a racionalização obtida seja de tal grau que a Diretoria possa continuar apenas no seu papel normativo, de apoio técnico e de centro de processamento e recuperação de dados culturais.

RACIONALIZAR AS INFORMAÇÕES OU FOSSILIZAR O CONHECIMENTO

Muito mais importante do que a simples criação de um novo órgão, ainda que necessário, é o espírito que orientará suas atividades. Só uma força interior, capaz de dinamizar todo o sistema, poderá vitalizá-lo e fazê-lo prestar os serviços requeridos. Inversamente, quando as organizações militares começarem a dispor prontamente de informações completas, oportunas e atualizadas sobre todos os aspectos da vida militar, poderemos dizer que *nasceu o serviço de documentação*. Daí por diante, o sistema evoluirá naturalmente sob o efeito estimulante da interação do apoio prestado e do atendimento das solicitações.

Então, em funcionamento pleno os modernos recursos de processamento, recuperação e comunicação, *estaremos na era da informática no setor cultural*.

Pode parecer um sonho. Mas, se este não se concretizar, o processo de regressão nos levará fatalmente à fossilização do conhecimento ou àquela ignorância em que se encontram países, instituições e indivíduos que não se ajustarem às exigências dos novos tempos.

«O Serviço Militar obrigatório, criado sob a inspiração dos nobres ideais de Rio Branco, permite ao Estado fornecer às Forças Armadas o contingente humano adequado para que elas possam bem cumprir sua missão legal. Principal instrumento para a formação cívica e educação do povo, poderá vir a constituir-se, mais adiante, na verdadeira base do sistema de defesa contra as ações político-ideológicas desagregadoras que se manifestam, quer vindas do exterior, quer surgidas no próprio seio do território nacional».

Os Comandantes de Batalhão, de Companhia e de Pelotão de Fuzileiros, como Líderes

Maj Inf QEMA

OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO

I. INTRODUÇÃO

Em toda e qualquer organização — notadamente na militar — aquele que dá ordens deve ser, também, um líder, capaz de motivar e empolgar seus subordinados.

A importância da liderança militar, em particular nos escalões de execução, é constantemente ressaltada em todos os exércitos. O falecido Marechal Castello Branco (1) afirmava que “o brasileiro... transformava-se num combatente ardoroso, quando tinha um tenente, um capitão que estava junto de si e o puxava para a frente” e o General Sharon (2), israelense, comandante de uma Grande Unidade no conflito árabe-israelense de 1967, declarou em uma entrevista: “nossos oficiais nunca usam a expressão avante, é sempre sigam-me. É por essa razão que os oficiais constituem mais de 20% de nossas baixas”.

Embora aceita a assertiva de que, ao nascer, o indivíduo pode trazer consigo algumas das qualidades que fazem um “condutor de homens”, não menos verdadeira é a afirmação de poderem as mesmas ser adquiridas pelo esforço, pela observação, pelo estudo e pela autocritica. Na verdade, modernamente, a maioria dos estudiosos do assunto está acorde em que a hereditariedade e o meio ambiente, notadamente este último, são fatores decisivos na formação da personalidade. Ressalte-se, ainda, que mesmo nos países desenvolvidos

e apesar de todos os esforços para selecionar homens que se revelem bons líderes militares, ninguém descobriu um método de validade comprovada para fazê-lo, em contraste com o sucesso na seleção de pessoas para diversos tipos de funções específicas (inclusive no meio militar).

2. LÍDER E LIDERANÇA

Influenciar outras pessoas através de idéias e ações é uma constante nas definições de líder e de liderança. Dentro dessa ordem de raciocínio, escreve J. R. Whitaker Penteado (3): "... o líder destaca-se, aparece no grupo... Porém, isto não basta. Há um outro fator, a influência, que é a verdadeira essência da liderança pois, em um grupo, o homem capaz de influenciar os demais, é o seu líder. Esta influência vai desde o simples comando — o ato de mandar para que outros obedeçam — até a complexa inspiração — impulso que leva os homens a fazer ou deixar de fazer alguma coisa que, eles sabem, o líder gostaria que fizessem ou deixassem de fazer". Liderança, por seu turno, é definida pelo mesmo autor como sendo "a atividade de influenciar pessoas a cooperar na consecução de um objetivo que consideram, por si mesmas, desejável... É mais uma qualidade global do indivíduo que um traço de caráter". Nem de outra forma poder-se-ia explicar a ação de mando de um chefe quadrilheiro sobre seus comparsas.

As frações constitutivas dos escalões em estudo são caracterizadas pelo cumprimento de normas e regulamentos, nos quais estão previamente definidos os deveres, os direitos e as responsabilidades de cada nível de chefia. O "líder", cuja "liderança" baseia-se, unicamente, na letra fria dos textos legais em vigor e no "direito de chefia" (3) das pessoas indicadas de acordo com elas, não é um líder. Na verdadeira acepção da palavra, líder é o Comandante capaz de falar não só à razão como também ao coração de seus subordinados; é aquele cuja inteligência e habilidade em impelir os homens à ação baseia-se no conhecimento das possibilidades e das possíveis e prováveis reações de cada homem, sendo, ainda, capaz de influir sobre elas.

3. AS BASES DA LIDERANÇA MILITAR

As condições peculiares segundo as quais atuam e são empregadas as Forças Armadas, particularmente o Exército, na paz ou na guerra, pressupõem a existência, em alto grau, de três pontos de apoio, a saber: instrução, disciplina e moral. Quanto a eles, assim se referia o Marechal Castello Branco (1):

- “— A instrução dá ao homem o seu valor técnico e tático. É a base da disciplina e do moral”.
- “— A disciplina é a mola que articula os homens nas fileiras e na guerra. É a adaptação da vontade individual ao interesse coletivo. Exige confiança e respeito mútuos”.
- “— O moral é a força que mantém a dignidade humana no soldado. Vem de dentro dele mesmo, influenciada até por suas qualidades físicas. Apóia-se também no moral de seus camaradas. Com ele, o combatente enfrenta o perigo e a adversidade”.

Corroborando as assertivas deste ilustre Soldado, S. W. Roskill (4) afirma que a falta de combatividade das legiões romanas, marcando o declínio do Império, nada mais foi que um reflexo do afrouxamento da disciplina e a falta de exercício, tornando os soldados menos capazes e menos dispostos para suportar as fadigas do serviço militar.

A guerra moderna, dispersando por grandes áreas os efetivos em confronto, nada mais fez que ressaltar a enorme importância da disciplina e do seu fundamento mais elementar: — a obediência. Esta obediência, contudo, antes de eximir, impõe a cada homem o dever de ser capaz de pensar por si mesmo e ter, em última análise, iniciativa para agir — embora sozinho — segundo as diretrizes de seu comandante imediato — Daí, poder-se concluir com relação às bases da liderança militar:

- a instrução deve ensinar ao homem que as dificuldades, as fadigas e mesmo os perigos, devem ser su-

portados com coragem e estoicismo, com vistas ao cumprimento da missão recebida; deve, ainda, indicar qual a melhor forma de empregar seu equipamento e armamento nesse sentido;

- a disciplina consciente infunde ao soldado confiança nos superiores e camaradas e permite desenvolver, em cada um, acentuada capacidade de iniciativa no quadro das ordens recebidas;
- o moral reside nos sentimentos de orgulho e de honra que todos devem sentir por estarem, efetivamente, participando da concretização de um objetivo comum, ao qual atribuem valor e importância.

Cabe, aqui, uma pergunta: as derrotas italianas nas areias da África no Norte e, mais recentemente, os reveses egípcios no Sinai, não serão uma confirmação da assertiva de Roskill (4), segundo a qual “todas as unidades militares são deficientes em força, na proporção em que são deficientes em disciplina”?

4. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO LÍDER

Extremamente fastidioso seria enumerar, segundo os diferentes autores, aquelas qualidades formadoras do líder. Além disso, seria impossível enumerar essas qualidades sem um grau maior ou menor de arbitrariedade, tantos são os fatores de ordem pessoal que, necessariamente, influenciam sua escolha.

Os israelenses dão grande importância, em combate, ao exemplo e à capacidade de doutrinação por parte dos seus comandantes.

O Marechal Rommel, por todos conhecido e admirado como chefe militar, enfatizava a iniciativa, a capacidade de improvisação, a tenacidade, o exemplo, a confiança mútua.

O Coronel norte-americano S. L. A. Marshall ressalta a necessidade de solidariedade, de iniciativa, de lealdade, de

correção no trato com os subordinados, de coragem moral e física, de dedicação aos seus subordinados, de sentimento de justiça, de inteligência criadora, de capacidade física e de respeito à dignidade humana.

E, assim, bem mais extenso poderia ser o relacionamento dos indicativos ou, se quiserem, das características de um verdadeiro líder. Aqui, vale ressaltar o fato de muitas delas serem desdobradas em dois, três ou mesmo mais aspectos, conforme o autor.

O oficial da Infantaria é, basicamente, um condutor de homens e deve aliar a capacidade de comando — na paz ou na guerra — à “compreensão aprofundada do elemento que faz a guerra” (1) — o homem, seu principal instrumento de trabalho e de combate. É, ainda em Roskill (4) que se vai encontrar a razão de tantas qualidades serem exigidas de um líder. Diz o autor: “Todo o treinamento e educação do líder objetivam, naturalmente, prepará-lo para arcar com as responsabilidades do comando na guerra, pois, quando as coisas não vão bem, ocorrerá uma hesitação repentina em que os homens param e olham para ele. Ninguém falará; eles somente param, olham e exigem comando. Sua coragem está em depressão; o líder tem de fazê-la elevar-se novamente e isto é fácil. O líder nunca se sentirá mais sozinho do que em uma situação como esta”.

Isto posto, pode-se dizer que as características básicas de um líder são as seguintes: capacidade de dar o exemplo a seus subordinados, coragem física e moral, espírito de iniciativa, lealdade, conhecimento profissional, dedicação, autoridade.

— Capacidade de dar o exemplo

Há um aforismo que diz: “as palavras conduzem, os exemplos arrastam”. Talvez seja o exemplo a mais importante das características de um comandante e, sem dúvida, deve constituir-se em constante preocupação, quer em serviço, quer em sua vida particular.

Rommel foi um mestre quanto a este aspecto e nas "Memórias" (5) há uma afirmação que serve para ilustrar sua maneira de conduzir-se: "Há sempre momentos em que o lugar do comandante não se situa à retaguarda, com o Estado-Maior, mas sim à frente, com os seus homens... Quanto mais elevado for o posto, maior será o efeito do exemplo". Um evento, ocorrido na África do Norte e citado no mesmo livro, dá a medida em que o exemplo influi, até mesmo no moral da tropa (trata-se de uma observação referente à conduta dos italianos): "Um fato particularmente nocivo era a diferença existente entre o oficial e o soldado. Enquanto estes eram obrigados a deslocar-se sem cozinhas de campanha, os oficiais, ou muitos deles, recusavam-se ativamente a abandonar suas refeições de muitos pratos".

No livro "Homens ou Fogo" (6), pode-se encontrar uma enorme quantidade de comentários e fatos que nada mais fazem a não ser ressaltar, ao máximo, a importância do exemplo. Entre outros, os seguintes são bem significativos:

"— Nunca um líder desapontará sua tropa (nem sofrerá desapontamento vindo dela) pelo fato de comandá-la dentro das normas da vida disciplinada. Quanto mais o comandante tiver a aparência e agir como um soldado, mais será apreciado por eles, entretanto, será traído por essas características, desde que não tenha real habilidade no lidar com os homens."

"— O medo é contagioso, mas a coragem não o é menos. Para o homem que está atemorizado e sucumbido ao pânico, nenhuma influência pode ser mais alentadora que o poder ver, em suas proximidades, um outro homem que mantém o autodomínio e cumpre o seu dever."

Finalmente, do mesmo autor, encontramos a afirmação feita pelo Tenente Robert W. Rideout, após o ataque levado a cabo pela Companhia que comandava contra o ponto forte de Kergonant, no dia 8 de setembro de 1944:

"— Meus homens me conhecem bastante para confiarem em que quando permaneço à retaguarda é para o bem da

Companhia e não para me poupar." A verdade desta afirmação foi provada, tempos depois, quando o Ten Rideout, à testa de sua Subunidade, foi morto em combate.

Assim, pode-se dizer, sem receio de incorrer em erro, que o exemplo é a pedra de toque da liderança, pois jamais, em tempo algum, houve o caso de um oficial, incapaz e irresponsável, transformar seus homens em soldados, verdadeiramente dignos deste nome.

— Coragem física e moral

Voltando a Roskill (4), diríamos que "a coragem moral é um ingrediente absolutamente essencial da liderança. Há uma relação evidente entre a coragem moral e a verdade, pois esta é a integridade e a inverdade está sempre próxima da covardia moral. Há, com certeza, uma relação entre a coragem física e a moral; mas, considerando que o possuidor da última nunca será encontrado com deficiência da primeira, não acho que a recíproca esteja, de qualquer modo, tão garantida".

Contudo, não se deve confundir coragem moral com obstinação; enquanto aquela significa o "destemor da responsabilidade, a coragem das convicções, o desprezo à crítica desonesta ou suspeita" (7), esta significa manter uma decisão ou mesmo uma forma de pensar e agir, quando mais corajoso seria admitir o erro. Em verdade, somente o verdadeiro líder será capaz de fazer a distinção entre elas e isto, indubitavelmente, exige uma acentuada dose de honestidade interior. A coragem moral, em verdade, é um aprendizado que tem início bem cedo, sendo provada em pequenas decisões e atitudes, vezes sem conta, antes que haja necessidade de demonstrá-la em ocasiões decisivas.

Um importante componente da coragem moral é o amor pela responsabilidade, uma vez que liderar significa, também, a capacidade de assumi-la. Atribuir aos subordinados a responsabilidade por um insucesso é típico dos falsos líderes. Nas vitórias, todos disputam a paternidade do êxito, mas é nos momentos de infortúnio que os verdadeiros líderes mostram a medida de sua grandeza moral.

— Espírito de iniciativa

Ainda Rommel, em suas "Memórias", faz duas citações com referência a esta qualidade:

"— Os oficiais... devem aprender a pensar e agir independentemente, dentro do esquema de um plano geral, e não a esperar até receberem ordens."

"— O poder de improvisação dos comandantes e das tropas foi chamado a desempenhar papel fundamental..."

Na guerra moderna, mais que em qualquer outra época, a manutenção da iniciativa durante o combate veio a tornar-se uma necessidade imperiosa, não poucas vezes sobrepondo-se, inclusive, à rígida observância da disciplina.

Em verdade, por mais crítica que possa ser uma determinada situação, em tempo de paz ou de guerra, sempre alguma coisa será feita por um comandante dotado de espírito de iniciativa e que não esteja disposto a abandonar a missão que lhe foi dada.

— Lealdade

Esta é uma qualidade básica, não só no trato com os superiores e pares, como também nas relações com os subordinados. Quanto às relações líder-liderados, trata-se de compreender verdadeiramente a estes e ganhar sua inteira confiança. Um comandante que lute, por todos os meios, para subir no conceito dos superiores à custa dos subordinados, nada conseguirá no terreno da liderança, salvo o desdenhoso desprezo de seus homens. Sendo uma das qualidades essenciais do líder, este deve demonstrar possuí-la antes mesmo de tentar pregá-la aos seus comandados, pois, "a doutrina de uma lealdade cega ao chefe é dogma militar egoísta e fútil, exceto quando valorizado por uma lealdade ainda maior, da parte de todos, para com a verdade e a decência" (6). A lealdade de um homem jamais será obtida pela coação, e sim conquistada pelo exemplo e pelo reconhecimento da dignidade da pessoa humana.

— Conhecimento profissional

Qualquer que seja o escalão considerado, as atribuições do líder são as seguintes, segundo Henry Fayol:

- Prever
- Organizar
- Comandar
- Coordenar
- Controlar

Este conjunto de encargos varia de intensidade conforme o grau hierárquico do indivíduo, mas existe em todos eles. Assim, o líder deve possuir um elevado conhecimento profissional a fim de poder empregar, segundo as melhores condições possíveis, os homens e o material de que dispõe. Um comandante que, por deficiência de conhecimentos profissionais, emprega mal sua tropa, perde por completo a necessária confiança de seus homens e em breve ver-se-á à testa de um conjunto totalmente desmoralizado. Neste caso, nada conseguirá de sua tropa, por mais elevadas que sejam suas demais qualidades, pois os subordinados sentem e pagam um elevado preço pela incapacidade do chefe.

— Dedicção

Esta qualidade significa que o líder deve ter condições — físicas e morais — para entregar-se, inteiramente, ao cumprimento do seu dever. Sua existência no chefe reflete-se, em seguida, nos subordinados, criando um laço de simpatia mútua no grupo. Para o líder, “só existe um único processo de liderar: servir. O líder serve os que se colocam sob suas ordens” (3). Aqui, o “servir” nada mais é que um sinônimo de “dedicar-se” pois, em qualquer escalão, o comando é uma responsabilidade e não uma prerrogativa e a lealdade dos subordinados dificilmente será dada a um chefe que — os homens o sentem — a eles não se dedica.

— Autoridade

Sem dúvida, a autoridade é um fator indispensável ao exercício da liderança e pode ser definida como sendo "o poder de impor a vontade e o direito de exercê-la. É o poder legal, o direito de comandar — direito pelo qual os chefes podem exigir obediência dos subordinados" (3). Contudo esta autoridade, embora respaldada em textos legais, não possui por si só condições para subsistir, caso não esteja apoiada em bases mais sólidas, em bases morais. A autoridade lastreada desta forma dá-se o nome de autoridade moral e deriva, sobretudo, da aceitação, por parte do líder, do fato de que comandar é tão digno quanto obedecer e perante o alto sentido ético que deve nortear as relações superior-subordinado, ambos são iguais em seus direitos face ao dever comum, dotados que são dos mesmos atributos da dignidade humana. Ao líder compete estar permanentemente preocupado, não só em dar o exemplo no cumprimento das disposições regulamentares, como também de impô-lo a seus homens com firmeza e justiça.

Em verdade, um chefe débil, quanto ao princípio de autoridade, acaba por desgostar a tropa sob seu comando.

5. OS COMANDANTES DE PELOTÃO, DE COMPANHIA E DE BATALHÃO, COMO LÍDERES

Em face ao anteriormente exposto, é possível concluir que as características de liderança apontadas são necessárias em todos os escalões, do Pelotão ao Batalhão. Tão-somente os métodos, através dos quais são postas em prática, variam.

Embora no dia a dia isto não seja tão nítido, pode-se dizer que o comandante de Pelotão põe em prática uma "liderança pessoal", exercida por meio de frequentes contatos pessoais, à viva voz. É a liderança de pequenos grupos, direta e em pequena escala. Já no Batalhão surge o que poderia ser chamado de "liderança de organização", ou seja, aquela exercida sobre muitos liderados, através de uma cadeia de comando definida. A Companhia, no caso, surgiria como

representando o meio-termo, havendo nela um acentuado equilíbrio entre os dois tipos de liderança.

A liderança do comandante de Pelotão é, basicamente, de execução, na medida em que ele deverá ser capaz de fazer tudo aquilo que exige de seus homens, de sorte que estes o considerem capaz de bem comandá-los em qualquer emergência. Já nos dois outros escalões, embora esta capacidade seja altamente desejável, haverá menos ocasião de pô-la em prática.

O seguinte trecho de um discurso proferido por Rommel, em 1938, na Escola Militar de Wiener Neustadt, quando da formatura de uma turma de oficiais, dá uma segura orientação à conduta dos líderes de todos os níveis da hierarquia militar: "Sede um exemplo para vossos homens. Nunca vos poupeis de suportar as fadigas e as privações. Agi sempre com tato e compreensão e ensinai aos vossos subordinados a comportarem-se do mesmo modo. Evitai a rudeza excessiva da voz que, normalmente, assinala um homem que procura esconder os próprios defeitos" (5).

Sobretudo, é necessário guardar que a liderança, em última análise, é um somatório de valores morais e espirituais, orientados para a integral dedicação ao cumprimento do dever militar, a abnegação e a lealdade, visto que apenas o comandante capaz de dedicar todos os seus pensamentos ao cumprimento da missão e aos seus soldados, é capaz de torná-los dedicados, abnegados e leais.

Em última análise, do comandante de Pelotão ao comandante de Batalhão, em escalas diferentes, exige-se que, basicamente:

- se dedique, de corpo e alma, à sua missão e aos seus subordinados;
- pautе suas ações dentro da mais rigorosa justiça;
- respeite a dignidade humana de seus subordinados;
- possua coragem moral, iniciativa e capacidade profissional.

6. CONCLUSÃO

A liderança, qualquer que seja o prisma sob o qual a encaremos, está fundamentada no valor dos chefes e em sua capacidade de motivar seus homens. A tropa de Infantaria sofre, mais que as outras, pela força mesma de sua destinação, as tensões do campo de batalha. Para resistir a elas é imprescindível que possua um elevado valor moral e este, por sua vez, guarda íntima relação com o grau de liderança dos oficiais que a comandam pois, como o afirmou o Coronel S.L.A. Marshall, é um erro acreditar que a riqueza, os recursos materiais e a capacidade industrial de uma nação sejam as origens reais de seu poder militar. Na guerra, o importante é a peça e, em última análise, cada ação, qualquer que seja sua amplitude, é decidida pelo que acontece na linha de frente, onde os homens correm o risco final entre a vida e a morte.

Assim, ao anônimo tenente, ao desconhecido capitão e ao pouco lembrado comandante de Batalhão de Infantaria, à capacidade de liderança de cada um, no momento decisivo da execução de uma manobra brilhantemente arquitetada estará, sem dúvida, entregue a sorte da batalha.

BIBLIOGRAFIA

1. MARECHAL CASTELLO BRANCO — Seu Pensamento Militar — ECME (1968).
2. SEIS DIAS DE UMA GUERRA MILITAR — Randolph & Winston Churchill — Bibllex (1968).
3. TÉCNICA DE CHEFIA E LIDERANÇA — J.R. Whitaker Penteadó — Biblioteca Pioneira de Administração e Negócios (1965).
4. A ARTE DA LIDERANÇA — S.W. Roskil — Zahar Editores (1967).
5. MEMÓRIAS DE ROMMEL — Livraria Editora (1962).
6. HOMENS OU FOGO — Coronel S.L.A. Marshall — Bibllex (1959).
7. NOÇÕES SOBRE LIDERANÇA — CC Fernando Achilles de Faria Melo — Imprensa Naval (1959).
8. LIDERANÇA E DINÂMICA DE GRUPO — George M. Beal, Joe M. Bohlen, J. Neil Raudabaugh — Zahar Editores (1967).
9. CHEFIA: SUA TÉCNICA E SEUS PROBLEMAS — Wagner Estelita Campos — Imprensa Nacional (1947).
10. ENSAIO SOBRE A PSICOLOGIA DA INFANTARIA — Ten Cel Bouchacourt — Bibllex (1951).
11. A ARTE DE COMANDAR — André Gavet — Bibllex (1958).

Por Que Devemos Lutar Contra o Comunismo

Cel Art QEMA
FERDINANDO DE CARVALHO

1. O IMPERIALISMO SOVIÉTICO

O crescimento do Império Soviético é um dos fenômenos mais impressionantes da era moderna. A Rússia tem sido derrotada em muitas guerras, mas jamais perdeu uma fração de seu imenso território. Pelo contrário, a projeção geográfica da política russa, desde muitos séculos, é a de uma gradual e incoercível expansão que absorve paulatinamente os seus vizinhos como a mancha de óleo que se espalha em um tecido absorvente.

Quais as razões desse fato?

Será a revelação de uma cultura superior? Ou será o objetivo determinado de uma mentalidade dominadora?

A história do Estado Russo é, em seu conjunto, uma sucessão interminável de tiranias. Seguramente, nenhum povo tem sofrido tanto a opressão através dos séculos, como o povo soviético. A

revolução comunista só pode ser compreendida no contexto de um sombrio cronograma da mais longa escravidão da História.

Façamos um sintético retrospecto.

O que se chama hoje União Soviética é, na realidade, um conjunto de mais de 180 nacionalidades e grupos étnicos, falando uns cento e cinquenta dialetos bastante diversificados. Esse país é o mais extenso do globo. Compreende aproximadamente 22 milhões de quilômetros quadrados, a sexta parte das terras habitadas do planeta. Tem uma superfície de mais ou menos 2,5 vezes a área do Brasil. Sua população é de 250 milhões de habitantes, correspondendo a uma densidade média semelhante à brasileira.

Os russos representam pouco mais da metade da população total do país que abrange ucranianos, cossacos, tártaros, armênios e outros povos numerosos de di-

ferentes origens, desde a mongólica oriental até a eslávica, proveniente de tribos asiáticas e europeias.

A maior parte do mundo soviético tem ascendência eslávica. São tão dispersos e muitas vezes tão isolados os grupos populacionais que muitas colônias ficavam sem quaisquer ligações com o resto do país durante vários anos.

As tribos eslavas estabeleceram-se inicialmente nas margens dos rios Dnieper, Don e Vistula, provavelmente antes da era cristã.

Os bárbaros germanos, melhor organizados, atacaram e submeteram essas tribos. Nessa época, os eslavos eram aprisionados e vendidos como escravos no Império Romano. Daí a origem do termo escravo que provém do baixo latim "sclavu", que significa eslavo. A língua inglesa guardou mais fielmente essa tradição (slave).

Durante nove séculos sofreram esses povos sucessivas invasões de germanos, hunos e viquingues.

No século X, dois monges da Igreja Ortodoxa de Constantinopla propagaram o cristianismo e adaptaram o alfabeto grego para a língua eslávica, traduzindo uma Bíblia para essa língua. Desse fato se origina o atual alfabeto russo.

No século XIII, Gengis Khan, comandando uma horda de ferozes mongóis e tártaros, invadiu a Rússia. Eram guerreiros primitivos e ignorantes que só conheciam a violência. Quando uma aldeia resistia a seus ataques,

massacravam impiedosamente os habitantes, sem poupar velhos, crianças ou mulheres.

Exigiam dos russos grandes contribuições em dinheiro ou em peles. Durante dois e meio séculos escravizaram o país. Após esta amarga dominação, começaram os russos a repelir progressivamente os mongóis.

No início do século XVI, os russos conseguiram expulsar as últimas tribos tártaras. Subiu ao trono Ivan IV, cognominado o Terrível, que expandiu o reino e, como seu nome indica, caracterizou-se como um tirano sanguinário. Possuía uma poderosa polícia secreta e mandava matar a todos os seus opositores. Sua palavra era a lei e a sua concepção despótica do poder do Estado sobre os indivíduos até hoje se reflete na Rússia Soviética.

Vários sucessores da chamada dinastia dos Romanof desfilaram no trono russo. O mais famoso deles foi Pedro, o Grande, que atacou a Suécia e levou o domínio russo ao Báltico. O sonho de Pedro, o Grande, era o que ele chamava "abrir os olhos da Rússia para a Europa", isto é, estabelecer uma ligação efetiva com a Europa Ocidental.

Nessa época, os costumes mongóis predominavam no seio da massa humilde. Através de medidas radicais, Pedro, o Grande, procurou introduzir hábitos europeus. A construção de São Petersburgo, hoje Leningrado, foi um exemplo de terrível crueldade. A cidade foi levantada sobre uma região pantanosa, por trabalhadores escravizados que mor-

riam às centenas nos locais de trabalho para onde eram levados como gado, sem nenhuma assistência ou recurso.

Pedro, o Grande, criou o costume de enviar para a Sibéria os prisioneiros políticos e criminosos para trabalhar nas minas. Realizou grandes reformas, fundando academias, abrindo estradas, desenvolvendo a ciência, e preocupando-se até com o vestuário popular.

Entretanto, passado o seu reinado, o povo russo não havia na realidade progredido muito e os arraigados hábitos retornaram. Um escritor da época dizia:

“Quarenta anos se passaram, apenas os cumes receberam a luz do Ocidente, os vales imensos jazem ainda nas sombras do passado.”

Entre os czares e czarinas que sucederam a Pedro, o Grande, destaca-se Catarina, a Grande, imperatriz, esposa do czar Pedro III, ao qual mandou eliminar. Catarina permaneceu trinta e cinco anos no trono russo e, tirando partido das divergências entre a Áustria e a Prússia, conquistou grande parte da Polónia, Bielorrússia e Lituânia, anexou a Crimeia e a Geórgia, completou a absorção da Sibéria e estendeu os seus domínios até a Mongólia.

Entre 1812 e 1813, a Rússia foi invadida por Napoleão Bonaparte que capturou Moscou. Derrotado pelo inverno e pela escassez de viveres, Napoleão foi obrigado a retirar-se. Seu exército de meio milhão de homens foi quase totalmente perdido.

Essa invasão teve, entretanto, grande influência na evolução da Rússia. Os soldados e oficiais que voltavam da guerra procuraram exprimir o seu descontentamento em uma fracassada revolta.

Essa insurreição foi o início das manifestações de insatisfação do povo russo, submetido à feroz opressão dos czares.

A medida em que escravizavam os seus povos, mais se avançavam os governantes russos em suas ambições de estender os seus domínios. Nicolau II, filho de Alexandre III, que viveu em constante temor dos terroristas, assassinos de seus pais, conseguiu da China permissão para levar a Estrada de Ferro Transiberiana, através da Manchúria, até Porto Artur no Mar Amarelo.

O Tratado de Pequim em 1860, imposto aos chineses, reconheceu a soberania russa em todo o território a nordeste do Rio Amur e em toda a costa até Vladivostok, incluindo direitos de comércio na Mongólia e no Turquestão chinês. A ilha de Sacalina foi tomada em 1875. Os japoneses que controlavam a Coreia, e se sentiram ameaçados com o avanço russo, atacaram, sem aviso prévio, a esquadra russa e a destruíram em Porto Artur. Sucessivas derrotas na guerra que se seguiu e o humilhante tratado de paz a que se submeteu, abalaram o poder do czar e deram origem a desordens e levantes populares.

Em São Petersburgo as tropas de Nicolau II dissolveram a bala uma passeata de operários, com mulheres, velhos e crianças. As

ruas ficaram ensangüentadas e cheias de cadáveres.

Na primavera de 1905, as revoltas populares foram crescendo. Em julho, os marinheiros do couraçado "Potemkin" se rebelaram, fuzilando os oficiais e içando a bandeira vermelha da revolução.

Apesar da violenta repressão, levantes de operários e soldados surgiram em numerosas cidades.

Lenine, que estava exilado em Genebra, regressou à Rússia para incentivar a revolta.

Em dezembro, desencadeou-se violenta insurreição em Moscou. Levantaram-se barricadas nas ruas. Dominado o movimento, foram fuzilados ou enforcados milhares de pessoas. Outros milhares sofreram torturas e prisões.

O czar dissolveu a Assembléia (Duma) e mandou prender e deportar para a Sibéria grande parte dos seus membros.

Lenine retornou para a Europa Ocidental, a fim de aguardar dias mais favoráveis.

Nova fase de agitações revolucionárias ocorreu em 1912. Nessa época, os bolchevistas, sob a liderança de Lenine, separaram-se dos mencheviques e fundaram o Partido Operário Social-Democrata (Bolchevista) que, posteriormente, recebeu a designação de Partido Comunista (Bolchevista) da União Soviética.

Havia um outro grupo revolucionário, chefiado por Trotski, chamado Bloco de Agosto, que fundou o jornal Pravda, editado

em Viena e enviado secretamente para a Rússia e para toda a Europa.

Em 1914, eclodiu a 1ª Guerra Mundial. A Rússia ingressou no conflito junto aos aliados, mas uma sucessão de derrotas diante dos alemães desmoralizou os seus exércitos e levantou nova onda subversiva.

Nessa época, a corte de Nicolau II era dominada por Rasputin, monge taciturno e devasso que exercia tremenda influência política. Depois de seu assassinato, agravou-se a situação. Conspirações, levantes, manifestações populares se sucediam e se propagavam como incêndio em mata seca. Contaminaram as forças armadas que se sublevaram.

Em março de 1917, ocorreu a queda do czar. A revolução socialista marchava inflexivelmente.

Como costuma ocorrer em quase todas as revoluções, os comunistas não participaram do movimento em seu desencadear. Conforme diz Straus Hipé, os comunistas nunca iniciam a revolução. São realmente os grandes "proveitadores" das revoluções iniciadas por outrem.

Quando o Czar foi deposto a 12 de março de 1917, a maioria dos líderes comunistas estava fora do país. A revolução resultou da deterioração de grandes agitações e movimentos grevistas, com a adesão das forças armadas.

O Czar, preocupado com os problemas da guerra, subestimara a questão interna. A 15 de março

a Assembléia estabeleceu um novo governo, enquanto a família real em fuga, apesar de autorizada sigilosamente pelos novos ministros a retirar-se, foi presa, no trem em que viajava, por ordem do Soviete que disputava o poder com a Assembléia (Duma). A Duma perdeu o prestígio e acabou por cair. Kerenski, nomeado Ministro da Guerra, passou a ser a pessoa mais poderosa do governo.

Todavia, as derrotas sofridas na frente de batalha, com o aniquilamento quase total das forças russas, fez decair o prestígio desse governo. A Alemanha, preocupada com a frente ocidental, não pôde aproveitar o êxito dessa vitória, Lenine regressou do exílio, viajando com o auxílio da própria Alemanha. Lançou a palavra de ordem de que nenhum auxílio devia ser dado ao governo, mas que todo o poder devia ser entregue ao Soviete.

As agitações cresceram, Trotski uniu-se a Lenine, discordando, porém, quanto ao início da revolução armada bolchevista.

Nos últimos dias de outubro, o Soviete reuniu-se e deu a "palavra de ordem" da insurreição. Foram os dez dias que abalaram o mundo. A 7 de novembro o Comité Militar Revolucionário de Petrogrado anunciou a derrubada de Kerenski e a tomada do poder.

Em todo o território do país assinalaram-se lutas e agitações inumeráveis. Tropas inglesas e francesas desembarcaram no norte da Rússia, mas apesar do apoio dos contra-revolucionários

russos, a intervenção fracassou inteiramente. Consolidou-se a revolução comunista. Em dezembro de 1922 fundou-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que hoje abrange 16 repúblicas federativas.

Instalou-se no país uma violenta ditadura apoiada num poder policial ilimitado. Apesar de derrotada, ensangüentada e sofrida, a Rússia continuava, porém, a expandir-se.

Com a morte de Lenine, pensou-se que seu sucessor seria Trotski. Mas o taciturno Stalin que bajulava Lenine, embora sem conquistar-lhe a simpatia, empolgou o poder. Um ambiente de terror espalhou-se por todo o país. Trotski foi desterrado e assassinado. Kamenev foi executado com um tiro na nuca. Zinoviev foi também preso, torturado e fuzilado. Kirov foi assassinado.

O expurgo militar durou vários anos. Foram fuzilados a maioria dos generais, coronéis e mais de 30.000 oficiais de patente inferior.

A Rússia envolveu-se em uma muralha de isolamento, na qual ninguém penetrava e da qual ninguém saía. Estabeleceu-se um regime de escravidão e opressão, baseado numa eficiente e sangüinária polícia secreta. O Chefe de Polícia Béria foi o grande diretor dessa inglória faina.

Uma ofensiva comunista desencadeou-se no mundo inteiro, através da ação dos Partidos Comunistas. Em vários países, inclusive no Brasil, irromperam insurreições com o objetivo de empolgar o poder.

O Comintern era a agência orientadora do Comunismo Internacional.

Durante a época do estalinismo, a União Soviética invadiu a Finlândia, alegando um motivo fútil. A Polónia foi repartida entre a Rússia e a Alemanha Nazista. A União Soviética anexou os três países bálticos (Letónia, Estónia e Lituânia). Muitos dos habitantes desses países foram deportados para a Sibéria. Não

precisamos recordar aqui a expansão soviética após a 2ª Guerra Mundial, através da satelitização de várias nações europeias.

O expansionismo da URSS é atualmente o fenómeno decorrente da universalidade da ideologia comunista, criada por um judeu alemão que paradoxalmente não apreciava os russos, que deles desconfiava e que jamais pensou no desfecho das idéias que engendrou.

(Continua no próximo número)

"O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do Criador."

RUY BARBOSA

A Carreira das Armas

Cap. Art.
FREDERICO FARIA SODRÉ DE CASTRO

*"Não existe fracasso para o homem
que nunca se considera vencido."*

EMERSON

1 — INTRODUÇÃO

Uma questão que se debate em alguns círculos nacionais é se os Exércitos representam um elemento socialmente construtivo ou destrutivo na vida de uma nação ou de uma civilização. Vemos, portanto, que o papel representado pela carreira das armas na sociedade é objeto de considerável debate. O soldado, além de defender-se nos campos de batalha, tem também de defender seus conceitos de profissionalismo contra uma ampla variedade de críticos da vida militar.

Se nos voltarmos para a História veremos que, desde as priscas eras, a força física, ou sua ameaça, tem sido ampla e incessantemente aplicada na solução dos problemas sociais. Ela se mantém como um elemento indispensável na estrutura social. A história mostra que, à medida que uma sociedade se torna mais organizada, a aplicação da força física torna-se mais ordenada. A necessidade dessa força é um fator de grande importância, mesmo nos dias atuais.

Uma sociedade em que não há possibilidade de se recorrer à força, seja para o bem comum ou contra ele, seja para vantagem individual ou contra ela, não é concebível enquanto o homem continuar sendo o que é.

A função da carreira das armas é o emprego ordenado da força na solução de um problema social. Desde tempos imemoriais, os homens pegaram em armas para lutar contra seus semelhantes. A pro-

fissão, em algumas épocas e em alguns lugares, chegou, no que respeita à dedicação, a ter um caráter quase sacerdotal, encerrando um profundo aspecto vocacional.

O manejo das armas tornou-se também uma profissão, não somente num sentido amplo, mas também num sentido mais restrito de uma ocupação com um conjunto nitido de conhecimentos e doutrinas especificamente técnicas. Possui, mais ou menos, uma coesão exclusiva de grupo, um conjunto de instituições que lhe são peculiares, um molde educacional adaptado às próprias necessidades e uma carreira estrutural própria na sociedade que a criou.

O Professor Muhammad Mujeeb, em Nova Déli, analisou o papel dos Exércitos na história, citando o economista alemão Werner Sombart: "No princípio era o Exército". Mostrou ele que os Exércitos têm sido o principal meio de troca no "processo de enxerto recíproco de povos, culturas, técnicas e idéias, ao qual devemos a maior parte do progresso que fizemos".

Afirmamos que um conflito armado "pode ser um meio de colocar à prova os sistemas sociais e políticos e de injetar vitalidade naqueles que se fossilizaram", sugere o Professor Mujeeb que é possível distinguir entre guerras com a natureza de operações cirúrgicas praticadas em sociedades incapazes de satisfazer às condições de sobrevivência, e guerras puramente destrutivas. Disse ele: "As ambições imperialistas de Alexandre, o Grande, influenciaram a história do mundo tornando os povos da Ásia Ocidental e do Egito herdeiros da cultura grega; os feitos militares de Tamerlão são o registro de uma destruição implodosa, sem qualquer propósito".

Esta análise tem valor para o profissional militar, pois é importante que ele não aceite o estereótipo dos Exércitos como forças destrutivas.

O lugar do Exército na vida nacional foi uma controvérsia na França durante a maior parte dos séculos XIX e XX. Na União Soviética, os quadros militares profissionais há muito tempo são olhados com suspeita pelo Partido Comunista. Para os estudiosos, nos países latino-americanos, constitui ponto de discórdia se os Exércitos são instrumentos da ordem ou da desordem.

No que diz respeito ao Brasil, a questão do lugar das Forças Armadas na Sociedade parece bem definida, pois a ação controladora dessas forças manifestou-se poucas vezes na vida política do país; todas com oportunidade e exação. Na abdicação, na Proclamação da República, na deposição de Vargas e João Goulart. Em todas não se derramou o sangue de irmãos. Forças serenas, magnânimas, conscientes, deram ao Brasil o mais belo exemplo de sua História.

2 — ANTECEDENTES HISTÓRICOS

2.1 — Antiguidade Clássica

a) Grécia

Da antiguidade clássica, a Grécia é tomada como ponto de partida para o estudo de História Militar porque foram os seus povos que, por suas qualidades espirituais, intelectuais e morais, lançaram os fundamentos racionais de toda a cultura universal, inclusive de Arte Militar.

Foram os gregos que organizaram, pela primeira vez, Exércitos animados de espírito patriótico, recrutados, equipados e instruídos com regularidade. No século VIII A.C., Esparta e Atenas, e também outras cidades-estados da Hélade, já tinham tropas com organização permanente, o que não ocorria com as demais nações daquele tempo. Em virtude dessa maior capacidade militar, os gregos conseguiram resguardar para a posteridade uma base de conhecimentos científicos e filosóficos tão sólida que, até hoje, com dificuldade encontramos algo na civilização que não provenha do seu legado.

As instituições militares, acompanhando de perto a evolução político-social dos povos, atingiram na Grécia notável importância. Esparta foi a cidade onde mais se acentuou o valor militar dos gregos, pois inclinada à prática constante dos esportes, a educação militar era objeto de grande cuidado. Em Atenas, o povo mais inclinado às ciências e às artes, não se rivalizava na guerra com os espartanos porém, mais inteligentes, supriam as deficiências com melhor organização.

O serviço militar era obrigatório para todos os cidadãos livres aos quais cabia o privilégio de defender a pátria. Aos dezoito anos os gregos iniciavam a prestação do serviço, engajando por 2 anos e passando, após, para a reserva. Até os 45 anos poderiam ser convocados a qualquer momento para operações no exterior e, até os 60 anos para a defesa de sua cidade. É interessante constatar que apenas no século XIX outros povos apresentariam um sistema de recrutamento semelhante.

O treinamento militar começava já na infância e, em certas cidades, a seleção seguia-se imediatamente ao nascimento, sendo as crianças fracas ou defeituosas eliminadas sumariamente. A prática de esportes e pesados exercícios físicos, a par de sérias competições em público, facilitavam a formação dos soldados. Havia rigorosa disciplina tanto na paz como na guerra.

Para dirigir o Exército, a Assembléa elegia um certo número de "estrategos" — 10 em Atenas — escolhidos entre cidadãos competentes. O Conselho de Guerra era formado por esses cidadãos que

exerciam, alternadamente, o Comando Supremo. Essas constantes e rápidas substituições de comandantes, embora causassem sérias dificuldades na conduta das operações, tinham por fim evitar que certos chefes usassem o prestígio pessoal para lesar as instituições democráticas.

b) *Macedônia*

A Macedônia era um pequeno reino situado a nordeste da Grécia com a qual possuía acentuada afinidade de raça e língua. Projetou-se na história devido aos feitos de Felipe e Alexandre, dois grandes soberanos e soldados. Na primeira parte do século IV A.C., Felipe esteve nas grandes cidades gregas do sul, cuja cultura assimilou, e percebeu a possibilidade de unir todos os Estados helênicos enfraquecidos pela Guerra do Peloponeso. Feito rei em 359 A.C., Felipe desejava tornar realidade sua ambição. Para isso, organizou, preparou e instruiu intensamente seu pequeno Exército. Convenientemente preparado, Felipe marchou para o sul e em Omeronéia infligiu decisiva derrota a Atenas e seus aliados, concedendo-lhes uma paz honrosa e persuadindo-os a reconhecê-lo como general para a guerra contra os persas. A Felipe dominava ainda a idéia de formação de um grande Império pela conquista do Oriente próximo, entretanto, assassinado em 336 A.C., isso só foi possível com Alexandre, seu filho. Felipe havia preparado Alexandre para a sucessão, tanto como soldado como rei. Dera-lhe como mestre o grande filósofo Aristóteles, fizera com que Alexandre compartilhasse de suas próprias idéias de conquista e expansão. Para isso muito bem instruíra seu futuro sucessor em rigorosa instrução militar.

Felipe foi um grande organizador e, por seus esforços, o Exército macedônio elevou-se de uma simples horda à posição de maior máquina militar do seu tempo.

c) *Roma*

Plantada na Península Itálica, onde surgiram pequenos Estados que manteve sob sua égide, dominou ela o mundo conhecido do seu tempo por meio de suas aguerridas e poderosas forças. As instituições políticas de Roma passaram por modificações sucessivas: Monarquia de 745 a 510 A.C., República de 510 A.C. a 30 D.C. e Império de 30 a 476 da era atual. Em cinco séculos de República os romanos conquistaram o mundo da época e em três séculos de Império o administraram. A decadência teve início quando o Exército se transformou de nacional e permanente em estrangeiro, mercenário e indisciplinado.

Nas instituições militares romanas o Exército foi o produto do caráter nacional. A reputação de sua invencibilidade resultou

da aplicação rotineira dos princípios militares básicos. Questões importantes como recrutamento, instrução individual e de unidade, organização, emprego do armamento, tática, capacidade combativa, apoio de engenharia, serviço de saúde, recompletamento e todas as medidas para o fornecimento regular de suprimentos foram criadas ou aperfeiçoadas pelos romanos e conjugadas numa doutrina militar padrão compreendida e aceita por todas as camadas hierárquicas. De início, os cidadãos e o Exército eram uma e a mesma coisa; o Exército reunido em centúrias constituía o corpo legislativo do Estado. Roma não tinha Exército regular. Havia uma milícia permanente à qual os cidadãos serviam, mais como privilégio que dever. Dos 17 aos 45 anos o romano podia ser chamado às fileiras e após os 45 anos lutava somente em defesa de sua cidade. Escravos e libertos, inicialmente, não puderam pegar em armas.

O maior elemento de triunfo no Exército Romano de República estava na disciplina. As legiões eram formadas pelos melhores homens existentes em Roma e eram instruídas e exercitadas até que a disciplina anulasse o medo e excluísse a precaução. O treinamento militar e a educação moral tinham início nos primeiros anos da adolescência. Idéias patrióticas e virtudes militares eram inoculadas cuidadosamente nos futuros guerreiros e as gloriosas tradições militares eram respeitadas com veneração. Os moços recebiam educação guerreira, estudavam a arte militar de preferência a qualquer outra e passavam dez anos de formação nos campos de Marte.

Os chefes dos Exércitos Romanos durante a República foram os cônsules que eram mais políticos que militares, exceto no sentido de que cada romano era um soldado. Já no período imperial, os futuros líderes eram cuidadosamente selecionados e instruídos para a "carreira senatorial", em que o serviço em campanha nos diversos escalões de comando era alternado com as responsabilidades políticas no país e que culminavam com as altas funções de governar uma das províncias imperiais de além-mar. Entretanto, com suas exceções onde se destaca Júlio César, aos comandantes romanos na República faltavam argúcia e imaginação, qualidades essenciais da chefia, para as quais a energia e a bravura nem sempre são substitutos adequados.

O padrão da carreira militar dos oficiais de postos mais elevados no Exército Romano pode ser visto do seguinte modo: Os comandantes de legiões eram homens de quase 40 anos ou pouco mais, que tinham atingido essas posições através do desempenho de várias funções militares e civis. Antes de serem nomeados, tinham sido eleitos senadores, se já não pertencessem a essa classe por nascimento. Eles exerciam suas funções em nome do Imperador e se as desempenhassem dentro dos rígidos padrões de eficiência e lealdade poderiam almejar as posições mais altas, como de governador ou comandante de uma província com guarnição de uma ou

mais legiões. Neste caso o título seria "Legatus Augusti pro praetore" e os encargos seriam civis e militares no âmbito da província.

A função de tribuno militar, geralmente mas nem sempre reservada aos jovens que ingressavam na carreira senatorial, era antes de tudo uma função de estado-maior no Exército reorganizado por Augusto e imperadores seguintes. O tribuno militar auxiliava o comandante da legião em inúmeras tarefas administrativas e operacionais, ao mesmo tempo em que se familiarizava com a vida militar sob os cuidados do comandante.

2.2 — Idade Média

Na Idade Média poderemos caracterizar dois períodos distintos: — o do Barbarismo (séculos V a IX), é o período da estagnação da arte militar, pois não houve nenhuma modificação nos processos de combate em relação aos da Antiguidade clássica, houve pelo contrário até regressão. Nesse período, excetuando-se as operações levadas a efeito por Carlos Magno (750 a 800), nada mais se fez de notável na arte da guerra.

— O segundo, é o do Feudalismo (século IX ao início do século XV); nesse período a tática e a estratégia não progrediram e tudo ou quase tudo o que havia sido realizado pelos grandes guerreiros da antiguidade havia sido esquecido; entretanto esse período viu surgir a cavalaria e a arma de fogo. Na época feudal, o homem de armas exercia o seu ofício para o sustento e melhoria da posição econômica e social de sua família. O serviço militar ou o sacerdócio eram seus únicos meios de adquirir mais fortuna e prestígio. O filho de uma família de cavaleiros educava-se no uso das armas e nos esportes intimamente relacionados à prática da guerra. Junto ao cavaleiro do século XII, havia os peões que também se desincumbiam de uma obrigação prestando o serviço militar.

2.3 — Gustavo Adolfo, da Suécia (1594-1632)

Os recursos minerais da Suécia permitiram a Gustavo Adolfo dotar seu Exército de um armamento mais leve e mais poderoso que o comum e, em consequência, modificar a organização de suas forças e as formas da batalha. A natureza do contrato do soldado foi revista. Nessa época renasceu o sentimento de nacionalidade em que cada Estado procurava ser o mais forte a fim de aumentar o próprio território e o poder. As grandes vitórias de Gustavo Adolfo foram alcançadas por uma milícia nacional convocada, porém, nesse país, os padrões sociais eram elevados e ele nunca fora completamente feudalizado. A vassalagem era desconhecida e era grande o número de camponeses proprietários. Uma milícia recrutada representava um potencial político e militar enquanto a força militar do

país baseava-se na infantaria. Em outras partes da Europa a opinião dominante divergia do exemplo sueco e o sistema adotado era o do exército mercenário.

2.4 — Exércitos permanentes

Já no século XVI a dissolução das unidades ao término de uma campanha, e sua convocação no começo da próxima, era considerado ineficiente e dispendioso. Criou-se então o hábito de manter as unidades em serviço durante todo o ano como resultante de considerações mais militares que políticas.

A criação dos exércitos permanentes e o aparecimento das armas de fogo, deram por assim dizer o tiro de misericórdia no feudalismo e caracterizaram no decorrer dos séculos XVI e XVII a evolução da arte militar.

A arma de fogo apesar de ter feito seu aparecimento nos campos de batalha, em meados do século XIV, no final do século XVII é que realmente influuiu na transformação do modo de combater.

Os exércitos permanentes desenvolveram-se de uma maneira notável a partir do meio do século XV, principalmente o francês, e esses exércitos, disciplinados e adestrados, venceriam com facilidade os últimos barões feudais.

Antes mesmo do término da Guerra dos Cem Anos, Carlos VII, da França, em 1445, baseado no estabelecimento de impostos perpétuos, obteve recursos suficientes para organizar e solidificar um exército permanente. Esse foi constituído de dois elementos: a nobreza e os mercenários. Carlos VII organizou um exército de 15 companhias de ordenanças a cavalo, cada uma de 100 equipes de 6 homens, cada equipe denominava-se "lança". A "lança" era constituída de 1 homem d'armas a cavalo, armado de lança e espada, 3 arqueiros a cavalo, 1 piqueiro e 1 pajem. O efetivo total das companhias de ordenanças era de 9.000 homens, verdadeira cavalaria pesada. A cavalaria ligeira era organizada com os mercenários espanhóis, cujo nome era carabineiros e eram armados com uma lança curta e uma massa. Desde 1439, Carlos VII acabou com as milícias, quando estabeleceu o sistema de taxa para obtenção de verbas para organização do seu exército. A infantaria era formada por homens das paróquias que não pagavam impostos. Esses homens permaneciam em casa, em tempo de paz, com a obrigação de se exercitarem no tiro ao arco ou na besta, em cada domingo. Eram mobilizados em tempo de guerra e reunidos em companhias de 500 homens cada uma. Oito companhias formavam uma Banda. As Bandas, em número de 4, constituíram os franco-arqueiros (16.000 homens), sob o comando de um Grão-Mestre dos Besteiros. Infelizmente, esses franco-arqueiros, recrutados exclusivamente entre o povo, quando agrupados não apresentavam coesão e disciplina, prejudicando seu

valor combativo. É preciso salientar que Carlos VII ainda mais que à cavalaria, dava toda sua atenção para a artilharia. As bombardas que apareceram no princípio da guerra dos Cem Anos eram engenhos pesados, pouco maneáveis e perigosos. Sucederam a eles, colubrinas e canhões mais ligeiros, de maior porte e tiro mais rápido.

Esse forte exército de Carlos VII, desenvolvido ainda mais por seus sucessores, permitiu à realza impor definitivamente sua autoridade no interior do país e de se lançar ao exterior, nas vastas empresas políticas.

As guerras religiosas, entretanto, vão comprometer, na segunda metade do século XVI, a obra de organização do exército real.

Na Inglaterra, também os exércitos permanentes foram organizados. A cavalaria e a infantaria foram instruídas e bem disciplinadas. Os infantes manejavam com perícia o arco e a besta. A artilharia já era dada certa importância. A engenharia dava seus primeiros passos com a existência de uma equipagem de pontes.

Na França, sempre existiu o Corpo de Artilharia e mesmo antes do aparecimento da pólvora já se chamava artilharia a todas as máquinas antigas e engenhos de guerra dos quais se lançasse mão para o ataque e defesa dos castelos e cidades fortificadas.

Assim, se por um lado a criação dos exércitos permanentes facilitou o término do poder feudal, por outro lado proporcionou aos monarcas um instrumento favorável às suas ambições e empreendimentos de guerra a que os outros séculos assistirão.

As guerras religiosas, no início do século XVII, provocaram na França grande confusão nas instituições. Os exércitos pareciam mesmo que caminhavam para a dissolução. O poder real seriamente comprometido não podia assegurar o soldo às tropas que desertavam por falta de pagamento. O material de artilharia se reduziu constantemente. Durante o século XVII, sob o ponto de vista de organização, houve um período de regressão mas, do ponto de vista da tática, ao contrário, houve progressos devido à necessidade que as forças em luta tiveram de manobrar. Até o fim do século XVII houve somente duas armas: a infantaria e a cavalaria. A artilharia não compreendia senão quadros "comissários". Os artilheiros, o pessoal necessário ao serviço das peças, não pertencia à organização, eram emprestados da infantaria e da cavalaria. A organização e os efetivos apresentaram-se muito variáveis em diversas épocas do século. O uso do uniforme foi posto em prática na segunda metade do século XVII.

O recrutamento baseava-se na incorporação e no alistamento de contingentes estrangeiros. Em caso de não bastar às necessidades, recorria-se, então, às milícias. Segundo as ocasiões, as milícias constituíam unidades homogêneas ou simplesmente unidades de "depósito" para recompletamento. O exército regular francês era for-

mado por voluntários e assim continuou até à Revolução. O serviço de milícia era considerado deprimente, enquanto o serviço profissional no exército não o era. Isto é fácil de se compreender pois o soldado francês não era mal pago, além de ser, de certa forma, bem alimentado. Tinha tratamento melhor do que o do camponês que comia menos carne. Este fator era muito importante num sistema de alistamento voluntário.

A partir de 1695, quando o militar já constituía uma classe social distinta, o gentil-homem francês desempenhava apenas as funções de oficial em um regimento. Coronéis e capitães procediam da nobreza e se constituíam em verdadeiros proprietários de seus regimentos e de suas companhias que recrutavam e pagavam, em troca de indenizações futuras proporcionadas pelo rei. Os oficiais subalternos eram formados em "companhias de cadetes" que inicialmente recebiam elementos somente da nobreza mas já no fim do século XVIII passaram a receber, também, elementos procedentes da tropa.

O alto comando era composto pelos coronéis-generais de infantaria, o grão-mestre de artilharia, para direção técnica da arma, e o coronel-general de cavalaria. O comando em tempo de guerra era assegurado ao Condestável. O rei exercia um controle geral sobre todas as operações e dirigia o conjunto. Havia junto ao comandante em chefe, e experimentado em 1678, um Estado-Maior encarregado do serviço geral do exército em tempo de guerra. Regularizava sobretudo os assuntos de campanhas, subsistências e marchas. Compreendia o Marechal dos estacionamentos do exército, o Major-General de Infantaria e o Marechal dos Estacionamentos de Cavalaria. O maior defeito dessa organização era apenas subsistir em tempo de guerra.

Após a Guerra dos Trinta Anos, os estados-nações estavam se firmando, mas o nacionalismo ainda não se tinha constituído num ideal supremo. As ambições nacionais eram modestas e não almejavam a completa subjugação de um adversário. O nível tecnológico aumentava e com ele o padrão de vida, mas os produtos manufaturados eram ainda escassos para permitirem fortes combates. A pólvora era sempre insuficiente e seu uso tinha que ser feito com parcimônia. Os exércitos dependiam cada vez mais, para seus suprimentos, de depósitos, o que restringia de muito sua liberdade de movimento.

2.5 — Frederico Guilherme e Frederico II, da Prússia (1713-1786)

Ao terminar o século XVII a guerra apresentava um aspecto caracteristicamente lento, pesado, compassado e extremamente metódico. Relativamente à manobra, isto é, à combinação do fogo e do movimento, bem como à economia de forças, pode-se afirmar que a arte da guerra regrediu logo após a época de Gustavo Adolfo.

No decorrer de todo o século XVIII dois sistemas defrontaram-se constantemente — a Ordem Linear e a Ordem Profunda — um baseado na potência de fogo, outro no poder do choque. Fogo e choque, em última análise eram a mesma coisa, relativamente a material — a arma de fogo num caso e a arma branca no outro. Um novo elemento que ambos os sistemas negligenciavam, o movimento, proporcionaria, entretanto, a manobra que, no final do século, desenvolver-se-á com satisfação dos adeptos e defensores dos dois sistemas.

Como no final do século anterior, o exército continuava a ser o instrumento do monarca governante e não a expressão nacional; constituía pesado encargo para a nação e para o povo, de difícil manutenção e substituição, principalmente tratando-se de tropas instruídas, treinadas e eficientes.

O Rei Frederico Guilherme, que reinou de 1713 até 1740, conhecido por "Rei Sargento", e mais tarde seu filho Frederico II (1740-1786), levaram o armamento, a instrução e a disciplina do seu exército a um tal grau de perfeição que podiam ser executadas manobras muito mais precisas, rápidas e eficazes que as dos exércitos inimigos. Entretanto, apesar desses progressos, nunca foi tão baixa a situação do soldado nos exércitos europeus da metade do século XVIII. A guerra não era considerada experiência nacional heróica ou nobilitante, e não se apreciava a classe militar. O recrutamento era geralmente feito à força ou pela fraude e, praticamente até a chegada do período revolucionário, a formação das massas combatentes seria ainda à base do soldado mercenário, de origem ou procedência variada. A deserção nessa época era necessariamente alta. Os oficiais do exército eram mais aristocratas do que antes da existência de exércitos regulares. Eram geralmente bravos e às vezes capazes, mas freqüentemente não passavam de amadores, embora ainda se constituíssem em verdadeiros donos das unidades. Frederico II, sem fazer uso de combinações muito diferentes, conseguiu dar à batalha e particularmente à batalha pela manobra de ala, uma característica toda especial, instituindo a "Ordem Oblíqua" que proporcionou uma das suas mais brilhantes vitórias — Leuthen (1757).

2.6 — Exércitos Nacionais

A Revolução Francesa, causando modificações profundas no sistema político e econômico, na mentalidade do próprio povo e provocando grandes alterações em toda escala hierárquica de administração civil e militar, forçosamente teria que modificar de modo radical as próprias instituições militares. Até então, o povo, não tendo voz ativa nos destinos da nação, desinteressava-se completamente pelas guerras e, em consequência, os exércitos eram constituídos por mercenários caros e de difícil substituição.

Havendo dificuldades em recompletamento, não eram procuradas batalhas decisivas e os conflitos redundavam em guerras de grande duração, quase sempre sem solução definitiva. Daí o objetivo das campanhas não ser a destruição do inimigo, com graves perdas, mesmo para o vencedor, mas sim a conquista de territórios, redundando em guerras de posição contra cidades ou regiões e de sítios intermináveis.

Com os novos acontecimentos da Revolução, o povo passou a interessar-se pelas causas nacionais, podendo mesmo participar do seu próprio destino. Percebeu que as coroas limitrofes desejavam destruir todas as conquistas obtidas pelo povo, conquistas que davam ao homem o direito de viver com dignidade e, sobretudo, com maior liberdade.

Por outro lado, a França, com os seus cofres vazios, não tinha dinheiro para formar exércitos mercenários, daí a formação de exércitos nacionais. Há pois, na Revolução Francesa, um marco bem nítido na transformação das guerras de caráter dinástico para as de caráter nacional.

Antes da Revolução, o recrutamento para o exército da ativa fazia-se por engajamento voluntário com prêmio em dinheiro entre nacionais e estrangeiros, era o mercenarismo. As milícias provincianas eram constituídas por recrutamento forçado, durando o serviço oito anos.

Com o advento da Revolução, desapareceu o exército mercenário. A princípio praticou-se o engajamento voluntário, sendo organizada a Guarda Nacional para a manutenção da ordem interna. O engajamento voluntário, não tendo proporcionado o efetivo necessário para a França enfrentar as coligações que contra ela se levantaram, fez com que a Assembléia Legislativa decretasse, em 1792, o levantamento em massa, com a declaração de "Pátria em perigo". Com essa declaração o povo acorreu às casernas, na ânsia de concorrer para a salvação da Pátria, manifestação até então nunca vista.

Em 1793, o exército necessitando ainda de mais tropas, a Convenção, para satisfazê-lo, decretou a requisição ou a convocação dos celibatários e viúvos que, não sendo suficiente, dado o pequeno efetivo conseguido, provocou a decretação, no mesmo ano, da convocação permanente de todos os franceses de 21 a 25 anos, até à expulsão dos inimigos do solo da República. Essa foi a lei que deu posteriormente, a Napoleão, os seus exércitos.

O recrutamento dos oficiais era variado: ou procedia da nobreza pobre, educada nos colégios militares ou, a partir de 1793, resultava de eleições combinadas com antiguidade. Os oficiais de artilharia e engenharia provinham de escolas especiais.

Com esse sistema de recrutamento e com a finalidade da formação dos exércitos, a guerra tornou-se essencialmente nacional. No entanto, a mobilização de uma nação inteira só foi possível devido à grande expansão da produção que se verificou no fim do século XVIII. Desse modo, o governo revolucionário conseguiu aproveitar os requisitos técnicos necessários às operações de exércitos populares. Napoleão completou então uma revolução na tática pela combinação de massa, flexibilidade, atitude ofensiva e potência de fogo.

O choque da Revolução Francesa, por sua brutalidade, desperta nos povos germânicos sentimentos de defesa e solidariedade que vão transformar-se depois em orgulho racial. Lógica reação. A guerra para a conquista de territórios sob o pretexto de segurança para a França Revolucionária foi um erro político solidarizando os reis com os seus povos e neutralizando as benéficas influências que antes a cultura francesa exercia nas elites alemãs. A reação alemã começa naturalmente no campo cultural e termina depois pelo recurso à guerra. Levanta-se o espírito militar prussiano, sob a direção mental de Von Gneisenau e de Scharnhorst. Napoleão acredita poder impedir o seu desenvolvimento, fixando para o Exército da Prússia um efetivo reduzido, ao que Scharnhorst replica com um mecanismo de recrutamento baseado na prestação do serviço com tempo reduzido, de modo a permitir, em caso de necessidade, formarem-se numerosos contingentes de homens militarmente instruídos. Criou-se uma Sociedade Militar — *Militärische Gesellschaft* — em 1801 e mais tarde, em 1812, Scharnhorst fundou a "*Kriegs Schule*". No entanto, o alistamento compulsório geral não foi facilmente adotado na Prússia e somente em setembro de 1814 passou o serviço militar a ser obrigatório, sem isenção, para todos os homens fisicamente aptos. Quanto ao ingresso no oficialato, também houve evolução e um decreto do Governo da Prússia, de meados de 1808, proclamava: "Está abolida toda a preferência de classe anteriormente existente na organização militar e todo homem, independentemente de sua origem, possui deveres iguais e direitos iguais". Com isso acabou o privilégio de só os oriundos da nobreza exercerem o comando militar.

Nessa evolução não podemos deixar de ressaltar o papel que desempenhou Von Clausewitz, cuja carreira se fez no período napoleônico, tomando parte em várias campanhas e trabalhando com Scharnhorst, desde 1809, na recuperação do Exército Prussiano; ele muito contribuiu para a emancipação desse exército e para a elevação do entusiasmo nacional que possibilitou a um exército alemão popular derrotar os franceses.

2.7 — Exércitos Profissionais

Após as campanhas napoleônicas o Exército Imperial foi licenciado. A nova monarquia francesa reorganizou as forças armadas em bases inteiramente modificadas. Da "nação em armas", originária da Revolução Francesa, passou-se ao "engajamento voluntário" que considerado insuficiente foi complementado pelo "sorteio", facilitado por "substituições autorizadas". A duração de serviço seria de 6 anos para a infantaria e 8 anos para as outras armas. Os elementos não designados pelo sorteio ou aqueles que se tivessem beneficiado da substituição seriam considerados desobrigados de qualquer compromisso. Tais modificações eram inconvenientes por dificultarem a criação de reservas adestradas e pelo fato da formação militar interessar, por grande tempo, apenas a uma pequena parcela da população. Apesar de restaurado o prestígio da "nobreza", não voltou a prevalecer essa condição como privilégio exclusivo ao oficialato. Os quadros passaram também a ter origem em escolas militares abertas a todos, sem distinção, e pelo aproveitamento da antiguidade de suboficiais. Em 1818, Saint-Cyr organizou a "École d'État Major" e, após o revés de 1870, os franceses fizeram um grande esforço para aperfeiçoar a instrução dos seus oficiais que, com a criação da "École Militaire Supérieure", em 1878, tomariam novos rumos. Posteriormente, em face dos acontecimentos que se processavam na Europa e diante da conveniência de aumentar o poderio militar, a França modificou o recrutamento em determinados aspectos, facilitando a formação de uma reserva instruída, pois parte do tempo de serviço era completada na reserva. Ao lado do Exército Regular surgiu novamente a Guarda Nacional, abolida após Waterloo.

Na Prússia, desde setembro de 1814, estava estabelecido o serviço militar obrigatório o que caracterizou o povo prussiano como "nação em armas". Sob o princípio de serviço individual e obrigatório, foi organizado um exército permanente, uma reserva e uma guarda territorial. A duração do serviço era de 3 anos na ativa, 2 na reserva e 7 na guarda territorial. Assim foi possível organizar metodicamente uma poderosa força muito bem treinada, contando com elementos de segunda e terceira linhas capazes de atenderem prontamente às necessidades da mobilização inicial. Os oficiais eram recrutados entre os mais inteligentes, nas classes sociais mais destacadas. Scharnhorst convenceu a Guilherme II a criar o FM Alemão a fim de transformar a profissão da guerra numa ciência e de criar um corpo doutrinário para o exército, que, até então, seguia um dogmatismo militar e apoiava-se em bases tradicionais que não admitiam censura; introduziu exames como requisito à promoção; aumentou também os vencimentos dos oficiais e fundou a "Kriegsakademie" para estudos avançados da guerra e para educação superior dos oficiais em disciplinas não militares. Dessa série

de medidas resultou um sistema militar educacional altamente aperfeiçoado. Na Prússia, o Rei, auxiliado pelo Ministro da Guerra e por um Grande Estado-Maior, constituíam um conjunto que criou uma mentalidade de "Alto-Comando", pela unidade de doutrina mantida. Dois nomes se destacaram nesse particular: Clausewitz e Moltke. O primeiro relativamente ao estabelecimento de uma doutrina de guerra e o segundo no que diz respeito à formação de um eficiente Quadro de Oficiais de Estado-Maior e à preparação das campanhas.

Na Inglaterra, a Marinha já apresentava algum carácter profissional mas o exército estava muito atrasado. Apesar da Escola E. M. inaugurada pelo Duque de York em 1799, reorganizada em 1812 como o "Royal Military College" e donde, em 1857, saiu um "departamento superior", não era possível a criação de um verdadeiro sistema de aperfeiçoamento profissional enquanto existisse a promoção por compra, que somente foi abolida em 1871.

Na Rússia, o Estado-Maior, em seu conjunto, era considerado de fraca qualidade, concorrendo para isso o fato da seleção para as mais importantes funções ser feita à base de prestígio social e não de valor profissional dos militares.

Nos Estados Unidos, a profissionalização do seu exército foi muito lenta, pois a Constituição representava uma concepção liberal e a aceitação da necessidade de forças armadas foi considerado repugnante. A Guerra Civil deixou a profissão das armas em situação ainda pior. O único apoio importante que o profissionalismo militar americano jamais recebera — do sul — agora desaparecera. O exército como um corpo profissional estava isolado, reduzido e rejeitado. Após a Guerra Civil e até a 1ª Grande Guerra surgiu uma ética profissional militar, distintamente americana.

Ao findar o século XIX, o profissionalismo nas Forças Armadas era evidente, por toda parte, em maior ou menor grau.

2.8 — Evolução do Exército Brasileiro entre 1822 e 1950

2.8.1 — *Antecedentes coloniais*

Durante todo o período colonial o Exército foi, do ponto de vista político, uma instituição metropolitana, regida pelas leis e regulamentos portugueses, destinada à defesa da Colônia e das autoridades e instituições coloniais. Mas, desde o início, o grosso de seus quadros inferiores e médios foi recrutado na população colonial.

A primeira Lei Orgânica da Força Armada foi o Regimento de 1548, dado a Tomé de Souza e o seu primeiro núcleo foi constituído por alguns oficiais de linha e 600 soldados portugueses que acompanharam o Governador-Geral.

Outras leis se seguiram a esse Regimento, sem alterarem a substância da Força Terrestre. Somente com a instalação do Governo Português no Brasil, sofreu o Exército sua primeira transformação profunda, com a criação da Secretaria da Guerra e Estrangeiros, a organização em três Armas (infantaria, cavalaria e artilharia) e o Comando Unificado no Quartel da Corte, a implantação dos serviços e a instalação da Academia Real Militar, destinada à formação de oficiais.

Português na sua organização e com subordinação a interesses estranhos, o Exército era, no entanto, brasileiro na massa de seus soldados e oficiais, na sua índole e, até mesmo, em seus ideais, tendo participado ativa e eficientemente da transformação político-social que deu ao Brasil situação de Nação Soberana.

2.8.2 — *Evolução entre 1822 e 1870*

A Constituição de 1824 e leis complementares deram existência legal ao Exército Brasileiro e sua primeira organização como instituição nacional e permanente, fixou-lhe a finalidade de "sustentar a independência e a integridade do Império" defendendo-o contra inimigos internos e externos e obediente à autoridade legítima. Foram, depois, reguladas as questões de vencimentos e vantagens, de recrutamento e de promoções. Essa legislação, inspirada ainda em uma mentalidade aristocrática, não estava de acordo com a própria finalidade de instituição e refletia os privilégios do grupo dominante na sociedade brasileira e a preocupação de não perturbar as atividades econômicas da Nação.

Durante o período das Regências, em face da crise financeira que lavrou no País, os efetivos do Exército foram reduzidos, de acordo com a Lei de 1831, e se criou a Guarda Nacional, de caráter eminentemente político e mais vinculada aos interesses dos senhores rurais do que aos da Nação. O recrutamento foi objeto de uma nova legislação, em 1837, mas continuaram os casos de isenção e foi criado o substituto, reafirmando os privilégios do período colonial.

O advento da Maioridade provocou nova reorganização do Exército, em 1842, e a subordinação da Guarda Nacional ao Ministério da Justiça, em 1850, sem alterar, entretanto, os vícios originais.

A partir de 1845, a ameaça externa, no Prata, mostrou-se mais tangível, enquanto a unidade interna parecia definitivamente estabelecida, dominadas, como foram, as insurreições no Maranhão, Pará, São Paulo, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Nesta última, emergiu o vulto singular de Luís Alves de Lima e Silva que marcaria, indelevelmente, a evolução do Exército daí por diante. Iniciou-se, então, um esforço para dar eficiência ao Exército, mas não se produziu um trabalho sistemático e progressivo. Em 1865, quando irrompeu a Guerra

com o Paraguai, o Exército estava em condições de lhe fazer frente. Faltavam-lhe organização, efetivos, armamento e mesmo instrução. Fizeram-se aquisições de última hora, tomaram-se providências urgentes, mas os erros anteriores se tinham acumulado e resultaram em sério prejuízo para o País que teve de fazer grandes sacrifícios para manter a soberania da Pátria.

Apesar disso, graças aos sacrifícios feitos por seus oficiais e soldados, o Exército cumpriu sua missão constitucional. Mantivera-se a unidade do País, que fora ameaçada por inúmeras insurreições, algumas com tendências republicanas e separatistas. Formara-se a autoridade do poder central sobre o regionalismo e o poder dos senhores rurais, fora repellido o militarismo caudilhesco platino que tentara alterar em benefício próprio, a herança que o Brasil recebera da Colômbia.

2.8.3 — *Evolução entre 1870 e 1920*

Terminada a Guerra do Paraguai, suas conseqüências repercutiram em um ambiente trabalhado pela Revolução Industrial. Preso a uma estrutura econômica e social de características ainda coloniais, com dimensões continentais e sem recursos suficientes, o Brasil não estava em condições de acompanhar o ritmo de desenvolvimento de outras Nações. Os retardos que se foram acentuando foram atribuídos mais às suas instituições e aos homens que as faziam funcionar, do que às deficiências estruturais do País. Os ensinamentos e as experiências da Guerra do Paraguai não foram aproveitados. O Exército voltou a ser considerado como um ornamento dispensável e não como base da segurança nacional. Sua oficialidade, que tantos sacrifícios fizera, viu-se abandonada e caiu então no marasmo anterior ou deixou-se envolver pela fermentação política, buscando uma saída para essa situação. Alguns chefes, como Caxias, Osório e Porto Alegre, equacionaram o problema militar; tomaram mesmo, algumas providências para solucioná-lo, mas não conseguiram vencer a incompreensão e a inércia dos Governos. Cada vez maior se tornou a intimidade de grande número de oficiais com a atividade política e no quadro desta, com as reformas institucionais, mas que lhes pareciam imperiosas e inadiáveis. Sairia daí a insurreição militar que destruiu o Trono e implantou a República.

Os primeiros anos da República foram marcados com reformas político-econômicas importantes, as quais repercutiram no Exército com a reforma do ensino constante do Regulamento Benjamin Constant, a criação do Estado-Maior, a eliminação progressiva dos oficiais sem curso (tarimbeiros) e a intensificação da instrução dos quadros e da tropa.

Coube, porém, ao Marechal Hermes da Fonseca iniciar as reformas de fundo que deram feição moderna ao Exército, como a Lei do

Serviço Militar obrigatório de 1908, posta em vigor, totalmente, em 1918, e a Organização do Exército, as quais seriam completadas em 1915.

Nesses três decênios do período republicano, foram cogitados e implicados todos os aspectos da criação de uma força terrestre bem organizada, armada e instruída. Muitos oficiais que se foram aperfeiçoar na Europa e, principalmente, na Alemanha, deram tremenda contribuição a esse esforço que fez do Exército uma verdadeira instituição nacional e iniciou a profissionalização de seus quadros de oficiais.

2.8.4 — *Evolução entre 1920 e 1950*

O contrato da Missão Militar Francesa foi redigido sob influência de duas correntes reformistas: a nacionalista, que procurou limitar-lhe as atribuições, e a germanófila que a aceitou, a contragosto, pois preferia uma Missão Militar Alemã. Sua atuação se limitou, portanto, à de um órgão de consulta e de instrução, sendo, raramente, aceitos seus conselhos. Mesmo assim, prestou excelentes serviços e lançou, definitivamente, o Exército no caminho da profissionalização.

Entretanto, contribuiu, indiretamente, para promover uma inversão hierárquica que, não raro, descambou para indisciplina e, em grande parte, foi responsável pela maior participação de oficiais na atividade política. Atuando, preferentemente, sobre os oficiais jovens, sem sentir os vícios de nossa formação, deu-lhes uma sólida formação profissional, a qual se chocou com a dos mais velhos, que não se beneficiaram com seus ensinamentos. Colocados em face das novidades que lhes traziam os "novos" nos Corpos de Tropa e Quartéis-Generais, os "antigos" que detinham as funções superiores de Comando e de Chefia, resistiram, quando não os repeliram. Os políticos aproveitaram-se desse desequilíbrio e induziram muitos oficiais a tentarem realizar, por conta própria, as reformas que julgavam indispensáveis. Resultou disso que, de 1922 a 1930, houve uma permanente agitação militar que conduziu à Revolução de 1930.

A Revolução de 1930 rompeu a rotina político-administrativa e, apesar de seus erros, as reformas que foram feitas na legislação do biênio 1934-1935, como as Leis de Promoções, de Movimento de Quadros, de Organização Geral do Exército, de Organização Geral do Ministério da Guerra, e a de Quadros de Efetivos e a que criou o Conselho de Segurança Nacional marcaram um momento importante na evolução militar do Brasil.

A influência da Missão Militar Francesa, além de formação e instrução dos quadros, se fez presente na modernização dos Regulamentos de Combate, na organização de novos órgãos como o CPOR e a reestruturação de todo o mecanismo do Exército.

A participação do Brasil na II Guerra Mundial ensejou novas reformas sob o influxo da influência dos norte-americanos.

3 — A REALIDADE DOS TEMPOS ATUAIS

O profissional militar, hoje em dia, mais do que nunca, não é um irresponsável agressivo nem um acuado. Sabe que nem ele nem seus camaradas são sanguinários. Ele conhece a prudência com que se usam as armas. Compreende e respeita a autoridade civil. Está familiarizado com o sentimento de responsabilidade e de dever social que caracteriza a sua profissão nesta era. Não aceita, em hipótese alguma, o estereótipo dos exércitos como forças destrutivas.

Nenhuma carreira está mais exposta a uma grande variedade de experiências do que a carreira das armas. A versatilidade e a capacidade de adaptação têm sido a principal característica do soldado profissional.

As virtudes militares continuam a ser uma necessidade. A integridade de caráter, o conhecimento das condições fundamentais do campo de batalha, a habilidade para chefiar e inspirar confiança em seus homens e a devoção aos deveres ainda constituem as pedras fundamentais da carreira das armas.

3.1 — Características próprias da carreira das armas

a) *Flexibilidade e Inflexibilidade*

O militar sabe que em sua profissão tudo o que não for um êxito completo pode constituir um fracasso total. O médico pode perder um dos pacientes, pois sabe ser improvável que uma falha em um caso particular afete seu prestígio público. Mas o general que perde uma batalha cai imediatamente em desgraça, pois seu fracasso poderá significar a perda total para a Nação que ele jurou defender.

O soldado compreende perfeitamente o tudo-ou-nada das operações militares. Por causa disso, o militar profissional reluta substituir algo já testado em combate por uma novidade ainda não comprovada. Duvida sempre de táticas ou armas que ainda não enfrentaram a prova suprema de uma batalha. Isso não demonstra a inflexibilidade do militar. Ao contrário, demonstra apenas que a fé do soldado numa arma que ele conhece faz com que evite pôr em jogo uma vitória com a única finalidade de testar algo que pode deixar a desejar. A flexibilidade e inflexibilidade são, portanto, características simultâneas da carreira das armas.

b) *Tradição*

Tradição é algo muito difícil de definir. Pode ser um valioso veículo de motivação ou simplesmente o prolongamento de um mau há-

bito. Pode ser um instrumento profissional de grande utilidade ou um tremendo obstáculo ao progresso. Ela em si mesma não é boa nem má. Para os militares ela é a centelha que anima o fogo do espírito de corpo. A observância das práticas militares tradicionais é um fator de importância na formação do cidadão-soldado, visando sua participação integral na unidade. As manifestações exteriores da tradição militar podem encontrar-se no correto uso do uniforme ou na perfeita execução da continência individual. Embora às vezes ignorados, os resultados práticos são o trabalho de equipe, a disciplina e o moral elevado. Seu valor é demonstrado pela alta qualidade do profissional militar. Na carreira das armas a tradição não é um fim em si mesma, mas um meio para se chegar de modo mais suave, mais integrado e mais efetivo ao cumprimento da missão de defesa nacional.

c) *Autoridade*

A autoridade é a pedra de toque da estrutura militar. A pirâmide hierárquica distribui a autoridade em parcelas correspondentes a cada escalão. Quanto mais alto o cargo, maior a autoridade. Quanto maior a autoridade, maiores as responsabilidades. Um chefe militar tem autoridade de comando correspondente à responsabilidade que lhe é conferida. Deve ter à sua disposição os instrumentos e a autoridade que o habilitem a cumprir sua missão. Somente com a necessária autoridade os militares podem levar a bom termo suas responsabilidades e não podem nunca esquecer que o uso adequado da autoridade é um requisito essencial para o desempenho da responsabilidade de comando.

d) *Realismo*

A carreira das armas é realista pois lida com as realidades cruas do poder militar, aplicando a experiência e o conhecimento do momento aos problemas do momento. Prefere os instrumentos e métodos testados em combate, evitando arriscar as vidas de seus soldados e pôr em jogo a defesa da Nação pelo uso de processos ainda não comprovados. O objetivo visado pela carreira das armas será sempre o meio mais rápido e menos dispendioso para obter vitória, em termos de homens, equipamentos e prazos. Para isso terá que dispor de planos atualizados e completos para cada eventualidade, sem esquecer que o mais imprevisto é sempre o mais provável de acontecer.

3.2 — Tipos de violência

Deve-se admitir a existência de guerra de qualquer espécie. Ninguém pode prever como e quando surgirá um conflito armado entre grupos de homens.

Atualmente, ao conceito de guerra total entre nações soberanas contrapõe-se a técnica de destruição total através da arma nuclear. Praticamente não há defesa contra a arma nuclear. Pela primeira vez na história, foram criadas armas ofensivas de poder destrutivo sem precedentes, capazes de destruir a Humanidade num prazo extremamente curto. Poderão ser empregadas em poucos minutos, sem exigir um longo e dispendioso processo de mobilização. Por causa dessa situação nova, o homem redescobriu um velho axioma que afirma haver dois elementos imprescindíveis e fundamentais para se travar uma guerra: a força militar e a vontade de lutar.

Quando se torna impossível ou por demais arriscado enfrentar com êxito as forças inimigas, devemos agir contra sua vontade de lutar. Eis o que normalmente se chama de dissuasão; é uma pressão psicológica com a finalidade de convencer o inimigo de que a guerra seria calamitosa para ambos os lados. Seu componente básico é a capacidade de revide. A dissuasão é, em suma, um meio político de se evitar a guerra; não é uma arma de combate, pois se empregada, provocaria a destruição mútua, tornando inexpressiva qualquer vitória.

Então, desde que admitamos que a luta é inevitável, podemos facilmente conceber situações nas quais a única esperança de evitar coisa pior pode ser a participação nas mesmas. Assim atingimos uma situação na qual a finalidade principal da carreira das armas não é ganhar guerras mas sim evitá-las, por meio de atuações oportunas para diminuir o risco de uma guerra geral, uma vez que as consequências sociais resultantes de imprópria aplicação da violência já provaram ser enormes e incalculáveis.

3.3 — Por que se escolhe a carreira das armas e o que motiva o militar de hoje?

As necessidades do homem, na opinião do Dr. Abraham H. Maslow e segundo uma ordem de importância, são as seguintes:

- a) Necessidades fisiológicas: sede, fome e sexo;
- b) Segurança e saúde;
- c) Necessidades sociais: afirmação e afeto;
- d) Necessidades do ego: prestígio, êxito e respeito próprio;
- e) Necessidade de realização: desejo de melhoria pessoal.

As necessidades fisiológicas são fundamentais e as de realização — que nunca estão inteiramente satisfeitas — são as mais elevadas e em geral só se tornam importantes depois que as demais estão satisfeitas. Sendo o homem um animal racional ambicioso, quando satisfaz uma necessidade, outra surge dentro de um processo contínuo

do nascimento à morte. Assim, é lícito admitir que o homem irá cada vez dedicar mais energia à satisfação do ego e ao desejo de realização na vida.

A base essencial da carreira das armas é a aplicação ordenada da força sob um risco ilimitado. É exatamente esse risco ilimitado que diferencia o homem que abraça essa carreira.

Em seu ambiente profissional ele leva uma vida ordenada. Sua ordem é mais libertadora que opressiva. Não tem nada de incompatível com a religião. O Evangelho mostra Jesus indulgente com o soldado, até bondoso. Entretanto, foi brusco com membros de outras profissões.

A carreira das armas traz satisfação; há prazer numa vida ordenada; há atividades que desenvolvem as qualidades mentais, morais e físicas; há satisfação no domínio progressivo de tarefas complexas; e há prazer na associação profissional com homens de alto nível de integridade. A carreira é orientada para preservar algo de valor e a vida ordenada conduz a um objetivo. Os conhecimentos profissionais são proveitosos e em torno deles existe uma vasta gama de assuntos pertinentes a outras atividades.

As pesquisas de comportamento indicam que os maiores fatores de motivação para a carreira das armas são: a satisfação do dever cumprido, o reconhecimento do grupo, o trabalho em si e o progresso na profissão. Assim pode-se afirmar que a sociedade militar presta à Pátria uma forma honrosa de serviço e que os militares são homens competentes de princípios. Entre os fatores que não são motivadores, mas simplesmente elementos de satisfação, citam-se: o salário, a administração, a supervisão e as relações dentro do grupo.

3.4 — A política e o oficial

"Não sou político, sou soldado". A frase traduz uma posição pessoal profundamente arraigada no seio da carreira das armas. A história nos revela que as circunstâncias nem sempre respeitam as susceptibilidades dos militares. Embora se proclame em altas vozes que os militares nada têm a ver com a decisão política, muitas vezes os militares profissionais são solicitados a realizar ações de natureza política evidente.

As missões atribuídas a nossos contingentes em Suez e São Domingos, como Forças de Pacificação, eram mais de caráter político e para as quais nem a tropa nem os comandantes tinham recebido preparo adequado. Apesar disso as experiências adquiridas não são estudadas nas escolas militares, persistindo a carência de preparo político dos oficiais.

Os oficiais brasileiros poderão ser chamados a atuar no ambiente da política alienígena ou na refinada atmosfera internacional e terão que cumprir sua missão e sobreviver. Essa atuação é fruto dos

acordos internacionais do País nos quais deve-se ter condições de realizar tanto operações em TO Continental como em TO Extra-continental.

O oficial deverá estar qualificado para avaliar adequadamente as condições políticas do ambiente em que poderá ser chamado a atuar. Pode, portanto, ser chamado a promover os interesses de seu país, a explicar as vantagens do seu sistema a estrangeiros, a motivar seus homens ou a contradizer os argumentos dos que se opõem a nosso sistema. Hoje em dia, em plena era da subversão, da insurreição e da confrontação entre ideologias, impõem-se ao oficial numerosos decisões que requerem argúcia política. Nas guerras ideológicas ninguém pode ser neutro e o oficial deve conduzir a doutrinação política do soldado, contanto que se atenha ao credo político básico e evite as polémicas partidárias. Só esse comportamento já exige um sólido discernimento. A ignorância política no oficial, entretanto, é perigosa. Como líder responsável, deve conhecer onde situar-se interna e internacionalmente. Uma cultura sólida permitir-lhe-á colocar em perspectiva o exército e a política nacional. Deve ser versado em política, mas de maneira nenhuma, um soldado-político.

3.5 — A preparação do chefe militar

As qualidades pertinentes a um chefe são agora procuradas num plano social mais amplo do que outrora. As exigências educacionais tanto no ingresso na carreira como depois, em vários estágios, são mais rigorosas. O comando pela força deu lugar de modo apreciável ao comando pela capacidade. Para atingir essa capacidade, o oficial brasileiro, após ter passado 4 anos na Escola de Formação, onde recebeu educação profissional inicial que lhe permitiu atingir o posto de capitão e após servir cerca de 8 anos em unidades de tropa aperfeiçoando-se, retorna ao sistema educacional da instituição militar para mais 1 ano de estudos que lhe darão acesso ao posto de oficial superior. Dois anos após já está em condições de candidatar-se à Escola de Comando e Estado-Maior para mais 3 anos de estudos que lhe permitirão atingir o generalato. Nota-se, portanto, que em estudos essenciais para a carreira, o chefe gasta 8 anos, sendo que 4 destes já como oficial em estágios diversos da profissão. A esses estudos que são progressivos e que complementam sua experiência ou o preparam para o desempenho de maiores responsabilidades, devemos adicionar o tempo despendido com a auto-educação, com os cursos de especialização e com os cursos de altos estudos da Escola Superior de Guerra. O tempo assim gasto é muito maior do que o tempo que muitos outros indivíduos de outras profissões dedicam ao estudo. Verifica-se assim que a cultura profissional do chefe é adquirida no sistema educacional da instituição militar e no desempenho de cargos ao longo da carreira. Entretanto, atingir a condição de

profissional não é a mesma coisa que mantê-la. Um alto nível de eficiência é necessário em toda sua carreira. O mundo tornou-se tão complexo e o papel do militar nele tão importante e difícil que o profissional militar que espera fazer uma contribuição significativa à sua profissão tem de continuar estudando por toda a sua vida.

4 — CONCLUSÃO

Na Antiguidade Clássica destacamos os romanos e verificamos que os legionários não eram apenas combatentes, mas construtores de civilização. Os acampamentos das legiões transformaram-se em cidades. Permitiram a paz que tornou possível a vida ordenada entre os bárbaros e preparou os alicerces para um estágio mais elevado de vida. As legiões foram o instrumento que Roma empregou para vencer a barbaria nas fronteiras estratégicas do Império. Primeiro veio a espada, depois o arado. A partir do momento em que o exército deixou de ser nacional, permanente e disciplinado teve início a decadência.

Na Idade Média, o asceta e o guerreiro gozavam de alto conceito na sociedade. Os oficiais eram cavaleiros não só por terem origens sociais aristocráticas, mas porque dedicavam-se às regras da cavalaria. A oficialidade aristocrática baseava-se num senso de fraternidade e de participação numa Irmandade independente e lutava pela preservação e enaltecimento da glória tradicional. A fidelidade ao comandante era pessoal e não funcional. A situação hoje é inversa. O técnico e o "homem comum" ocupam as posições mais elevadas no panteão popular. Tem havido ultimamente, não obstante, uma mudança de atitudes a respeito da carreira das armas. No esquema atual, todos os quatro componentes originais da honra militar ainda vigoram — conduta aristocrática, fidelidade pessoal, fraternidade autônoma e busca de glória. Contudo sua importância individual alterou-se e seu significado sofreu modificação.

No Século XVII, a noção de Pátria como a concebemos agora e firmada nos Séculos XVIII e XIX, principalmente com o advento da Revolução Francesa, não existia ainda. Os quadros do exército formam uma casta militar e, fora das armas, não participa das demais funções públicas. Os oficiais e soldados pertencem a classes diferentes. Os que não são nobres, jamais alcançam os altos postos. Com a hierarquia e a organização delineadas e determinadas pela autoridade exclusiva do rei surge uma disciplina militar de caráter nacional. Fez-se um esforço para nacionalizar o exército, evitando-se as formações constituídas por estrangeiros. O exército tomou a forma de uma corporação disciplinada, constituída por elementos recrutados para um período longo de serviço.

No Século XVIII, os aperfeiçoamentos da arte da guerra introduzidos por Frederico resumem-se no aproveitamento do rendimento

máximo dos meios materiais, onde se destacam uma apurada instrução técnica e tática, uma judiciosa utilização do terreno, métodos de evolução e manobra capazes de assegurarem rapidez na ação e uma organização adequada do apolo administrativo.

A Revolução Francesa é caracterizada pela substituição da soberania dos reis, de origem teológica pela soberania do povo, conceito metafísico. A desordem incontível põe em evidência a impossibilidade de governar sem encontrar apoio na massa da população, de governar contra a vontade popular. Faltava, para disciplinar e condicionar os espíritos diretores do movimento, uma ciência interpretativa dos fatos sociais, tal como ocorria já com os outros fenômenos da natureza. Faltava fundar-se uma sociologia positiva. Os exércitos tornam-se nacionais. O movimento e a surpresa assumem considerável importância. A iniciativa individual tanto dos chefes subordinados como dos demais elementos componentes das tropas adquire valor às vezes decisivo. O moral sobrepuja o material. O fracionamento dos exércitos em divisões permanentes e o desenvolvimento realizado por Napoleão desta nova organização, aplicada em suas manobras estratégicas onde se destaca a Manobra em Posição Central, provocaram uma enorme aceleração e expansão das operações.

No Século XIX a rapidez e a crescente amplitude com que se opera a revolução industrial, mostra a mútua reação entre a prática e a teoria. Na vida interna das nações, surgem as chamadas questões sociais, a reação dos trabalhadores a reclamarem seus direitos como colaboradores da formação da riqueza, contra o empedernido egoísmo dos capitalistas. Nas relações entre os povos, o mesmo egoísmo promove novos aspectos do colonialismo, não menos brutais, com a apologia da Razão de Estado e do Direito da Força. Surge a política nacionalista. A mentalidade guerreira, em consequência, persiste e gera a paz armada. A revolução industrial tornou cada vez mais a força bélica dependente da capacidade de produção e de transporte até atingir o estado de coisas que chamamos de Guerra total. Ela promove o aumento do alcance e do poder destruidor de algumas armas, do emprego da via férrea e telégrafo pelos exércitos e do maior poder de ataque e ralo de ação das esquadras, obrigando a uma profissionalização real das forças armadas. Surgiu um órgão novo, o Estado-Maior, como elemento principal do bom funcionamento do comando, com métodos de trabalho e papel a preencher, adequados às condicionantes novas da guerra.

Pela Evolução apresentada pelo Exército Brasileiro desde 1822 até 1950 pudemos verificar que ele contribuiu para a evolução política do País através: *da manutenção* da unidade territorial, dominando insurreições e revoluções, algumas de caráter separatista e opondo-se vitoriosamente às reivindicações territoriais de países vi-

zinhos; *da consolidação* da integração política do País, pela presença de suas organizações em todo o território nacional velando para que o interesse da União prevalecesse sobre os interesses regionais e pela instrução ministrada aos conscritos; fortalecendo o sentimento nacional; *da moderação* de grupos radicais escoltados, como no 7 de abril quando a reforma da constituição proposta por Lima e Silva evitou a implantação de uma república temporã, como no processo da abolição e no que derrubou o trono em que Deodoro freou o radicalismo de Benjamin Constant da mesma forma que Floriano frustrou o de Ouro Preto e como opôs-se ao radicalismo extremado e ao reacionismo intransigente propiciando as reformas políticas que sancionaram a legislação eleitoral e trabalhista saída da revolução de 1930, bem como a política de desenvolvimento que tomou impulso após a 2ª G G; *da manutenção* e funcionamento permanente das instituições monárquico-parlamentares, permitindo a formação de uma consciência nacional e de quadros político-administrativos experimentados na gestão dos negócios públicos e cientes dos princípios de autoridade, fidelidade e educação cívica.

Pelo exame das características próprias da carreira das armas é lícito afirmar que os militares são verdadeiramente escravos da profissão. O Exército não é apenas a atividade do militar, é também seu próprio local de trabalho. É ao mesmo tempo a atividade que ele desenvolve e o lugar onde a pratica. O Exército, é assim, simultaneamente seu meio de vida e sua própria vida. Portanto, "a profissão militar é mais do que uma ocupação, é todo um estilo de vida."

Quanto aos tipos de violência atingimos uma situação na qual a finalidade principal da carreira das armas não é ganhar guerras mas sim evitá-las. Se assim é, cabe agora aos militares a contenção da violência. Poderemos estar caminhando para o que Morris Janowitz chama de conceito de força policial. Segundo esta teoria, a função e o dever do profissional militar permanecem os mesmos. Sua função é a aplicação ordenada da força armada. Seu dever é aperfeiçoar, ao máximo, sua habilidade no emprego da violência sob a orientação política da nação.

Bertrand Russel disse: "O desempenho da função pública não é tudo para uma vida útil; é necessário, também, procurar certa excelência própria". Na vida militar esses aspectos coexistem. Esta exige mais do que oferece, enriquecendo a existência de qualquer indivíduo preparado para dar mais que aquilo que pode receber. A vida militar introduz nos cidadãos uma compreensão do valor da vida ordenada. O militar sabe que a maior liberdade está em servir aos ideais de seu país e compreende bem isto pois as missões do campo de batalha são lições de sacrifício, de camaradagem, de responsabilidade pessoal e de exação. A vida militar é a vida de

acordo com um código no qual a inteligência e a instrução relacionam-se aos objetivos sociais fundamentais.

O chefe militar moderno deve ter discernimento político pois só assim será capaz de empregar, da melhor maneira possível, o poder posto a seu comando pela sociedade que jurou servir.

A preparação do chefe militar se inicia na escola de formação e aperfeiçoa-se nas unidades de tropa e na grande comunidade de estado-maior.

No quadro da Revolução Democrática Brasileira podemos concluir que as Forças Armadas estão seguras de cumprir sua missão histórica, conscientes de assegurar a paz para o trabalho construtivo do seu povo e empenhadas na defesa do mundo democrático. O Exército, em particular, fiel a seu lema "Fator de Integração Nacional", desbrava, coloniza e integra populações diversas que vivem à margem de nossa comunidade. Tem propiciado melhores condições de vida a essas populações, assegurando-lhes transportes, comunicações, assistência médico-dentária, energia elétrica, instrução primária e média habitação e trabalho. O Exército reuniu boa parte da nova geração de brasileiros junto ao livro e ao trabalho. Sua efetiva participação, nesse setor, fez-se sentir não apenas no adestramento militar, mas no ensino primário, secundário, profissional e até no superior. Ele está sempre presente junto ao povo nas horas de calamidades, de enchentes, de secas, de desabamentos, de incêndios, de desalentos e de quaisquer perigos. Ele agrega enquanto tantos desagregam, une enquanto tanta gente desune e trabalha enquanto muitos só criticam e destroem. Ele é, no Brasil de hoje, um Exército atuante e construtivo em todas as suas formas de agir e produzir, que, na verdade, não absorve parcelas vitais de nossa economia, mas que, muito pelo contrário, ajuda a construí-la, a torná-la mais forte e poderosa. As suas unidades, mais do que simples quartéis, são uma escola que nos ensina a grande satisfação moral do dever cumprido, o valor da disciplina, o respeito devido aos semelhantes, o amor à humanidade e as dívidas que temos com o nosso país, a fim de que, com nosso trabalho e a nossa confiança, prossiga, pacífico, na sua destinação precípua.

Quanto às perspectivas futuras podemos concluir que a despeito do desenvolvimento das novas armas o homem continuará a ser o mesmo. Suas necessidades e temores, sua motivação fundamental, não mudaram. As funções de comando e o moral serão o que sempre foram. A função primordial de uma força armada, mesmo que de caráter policial, será combater, tanto no campo militar e mais ainda nos campos político, econômico e psicossocial. A carreira das armas continuará sendo uma forma social persistente. Será ainda por muito tempo "mais do que uma ocupação, é todo um estilo de vida".

BIBLIOGRAFIA

- Números diversos da Military Review, Edição Brasileira.
- Notas de aula da Escola Militar do Realengo.
- Notas de aula da AMAN.
- Notas de aula do Gen Flamarion Barreto.
- Algumas notas da ECEME.
- Civilização, Guerra e Chefes Militares — Cel J. B. Magalhães.
- O Exército visto por um Civil — Adelpho Poli Monjardin.
- O Soldado Profissional — Morris Janowitz.
- Tasso Fragoso, um pouco de História do nosso Exército — Gen Tristão de Alencar Araripe.
- Memórias do Marechal Mascarenhas de Moraes.
- Panzer Líder — Gen Heinz Guderian.
- Osório — Cel Francisco Ruas Santos.
- Para Além dos Bandeirantes — Gen Raul Silveira de Mello.
- Marechal Castello Branco (Seu pensamento militar)
- Bolívar e Caxias, Paralelo entre duas vidas — Adelpho Poli Monjardin.
- A Epopéia de Antônio João — Gen Raul Silveira de Mello.
- A Conduta da Guerra — J. F. C. Fuller.

SOLICITAÇÃO

VOCE, que tem idéias sobre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCE, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCE, S-3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCE, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um novo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo novo, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCES, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

Instrução Técnica de Tiro de Blindados Para Oficiais e Sargentos

FLAVIO MOUTINHO DE CARVALHO
Coronel Cav QEMA

1. FINALIDADE

A instrução técnica de blindados visa, em última análise, a dar precisão e destreza às guarnições para que possam empregar toda a potência de fogo, mobilidade e ação de choque disponíveis, numa operação tática.

2. INSTRUÇÃO PARA OFICIAIS E SARGENTOS

a. Nas Unidades Blindadas e de Reconhecimento, desde o Cmt do Regimento ou Batalhão até o Ten Cmt de Pelotão — todos — além de desempenharem suas funções normais de comando, são também chefes de guarnição. Com os Sargentos acontece o mesmo.

b. No caso particular dos carros de combate, oficiais e sargentos são chefes de carro e devem saber empregar, com precisão, seu fogo e explorar sua mobilidade para melhor atirar.

c. Como chefes de carro, os oficiais e sargentos têm que ser treinados para empregar o armamento da torre — razão de ser do carro de combate — além da responsabilidade funcional de observar e comandar o tiro de canhão.

d. A instrução de atirador de canhão — etapa que não pode ser queimada — é fundamental na preparação dos oficiais e sargentos para observar e comandar seu tiro. Só comanda bem quem executa com desembaraço.

3. DIFICULDADES PARA MINISTRAR A INSTRUÇÃO

Um bom rendimento na aprendizagem da instrução técnica de blindados é dificultado pelos seguintes motivos:

- exigüidade de espaço na torre; só cabe, além do instrutor ou monitor, um instruendo de cada vez;
- pontaria do canhão feita por luneta individual; o monitor, a cada movimento do canhão, tem que afastar o instruendo para verificar a pontaria executada;
- necessidade de um instrutor ou monitor para cada instruendo; a relação instrutor ou monitor-instruendo é de 1/1;
- desligamento, pela não participação, dos demais instruendos não empenhados na instrução;
- morosidade no desenvolvimento da instrução por não ser simultânea a formação do atirador de canhão e do chefe de carro;
- limitação imposta pela luneta do canhão, geralmente de carro de combate obsoleto; não prepara o instruendo para todos os tipos de carros de combate existentes no Exército.

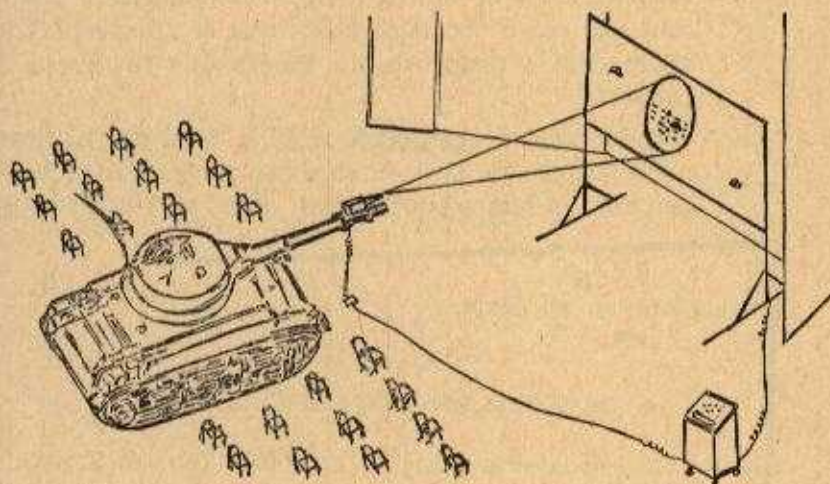
4. UMA SOLUÇÃO PARA MELHORAR O RENDIMENTO DA APRENDIZAGEM

α. Meio Auxiliar de Instrução LP-1

Visando minimizar as dificuldades apontadas no item 3, foi concebido o meio auxiliar de instrução — LUNETAS PROJETADA N.º 1, (LP-1) — que basicamente é constituído de três partes:

- um projetor de *slides* montado sobre o canhão de um carro de combate;
- uma tela de papel branco;
- um console de controle ligado ao projetor e à tela.

O conjunto pode funcionar num fundo de garagem, sendo a tela protegida contra a luz direta do sol.



b. Vantagens propiciadas pelo LP-1

- transfere a instrução de dentro da exígua torre para fora do carro; na torre só fica uma equipe de instruendos (chefe de carro-atirador), de cada vez, para executar o tiro;
- todos vêem a pontaria feita pelo atirador; o instrutor pode corrigi-la observando a projeção do diagrama da luneta, na tela;
- a relação instrutor-instruendo pode ser modificada para 1/30 ou mais;
- motivação de todos os instruendos pela participação permanente nas correções feitas pelo atirador e projetadas na tela;
- instrução simultânea do atirador de canhão e do chefe de carro; atrás da tela de papel, um sistema de lâmpadas controladas pelo instrutor representa os tiros dados pelos canhões, contra alvo fixo (1.º estágio da instrução-básico), permitindo a observação e o comando para o tiro subsequente;
- a mesma tela, devidamente equipada, pode apresentar um alvo móvel (2.º estágio);

largura dos mesmos e de suas extensões. Nos campos e clareiras ela é franca e livre. A observação pelo som pode ser realizada desde muito distante, principalmente para ruídos surdos, galhos quebrados, remos batendo na água, etc.

A observação aérea torna-se bastante difícil já que a copa das árvores a tudo encobre impedindo a observação do que se passa ao nível do solo.

Os campos de tiro para armas de trajetória tensa são restritos e freqüentemente terão que ser abertos na mata, neste caso serão em forma de túnel para facilitar a dissimulação. Nas áreas abertas, são limitados pelo capinzal, cuja altura prejudica a visibilidade e o tiro.

Os campos de tiro e posições para armas de trajetória curva são, também, difíceis de ser encontrados e terão que ser abertos e preparados.

Como consequência, a observação e a visibilidade impõem restrições ao controle e coordenação, mesmo de elementos de pequeno efetivo e prejudicam aos campos de tiro face às limitações ao alcance ou exigindo grande trabalho em sua preparação.

b. Cobertas e Abrigos

A cobertura vegetal proporciona ótima proteção das vistas e mesmo abrigo contra tiros diretos e indiretos. Os campos oferecem alguma proteção das vistas para movimentos a pé de pequenos efetivos. A selva possibilita ainda com facilidade a camuflagem e o disfarce.

Em consequência, grandes efetivos podem manobrar sem serem descobertos, da mesma forma que pequenos efetivos podem passar a pouca distância um do outro sem serem notados.

c. Obstáculos

A floresta é por si um obstáculo e freqüentemente dobrado pelos rios e partes alagadas, pelas irregularidades e falhas do terreno, pelo calor, umidade e alta pluviosidade, pelas endemias, insetos, etc.

Em consequência, há grande dificuldade no movimento de tropas de qualquer natureza, em especial aquelas motorizadas e mecanizadas.

d. Acidentes Capitais

Os pontos que proporcionam acentuada vantagem a quem tiver o seu domínio, são na selva caracterizados por:

- Villas, estradas, trilhas, pontes, etc;
- Pontos de bloqueio de entradas e saídas, à margem de cursos de água onde existem habitações;
- Cruzamentos e bifurcações de estradas, pistas ou caminhos que conduzem a pontos favoráveis;
- Locais favoráveis, a cavaleiro de trilhas ou fora delas, como clareiras e que se prestem a reuniões, estacionamento, bases de combate, que apresentem vanta-

gens quanto à observação e ao tiro e às ações inopinadas de emboscadas e contra-emboscadas.

e. Transporte e Deslocamento de Tropas

As dificuldades são enormes. As vias de transporte, estradas, caminhos e trilhas são escassas, afastadas entre si, estreitas, deficientes e sem possibilidade de se apoiarem mutuamente. Muitas vezes têm que ser abertas na selva, melhoradas e conservadas, sob as mais difíceis condições. Normalmente suas capacidades são pequenas, restringindo, condicionando ou dificultando o movimento e o apoio a grandes efetivos.

Os rios, quando disponíveis podem ser utilizados como vias de transporte e suprimento.

Como consequência, o movimento e deslocamento de tropas é penoso e restrito a pequenos elementos, freqüentemente sem contarem com apoio mútuo, agindo portanto descentralizados e com limitações no apoio administrativo.

f. Condições Meteorológicas

A chuva é o elemento predominante. Os altos índices pluviométricos concorrem para a manutenção da elevada umidade que associada às também altas temperaturas contribuem para o desconforto da tropa, influem no material e equipamento, reque-rendo adaptações e medidas especiais de manutenção e preservação, além de impossibilitarem

o movimento de veículos motorizados e dificultarem o deslocamento de tropa a pé.

Durante as chuvas intensas as condições de visibilidade pioram, dificultando ainda mais a observação.

Outro elemento a considerar é o vento, que dificilmente penetra na área densamente coberta pela vegetação, passando por sobre as árvores e exercendo influência no emprego de fumígenos e agentes químicos.

3. CONDICIONANTES OPERACIONAIS

a. Frentes e Profundidades

O espaço físico real ocupado por uma tropa em operações nas selvas é, pelas dificuldades já apresentadas, menor que nas operações convencionais. Entretanto, as unidades, subunidades e frações estarão forçosamente afastadas uma das outras de uma considerável distância e sem a possibilidade de contarem com o apoio mútuo, serão levadas a conduzirem combates isolados e independentes, aumentando suas áreas de responsabilidade e levando-as a ocuparem virtualmente espaços físicos com grandes e descontínuas frentes e enormes profundidades. Este espaço territorial contém mais espaços vazios que propriamente ocupados e as frentes, embora relativamente estreitas, são também intercaladas de grandes vazios.

b. Objetivos

Os objetivos, além de afastados e distantes, consistirão primordialmente de localidades, posições

importantes de expressão para o apoio administrativo, campos de pouso, portos e encoradouros, e bases de suprimento inimigas. Na realidade, situados ao longo de uma via de transporte terrestre ou fluvial. Os objetivos deverão ser mantidos por frações da tropa, por tempo superior ao das operações convencionais, ainda que esta tropa tenha que prosseguir.

Ressalta-se que, particularmente nas operações ofensivas, os verdadeiros objetivos se constituem nos agrupamentos de força do inimigo, onde estiverem.

c. Segurança e Surpresa

A excelência das cobertas e abrigos aliada às facilidades de camuflagem e disfarce oferecidas pela floresta possibilitam sempre a obtenção da surpresa e esta deve ser uma preocupação constante de todos os escalões de comando.

Em contrapartida, exige do defensor e mesmo do atacante cuidados redobrados no que tange à segurança. É necessário o emprego de considerável parte da força disponível em missões de proteção e segurança. Os objetivos conquistados requerem uma cuidadosa consolidação em um dispositivo circular de defesa e devem ser guarnecidos por elementos capazes e compatíveis antes de serem deixados para trás. Cuidados especiais devem ser tomados contra emboscadas e incursões, levando a tropa a exercícios continuos visando a diminuição de seu tempo de reação.

d. Informações de Combate

As fontes de informações são escassas e nem sempre dignas de confiança.

As cartas topográficas são normalmente inexistentes. Quando disponíveis, possuem limitações quanto à escala, são imprecisas e deficientes no que respeita às informações que contêm.

As fotografias aéreas não terão o mesmo significado quando comparadas com as obtidas em terrenos comuns, pois que a densa vegetação e as possibilidades de camuflagem e disfarce contribuem para a queda do valor informativo das mesmas.

Avulta de importância o emprego de patrulhas, cujas ações devem ser conduzidas intensamente visando a obtenção do máximo de informações sobre o terreno e o inimigo.

Outro aspecto de particular importância diz respeito ao levantamento das possibilidades do inimigo. Face às dificuldades de observação terrestre, como aérea, torna-se extremamente difícil e imprecisa a localização das forças inimigas capazes de influir em nossa missão. Muito problemático é ainda o cálculo dos tempos de reforço pela dificuldade em se determinar o tempo de deslocamento através da selva.

e. Coordenação e Controle

A floresta e seus obstáculos naturais, a limitada observação e visibilidade, o grande e descontínuo espaço físico ocupado pela tropa, as limitações inerentes às comunicações prejudicam o exer.

ciclo do comando. Assim o controle e a coordenação raramente se efetivarão em sua plenitude. As frações e pequenas unidades são forçadas a atuar compactas e isoladas, sem as ligações laterais físicas com as outras frações e mesmo distantes, em profundidade, dos outros escalões. As ordens e medidas de coordenação e controle merecem um apurado estudo a fim de serem planejadas com antecedência e nos mínimos detalhes.

f. Descentralização das Ações

As operações descentralizadas são uma constante. Devido aos aspectos do ambiente e dos condicionantes operacionais, as unidades tendem a atuar isoladas e necessitam de total iniciativa e engenhosidade.

Os combates se caracterizam por vários engajamentos, conduzidos em frentes descontínuas. Combates descentralizados que as unidades travam independentemente e com suas frações também descentralizadas.

4. VALOR, ORGANIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DA FORÇA

Em concordância com as características das operações nas selvas o maior escalão capaz de controlar e conduzir as operações é a divisão. Escalões maiores dificilmente serão empregados. Dentre as divisões, a de infantaria com algumas adaptações, é a GU ideal para este tipo de operações especiais.

Organizadas à base de batalhões de infantaria de selva e com suas

3 brigadas com características de semi-independentes, aliadas em seus equipamentos, adaptadas às condições operacionais, dotadas de meios adequados de apoio ao combate, meios próprios de comunicações e de apoio administrativo.

A divisão de infantaria assim estruturada deve conter meios adicionais de apoio administrativo e sua mobilidade tática ser aumentada por meios aéreos e fluviais postos a sua disposição ou apoio. Para isso aeronaves e helicópteros são indispensáveis, bem como embarcações fluviais.

Quanto ao material, deve ser leve, eficiente e simples; de fácil manutenção e resistente à umidade e às intempéries. Os veículos motorizados devem ser limitados ao mínimo indispensável e têm seu emprego restrito às estradas e pistas, e primordialmente nas atividades de apoio administrativo. O armamento leve deve predominar, com preferência para as armas de tiro tenso e grande velocidade inicial e os lança-rojões; quanto às armas de tiro curvo, preferência para os morteiros leves, canhões e obuseiros de pequenos calibres. Material de comunicações compacto e capaz de grande alcance; material telefônico flexível e resistente à umidade. Fardamento, calçado e equipamento de intenção adequados ao ambiente. Material de primeiros socorros e principalmente medicamentos preventivos são essenciais.

O elemento humano merece uma atenção particular. Homens naturais da região devem ter

prioridade na composição das unidades, especialmente as de combate. Na impossibilidade, outros elementos poderão compor as unidades de apoio administrativo, apoio ao combate e de combate, nesta prioridade. De qualquer maneira, todos devem ser treinados particularmente em orientação, natação utilitária, sobrevivência na selva, primeiros socorros, condução e manejo de pequenas embarcações, técnica e improvisação de obstáculos artificiais, na rápida reação, no combate de pequenas unidades e perfeitamente

adaptados às condições ambientais. É muito importante a preparação psicológica visando a confiança própria e mútua a fim de enfrentarem o medo da selva.

A preparação e treinamento das unidades devem ser esmeradamente planejados e executados com cuidado. É importante a exploração, pelas unidades, dos recursos locais com o aproveitamento intensivo da madeira, troncos e da vegetação na preparação das bases de combate, bases de suprimento, obstáculos, construções, pequenas embarcações, etc.

II — O APOIO DE ENGENHARIA

1. ASPECTOS GERAIS

As necessidades de engenharia para o apoio a uma operação nas selvas são consideravelmente maiores do que para o apoio às operações convencionais. Nas selvas, as condições ambientais, em particular a vegetação e o clima, exercem influência fundamental na montagem e conduta das operações, exigindo em acréscimo a adoção, pela força combatente, de uma organização adequada bem como processos especiais de combate. Estes reflexos fazem-se sentir na determinação das necessidades de engenharia. Os principais fatores a serem levantados nesta determinação, tendo em vista uma organização tipo para a engenharia, são:

a. Natureza e Duração da Missão

As missões atribuídas a uma força são de natureza ampla e de tempo de duração prolongada.

A natureza ampla da missão implica em que se deixe à força o máximo de liberdade de ação na montagem de sua manobra e na condução de suas operações. Dessa maneira, a missão procura limitar-se aos aspectos gerais e finalidades, permitindo ao escalão executante a seleção e escolha das direções de atuação, objetivos, atitudes a serem tomadas e formas de manobra a empregar. Essa amplitude significa para a engenharia em um aumento de suas necessidades de apoio; seja no plano tático, no planejamento e assessoria necessários à montagem da operação; seja no plano técnico, no atendimento à organização de seus meios orgânicos para o apoio às decisões tomadas e fazer face aos imprevistos da conduta das operações.

O tempo de duração da missão para um escalão considerado apresenta aspectos peculiares. Um aspecto, por exemplo, são as ne-

cessidades de deslocamento em terrenos difíceis e sob condições meteorológicas nem sempre favoráveis, tornando muito difícil sua previsão exata. De outro lado, as missões amplas normalmente têm uma duração bem maior se comparada às missões normais. Se de uma certa maneira o tempo disponível para a engenharia realizar seus trabalhos é bem maior, contribuindo para uma tendência em diminuir os efetivos de engenharia ou então para um emprego mais racional de seus meios; de outra maneira este mesmo tempo disponível aliado à independência das missões atribuídas ao escalão considerado implicam no aumento dessas necessidades, particularmente pela exigência deste apoio ter de ser auto-suficiente.

b. Apoio dos Escalões Superiores de Engenharia

Sendo a Divisão de Infantaria o maior escalão ideal para a condução de operações nas selvas é a engenharia da divisão, o ED, o maior escalão de engenharia existente na área de operações e único escalão com organização prevista e orgânico da força em operações.

A ED precisa dispor dos meios necessários já que não pode contar com a assistência e o apoio suplementar da engenharia dos escalões superiores, da E/Ex ou E/CEX. Estes meios devem incluir elementos adicionais de engenharia de combate para suprir as necessidades advindas do isolamento da divisão, bem como elementos de engenharia de construção,

de manutenção e suprimento, e equipes especializadas.

É a mesma característica de auto-suficiência que anteriormente foi analisada na missão e que se torna essencial para que a ED, ela própria é unicamente ela, atenda às necessidades de apoio da divisão.

c. Progressividade dos Trabalhos

Esta característica básica da engenharia em operações regulares sofre algumas modificações nas operações nas selvas.

Os trabalhos a serem realizados, em muitos casos, não serão progressivos através dos escalões sucessivos de engenharia, uma vez que o grande espaço operacional, o tempo e a natureza da missão forçosamente não determinam aquele movimento dos escalões nas operações regulares em que a engenharia da retaguarda vai assumindo a responsabilidade dos encargos da engenharia dos escalões da frente, complementando seus trabalhos ou dando progressividade aos mesmos.

Em outros casos esta característica é verdadeira, particularmente nas situações de movimentos e deslocamentos preparatórios ou quando os escalões da retaguarda da força considerada utilizam ou têm interesse no mesmo eixo de progressão de um dos escalões subordinados.

d. Terreno

É um aspecto muito importante, pois é sobre o terreno que a engenharia vai atuar. O terreno geralmente é de pouca con-

sistência, frouxo nas partes mais baixas e úmidas, contendo uma cobertura de terra vegetal de apreciável espessura e apresentando um solo do tipo laterítico. Não apresenta, normalmente, grandes desníveis, ondulações e montanhas, embora possa apresentar falhas e fendas, e barrancos íngremes nas proximidades de alguns cursos de água. O terreno e o solo facilitam no que diz respeito aos trabalhos de fortificações de campanha e organização do terreno, no entanto, não favorecem aos trabalhos de estradas.

A floresta vai impor à engenharia um grande aumento de suas necessidades de trabalho. É bem verdade que a vegetação favorece enormemente as cobertas, abrigos e possibilita ótimas condições de camuflagem e disfarce. Entretanto exige a limpeza de campos de tiro, a abertura de trilhas e pistas, a construção de campos de pouso para aeronaves e helicópteros, além de juntamente com as condições meteorológicas contribuir muito para a queda do rendimento nos trabalhos.

e. Condições Sócio-econômicas

As regiões onde se desenvolvem as operações nas selvas são de pouco desenvolvimento social e econômico. Existem grandes vazios demográficos entrecortados por pequenos e insuficientes aglomerados humanos. As cidades são raras e as localidades são de pequeno porte e muito distanciadas, geralmente ao longo das es-

tradas existentes ou cursos de água de significação como via de transporte.

Nesse quadro verifica-se que a área carece de humanização, os recursos locais permanecem inexplorados e muitas vezes desconhecidos; assim as facilidades que poderiam ser proporcionadas pela presença humana são mínimas.

Para o apoio às operações, os trabalhos de engenharia são extremamente necessários, quase tudo tem que ser planejado e executado. As condições mínimas de saneamento de ambiente devem merecer uma atenção redobrada. O tratamento e purificação da água é essencial. A carência de estradas e o estado de conservação das existentes, bem como das pistas e trilhas requerem um grande esforço das frações de engenharia.

f. Descentralização

Nas selvas a engenharia procura prestar seu apoio de forma descentralizada, passando ao comando da força interessada seus elementos e frações encarregados do apoio. É a melhor solução, tendo em vista o caráter de isolamento e independência em que se encontra a força apoiada.

Não obstante, os canais técnicos de engenharia devem funcionar, principalmente para permitir a troca de informações específicas e a assistência técnica.

2. MISSÃO GERAL DA ENGENHARIA

A engenharia tem por missão geral aumentar o poder combativo da força em operações nas

selvas, através de trabalhos técnicos e atividades logísticas que visem a facilitar o movimento e melhorar as condições de bem-estar da força e dificultar o movimento do inimigo.

3. CLASSIFICAÇÃO DAS MISSÕES

As missões atribuídas à Engenharia, suas unidades e frações, podem ser classificadas da mesma maneira que nas operações normais, em: missões de apoio ao combate, missões de combate e missões logísticas.

a. Missões de Apoio ao Combate

É a utilização da engenharia como arma de apoio, apoiando a força terrestre em suas operações de combate pela realização de trabalhos técnicos e atividades logísticas, a fim de aumentar o poder combativo da força terrestre.

b. Missões de Combate

É o emprego da engenharia como arma base, perdendo momentaneamente suas características de arma de apoio. Compreende:

- a defesa de seus canteiros de trabalho, na sua própria proteção e, em certos casos, na defesa de obstáculos e barreiras. É uma missão normal;
- emprego, em situações de crise, como arma base, na condução de operações de

combate. É uma missão excepcional que exige a sua reorganização, e ainda assim não apresentará toda sua eficiência, se comparada à arma base.

c. Missões Logísticas

É o emprego como serviço e compreende:

- o desempenho de atividades de suprimento de classe II/IV (Eng), suprimento de água e manutenção do material de engenharia;
- na realização de trabalhos técnicos que se destinem a atender às necessidades logísticas.

4. EMPREGO DA ENGENHARIA

a. Formas de emprego

As quatro formas clássicas de emprego já consagradas na guerra regular permanecem válidas, contudo, as considerações seguintes são importantes nas operações nas selvas:

- o reforço ou integração é a forma mais normal de emprego da engenharia junto aos escalões subordinados da força em operações. É a descentralização das ações seguida pela força apoiada e acompanhada pela engenharia;
- o apoio direto tem poucas oportunidades de ser utilizado;

- o apoio suplementar tem aplicação em alguns trabalhos à retaguarda dos escalões subordinados da força em operações, especialmente o apoio suplementar específico em trabalhos de manutenção de estradas e pistas, conservação de portos fluviais ou ancoradouros e campos de pouso que forem de interesse para as operações. O apoio suplementar por área terá muito pouca oportunidade de aplicação já que os grandes espaços operacionais plenos de espaços vazios não aconselham tal tipo de emprego;
- o apoio ao conjunto continua sendo a forma normal de emprego da engenharia em apoio ao todo da força considerada e de seus escalões mais à retaguarda.

b. Dosagens Básicas de Emprego

As dosagens básicas para o apoio de engenharia às operações nas selvas devem ser superiores normais usadas nas operações normais em consequência das maiores necessidades em trabalhos e do menor rendimento de trabalho face as condições ambientais.

Podemos assim estabelecer, *a priori*, como base de raciocínio, as quantidades seguintes:

- Cia Inf Selva, independente 0 a 1 Pel E Cmb
- BI Selva 1 a 2 Pel E Cmb
- Bda Inf (valor 3 Btl) 1 a 2 Cia E Cmb +
+ 1 Pel E Cnst
- Divisão Inf, independente .. 1 BE Cmb (4 Clas) +
+ 2 Cia E Cnst
+ Elm Serviço

III — A ENGENHARIA DIVISIONARIA

1. ORGANIZAÇÃO

a. A engenharia para apoiar uma Divisão de Infantaria em operações nas selvas deve ser constituída, essencialmente, pela Seção ED, pelo Batalhão de Engenharia de Combate, 2 Clas E Cnst, 1 Cia de Equipamento de Engenharia, 1 Cia Mnt Sup Eng e equipes técnicas especializadas na medida do necessário (Ver organograma na página seguinte).

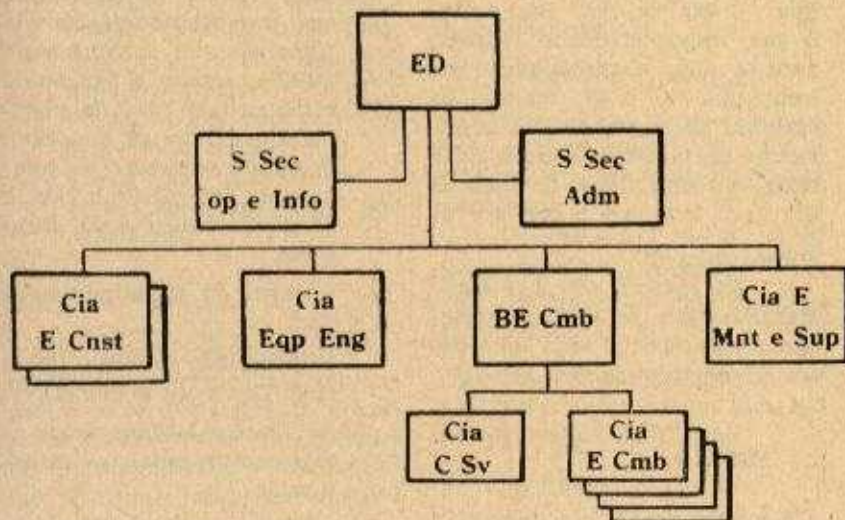
b. O Cmt da ED é o Cmt do BE Cmb, que ainda desempenha as funções de oficial do EM Especial da divisão, como chefe da Seção de Engenharia.

c. A Sec ED deve dispor de 2 Subseções; cada uma chefiada por um major de engenharia:

- Subsec Administrativa — para coordenar as atividades de pessoal e supervisionar todas as atividades relacionadas com a manutenção e o suprimento de engenharia. Ela deve ficar junto à base de suprimento da divisão;
- Subsec de Operações e Informações — para coordenar o planejamento, emprego e supervisão de todos os aspectos referentes ao apoio

de engenharia, bem como coordenar os assuntos referentes a reconhecimentos e informações de engenharia. Ela deve ficar na própria Sec ED e na base de combate da divisão.

e. As Cia E Cnst são de organização ternária e destinam-se a atender os trabalhos especializados de engenharia, em particular, os referentes à instalação das bases de suprimento e de combate da Div, de construção e



d. O BE Cmb compõe-se do EM, Cia C Sv e 4 Cias E Cmb, não dispondo da Cia Pnt.

- As Cia E Cmb devem ser de organização quaternária, isto é, a 4 Pel E Cmb e estes também com 4 Gp Eng. Assim a unidade contará com 16 Pel E, que normalmente devem ser suficientes para atender ao incremento dos trabalhos correntes;
- A Cia C Sv compreende, de um modo geral, o pessoal do EM/Btl e da Sec ED, do Pel Com, Pel Sv e Pel Eqp Eng. Não dispõe da seção de suprimento de água.

melhoramentos de estradas e trabalhos em vias fluviais.

f. A Cia Eqp Eng deve ser organizada à base de 1 Pel Eqp Eng e 1 Pel Eqp Flutuante e destina-se a suplementar as Cias E Cnst em suas necessidades específicas de equipamento de engenharia. Deve dispor de uma gama variada de equipamento mecânico leve, como tratores, compressores de ar, serra mecânica, carregadeiras, motoniveladoras, etc.; bem como equipamentos flutuantes com botes de reconhecimento, botes de assalto, flutuadores, pequenas barcaças, motores de popa passadeira, etc. Eventualmente, a

Cia poderá suplementar as Cias E Cmb, embora não deva ser muito comum, em virtude do BE Cmb já dispor de 1 Pel Eqp com esta finalidade.

g. A Cia E Mnt e Sup deve ser organizada à base de 1 Pel Sup Material Eng, 1 Pel Mnt Mat Eng e 1 Pel (ou Sec) Sup Água. É sua responsabilidade realizar, para a Div, a manutenção de campanha (3.º e 4.º escalões) do material de engenharia, o suprimento de material classes II/IV (Eng) e o suprimento de água. A Cia deve ficar sob o controle da Subsec Adm/ED.

h. As equipes técnicas especializadas que se fizerem necessárias, em especial uma IG e outra IH de informações.

2. MISSÃO

A missão da ED é a de apoiar, particularmente através da realização de trabalhos técnicos e de atividades logísticas, os elementos de manobra da divisão e a divisão como um todo.

No cumprimento desta missão a ED realiza:

a. Trabalhos Técnicos

1) Reconhecimentos

Constituem-se na principal fonte de informações de engenharia. A Eng/Div deve dispor, de, pelo menos, uma equipe técnica IG e outra IH para a coleta, avaliação, distribuição de informações de engenharia, como para a orientação de sua busca.

2) Vias de Transporte

A manutenção em condições de trânsito da rede mínima de vias de transporte, necessária à divisão. Esta rede deve se compor, basicamente, de:

- uma estrada ou via fluvial, que constituindo-se na via principal de suprimento (VPS), permita a ligação da retaguarda à base de suprimentos da Div (B Sup/Div), passando pela base de combate da Div (B Cmb/Div) e chegando até as B Sup/Bdas;
- estradas ou pistas que atendam:
- a circulação interna da B Cmb/Div e da B Sup/Div;
- as ligações laterais entre as Bdas empregadas, se disponíveis;
- as ligações para as áreas de estacionamento e reunião da Art/Div e da reserva.

Os trabalhos em estradas compreenderão, primordialmente:

- a conservação em condições de trânsito;
- a realização de melhoramentos tais como o alargamento da via, pequenos desvios e modificações na qualidade dos pisos;
- a reparação face à intensidade ocasional das condições meteorológicas.

Os trabalhos nas vias fluviais têm em vista, principalmente, a

conservação das boas condições de navegabilidade e podem incluir ainda:

- abertura e desobstrução de pequenos canais;
- limpeza da vegetação aquática e subaquática;
- proteção contra troncos e outros materiais flutuantes;
- pequenas correções do talvegue em trechos críticos e próximos aos fundeadouros e/ou embarcações;
- construção, conservação e reparação de portos ou fundeadouros.

3) Pontes

Está ligado aos trabalhos de estradas e compreende a reparação, o reforço, construção e conservação de pontes e pontilhões de interesse da Div. Este trabalho deve ser feito com intenso aproveitamento dos recursos locais.

4) Organização do Terreno

- planejamento e execução dos obstáculos necessários às operações da divisão;
- proteção das instalações da B Cmb/Div e B Sup/Div, inclusive a camuflagem destas instalações.

5) Instalações

- colaboração no planejamento e construção da B Cmb da divisão e da B Sup/Div;
- planejamento e construção de campos de pouso para aeronaves e helicópteros.

6) Assistência Técnica

Prestar apoio às Bdas e unidades das armas nos assuntos referentes à engenharia, especialmente nos trabalhos de organização do terreno e de instalações.

b. Atividades Logísticas

Resumem-se em:

1) Suprimento de Água

A base de um ponto de água para a B Cmb/Div, um para a B Sup/Div e um para cada Bda empregada.

2) Suprimento Classe II/IV (Eng) para toda a divisão.

3) Manutenção do material de engenharia.

Realizar a manutenção de 3.º e 4.º escalões de todo o material de engenharia da Divisão.

3. EMPREGO

Os meios à disposição da Eng/Div devem ser empregados da seguinte maneira:

a. As Cias E Cmb são articuladas:

1) À base de 1 e 2 Cias por Bda empregada e sob a forma de integração;

2) Ocasionalmente, 1 Cia (-1 ou 2 Pel E) pode ser dado à Bda reserva para atender, primordialmente, às necessidades de instalação e proteção de sua zona de reunião. Neste caso, a forma de emprego deve ser o apoio direto, sendo um dos poucos casos de aplicação deste emprego;

3) A(s) restante(s) fica(m) no apoio ao conjunto e deve(m)

receber encargos de trabalhos, de preferência, nos eixos entre a B Cmb/Div e as B Sup/Bdas empregadas, ou seja, na parte mais avançada do espaço operacional de responsabilidade direta da divisão.

b. As Cias e Cnst ficam sob a forma de apoio ao conjunto, em trabalhos de interesse da divisão:

1) Uma Cia E Cnst, normalmente, encarregar-se-á da VPS à retaguarda da B Sup/Div e dos trabalhos necessários à instalação e proteção desta B Sup;

2) A outra Cia E Cnst, encarregar-se-á da VPS à frente da B Sup/Div e até a B Cmb/Div e dos trabalhos necessários à instalação e proteção desta B Cmb;

3) Ambas as Cias devem ainda realizar outros quaisquer trabalhos que se fizerem necessários em suas respectivas áreas;

4) É normal que seja destacado de cada Cia, 1 Pel E Cnst para apolar as Eng/Bda em 1.º escalão. Este emprego deve ser feito sob a forma de integração ou de apoio suplementar específico, conforme a natureza e tipo dos trabalhos venham a exigir a permanência constante ou temporária do Pel junto à Bda empregada.

c. Quanto aos elementos de equipamento de engenharia:

1) A Cia Eqp Eng deve ser empregada integrada no BE Cmb suplementando as Cias e Cnst em equipamento mecânico e/ou equipamento flutuante;

2) O BE Cmb deve ainda integrar as Bda empregadas com meios de seu Pel Eqp orgânico.

d. A Cia E Mnt e Sup deve ficar na B Sup/Div ou em suas proximidades e sob o controle da Subsec Adm/ED. Ela tem possibilidade de instalar um P Sup Cl II/IV (Eng) e de realizar a manutenção de campanha de todo o material de engenharia da divisão. Destaca e integra às Bda elementos para a instalação de um P Sup Água por Bda; instala um P Sup Água na B Cmb/Div, outro na B Sup/Div e permanece um em reserva.

e. As equipes técnicas IG e IH são controladas diretamente pela Subsec Op e Info/ED.

f. A ED deve ainda ficar em condições de apolar a reserva quando empregada e de aumentar o apoio às Bdas empregadas.

Em síntese, a ED integra às Bdas empregadas com os meios de engenharia necessários ao seu apoio e permanece com os demais meios em apoio ao conjunto. Estes meios em apoio ao conjunto, à exceção das equipes técnicas de informações e da Cia E Mnt e Sup, ficam sob o controle e comando do BE Cmb. O BE Cmb, em princípio, divide a área de responsabilidade direta da divisão em três partes: a parte anterior e à frente da B Cmb/Div é entregue a(s) Cia(s) e Cmb; a parte intermediária, entre a B Cmb/Div e a B Sup/Div, é entregue a uma Cia E Cnst; a parte posterior, à retaguarda da B Sup/Div, é entregue à outra Cia E Cnst.

IV — A ENGENHARIA NA BRIGADA

1. ORGANIZAÇÃO

A brigada deve possuir em seu EM Especial um Major para ser o chefe da Eng/Bda e o responsável pelo emprego dos meios de engenharia postos à disposição da brigada. Estes meios são, normalmente, recebidos sob a forma de integração e seu valor depende, essencialmente, de:

- constituição da brigada;
- natureza e tipo da missão atribuída à brigada;
- distância e/ou dificuldades de ligações físicas entre a Bda e a Div.

Normalmente, podemos considerar o valor de uma Cia E Cmb (4 Pel) Elm Sup Água como elementos necessários ao apoio; todavia esse valor pode variar do mínimo de 1 Cia E Cmb (—), a 2 Cias E Cmb reforçada com 1 Pel E Cnst, equipamento mecânico e Elm Sup Água, conforme os fatores acima.

2. MISSÃO

Apoiar, especialmente pela realização de trabalhos técnicos, os elementos de manobra da Bda e a Bda como um todo. No cumprimento desta missão a engenharia na brigada realiza:

Trabalhos Técnicos

1) Reconhecimentos

Obtenção e difusão de informes técnicos de engenharia. A

Eng/Bda é o principal órgão de busca da ED, particularmente no que se refere a informes sobre o terreno e o inimigo.

2) Vias de Transporte

A manutenção em condições de trânsito da rede mínima de vias de transporte necessária à brigada. Esta rede deve se compor de:

- Uma estrada ou via fluvial, quando existente, que permita a ligação da B Sup/Bda (A Trens/Bda) à B Cmb/Bda;
- Estradas ou pistas que atendam:
 - as ligações entre a B Cmb/Bda e as Cmb dos batalhões empregados;
 - a circulação interna na B Cmb/Bda e na B Sup/Bda;
 - as ligações laterais entre os batalhões, se possíveis;
 - as ligações para área de estacionamento e reunião da artilharia e da reserva;
 - as imposições do escalão superior.

Os trabalhos em estradas resumem-se na conservação e na reparação face a ação inimiga ou as condições meteorológicas anormais.

Os trabalhos em vias fluviais têm em vista garantir a navegabilidade para pequenas embarcações. Devem se restringir apenas à limpeza e proteção contra troncos e materiais flutuantes e ao preparo ligeiro de portos ou ancoradouros.

3) Outros Trabalhos

- Reparação, reforço e construção de pontes e pontilhões de interesse para a Bda;
- Planejamento e execução dos obstáculos necessários às operações;
- Planejamento e colaboração na instalação da B Cmb da Bda e B Sup/Bda, bem como trabalhos necessários a sua proteção;
- Preparação de pistas de aterragem para aviões e helicópteros;
- Instalação e operação de um ponto de suprimento de água;
- Assistência técnica de engenharia às demais unidades.

3. EMPREGO

Os meios à disposição da Eng/Bda devem ser empregados da maneira seguinte:

a. A Cia E Cmb articula seus Pel:

1) A base de 1 a 2 Pel E por BI Selva empregado e sob a forma de reforço. É importante que, sempre que os meios atribuídos à Eng/Bda permitirem, o BI Selva que receber a missão mais im-

portante, no quadro da Bda, seja reforçado por 2 Pel E e os demais BI Selva com 1 Pel E;

2) A Cia E (—) fica no apoio ao conjunto e deve designar a seus elementos subordinados a responsabilidade pelos trabalhos nas estradas e pistas à frente da B Cmb/Bda, bem como colaborar na instalação e proteção desta Cmb.

b. O Pel E Cnst, quando recebido:

- Deve ser empregado no apoio ao conjunto e poderá reforçar a Cia E Cmb. Seu melhor emprego dá-se nos trabalhos de instalação e proteção da B Sup/Bda e na conservação da estrada ou pista que liga esta B Sup a B Cmb/Bda.

c. Elementos de equipamento mecânico recebidos em reforço:

- Passam a reforçar a Cia E Cmb nos trabalhos de apoio ao conjunto. Ocasionalmente e na medida das necessidades, poderão ser atribuídos aos Pel E em reforço aos BI Selva para a execução de trabalhos específicos.

d. Elementos de suprimento de água:

- Ficam sob o controle direto da Eng/Bda e devem instalar e operar um ponto de suprimento de água na B Sup/Bda ou em suas proximidades.

V — A ENGENHARIA COM OS BATALHÕES DE SELVA

Os batalhões de infantaria de selva, quando empregados, recebem da Bda meios de engenharia sob a forma de reforço. A missão desta engenharia será a de apoiar o batalhão como um todo.

Normalmente, 1 Pel E Cmb (4 Gp Eng) é a dosagem mínima normal de apoio a um batalhão. O Pel E deverá, em princípio, atuar de maneira centralizada, realizando todos os trabalhos técnicos necessários ao conjunto

do batalhão. Não é recomendável fracionar-se o Pel E em grupos para apoio às Cias Inf.

Em algumas situações, uma Cia Inf agindo isoladamente, no quadro da Bda, poderá exigir um apoio de engenharia e neste caso a Eng/Bda poderá reforçar esta Cia Inf com 1 Pel (— 1 ou Gp Eng). Os demais Gp Eng devem permanecer no apoio ao conjunto, reforçando outro Pel E Cmb ou mesmo o Pel E Cnst.

NR — Este artigo se constituiu em monografia do autor quando aluno da ECEME e selecionado pela Escola para publicação

BIBLIOGRAFIA

TE 5-01 — Engenharia, 1963, ECEME

NE 24-65 — Operações nas Selvas, 1965, ECEME

ME 100-5 — Operações, 1969, ECEME

TE 61100-2 — A Divisão de Infantaria, 1966, ECEME

Panorama Regional do Brasil — Conselho Nacional de Geografia, 1967

Amazônia, Paraíso e Inferno — Renato Ignácio da Silva, Biblioteca do Exército, 1970

«Sem um código de conduta e um sentimento dominante, um país se desintegra; falta-lhe um ponto central. Uma nação que é um ajuntamento de aventureiros não é absolutamente uma nação. Preservar a coesão nacional é, em parte, missão da família, da igreja e da escola. Mas o serviço militar é também parte vital da escola, da cidadania e dos valores nacionais. Talvez seja a mais rija e a mais valiosa das experiências educacionais em uma democracia, porque exige que a inteligência seja combinada com coragem e lealdade aos ideais — muitas vezes com o risco da própria vida.

Em um sentido real, portanto, as Forças Armadas são a pedra angular do sistema educacional, onde os cidadãos recebem as qualidades essenciais a uma sociedade livre. Se isso for percebido pelo povo, então também será compreendido o papel construtivo das Forças Armadas».

A Liderança do Marechal Bittencourt

Cel Int QEMA
JESSE TORRES PEREIRA

I — A FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE

Não há duas pessoas iguais, assim como sabemos que os 10 dedos das mãos não o são. As diferenças individuais são, na verdade, a grande explicação pela enorme diversificação do comportamento humano.

Muito se tem discutido sobre os elementos constitutivos da personalidade, no que se refere às suas predominâncias. Atualmente, porém, e segundo a maioria dos homens de Ciências, a personalidade aparece como resultado de duas peças principais — “a herança e o meio”.

Para evitar maiores discussões, concluíram que tais elementos cooperam com 50% cada um. Naturalmente que nenhuma conceituação em ciência subjetiva pode ter uma apuração categórica, mas, em princípio, é aceitável tal interpretação dos elementos constitutivos da personalidade. Isto, no entanto, não vem trazer um denominador comum dos homens em relação à personali-

de; muito pelo contrário, impõe uma diferenciação de homem para homem, influenciando extraordinariamente as relações entre os indivíduos.

Do entendimento e conhecimento das diferenças individuais é que dependem os chefes e líderes na realização de suas obras.

A personalidade não é um modelo comum e padronizado, mas uma obra individual com originalidade própria. Nenhuma tipologia poderá conter a complexidade da natureza humana e o número infinito de suas variações individuais.

Compete, portanto, a cada responsável, estudar o indivíduo, procurando caracterizar suas reações, seus interesses, suas aspirações. Assim poderá prevenir desvios e desajustamentos, e realizar a formação harmoniosa e integral de sua personalidade.

Na psicologia popular, diz-se que fulano tem ou não personalidade. Cientificamente, porém, todos têm uma personalidade que representa o conjunto de tendências, disposições e caracteres

fisiológicos, psicológicos, natos e adquiridos, formando uma unidade em torno do EU. Possui fatores orgânicos, psíquicos, sociais e culturais, sendo estruturada em constituição, temperamento, caráter e EU.

A constituição e a estrutura físico-morfológica; o temperamento, a endócrina-fisiológica; o caráter, a psicológica; o EU, a espiritual.

Desses aspectos destaquemos o caráter, que é "produto da interação do temperamento e do natural com o meio físico e social, sob a direção da inteligência".

O homem se forma a si mesmo, quer se reforme e aperfeiçoe por uma luta perseverante contra suas paixões e seus instintos, quer se deforme e se deprave à força de capitulações e covardia.

Nesse sentido, a luta pela vida — lei do mundo — é lei também do mundo moral. Renunciando a ela, a vida se extingue sob o peso da matéria, o instinto animal toma aos poucos o lugar da razão e da liberdade, e o homem se degrada a ponto de não ter outro caráter que não o seu temperamento. O caráter é, em grande parte, uma criação da personalidade.

Finalmente, o EU é a personalidade quando toma a consciência de si própria. Na infância é muito deficiente. Na adolescência a descoberta do EU se completa, surgindo o interesse pelos problemas da vida interior.

A vida da personalidade possui relação íntima com os seus valores, e do predomínio de um deles sobre a vida do espírito resultam os tipos de personalidade.

Personalidade é, pois, em síntese, "conjunto de hábitos, ati-

tudes e idéias que são desenvolvidas a respeito de pessoas e coisas": "um padrão pessoal de hábitos, atitudes e características que determina o ajustamento do indivíduo ao meio".

II — A HERANÇA E O MEIO NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE DO MARECHAL BITTENCOURT

Carlos Machado Bittencourt nasceu em 12 de abril de 1840, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Filho e descendente de ilustres militares, foi educado na rígida trilha do dever.

Seu avô, Major Camilo Bittencourt, morreu e foi sepultado na margem do Rio Ibicuí; seus despojos foram trasladados, mais tarde, para a Vila de São Borja, como homenagem aos relevantes serviços prestados à Pátria.

De seu pai, escreveu Caxias, na Ordem do Dia n.º 272, de 14 de janeiro de 1869, após realçar o empenho dos paraguaios em retomar uma posição perdida para o contingente brasileiro: "Seus esforços, porém, foram baldados. O intrépido e calmo Brigadeiro Jacinto Machado Bittencourt, apesar de achar-se com um vesicatório aberto, em consequência de seus graves ferimentos de fígado, entrou em fogo e se houve durante a noite com tal galhardia que, ao alvorecer, o inimigo recuava e nós não havíamos cedido um só palmo de terreno".

Carlos fez-se cadete aos 17 anos de idade, revelando ex-

traordinário pendor pela carreira das armas. Sua formação militar teve início na antiga Escola Militar de Porto Alegre, frequentando, após, as Escolas Central e Militar de Aplicação do Rio de Janeiro. Aos 24 anos, com os cursos de Infantaria e Cavalaria, depara-se com a primeira oportunidade de pôr à prova seu destemor, na Guerra contra Solano Lopez.

Em Tuluá pagou seu primeiro tributo de sangue. Depois vieram Itapiru, Humaitá, Angostura, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas. Atos de bravura determinaram a promoção a capitão, além de ser agraciado com as medalhas de mérito e da Campanha do Paraguai, e condecorações das Ordens de Cristo, do Cruzeiro e de São Bento de Avis. Todas as promoções seguintes, culminando com a de Marechal Graduado, em 12 de julho de 1895, foram concedidas por merecimento. Sua longa folha de serviços não registrou punição de qualquer espécie.

Constata-se, através desse breve relato, que os fatores herdados pelo Marechal Bittencourt foram de sorte a moldar o desprendimento e a atleza que haveriam de acompanhá-lo na carreira militar. De outro turno, a educação e o meio em que a recebeu forjaram-lhe a tempera indômita e resoluta.

A herança e o meio foram, por conseguinte, excepcionalmente propícios para o desenvolvimento da personalidade militar do Marechal Bittencourt.

III — ATRIBUTOS DO LÍDER

Liderança é o controle interno e a representação externa de um grupo por um ou alguns de seus membros, mercê de prestígio, autoridade, delegação, idade ou investidura sobrenatural.

Líderar é influenciar e congregar pessoas, arregimentando-as para a consecução de uma causa que elas passam a considerar como desejável e ideal; é marcar um objetivo e levar o grupo a conquistá-lo.

Essencial em todas as formas de liderança é o consenso social, sem o qual ela se transforma em despotismo ou tirania. Daí ser uma das mais eficientes e excepcionais qualidades do líder, nas sociedades metropolitanas contemporâneas, a serenidade no conceber, no julgar e no decidir. Os estímulos são tantos e tão diversificados que há necessidade de muita ponderação na arte-ciência de conduzir homens.

Para compensar as tensões e os entrechoques na interação dos grupos, contêm-se no líder, além dessas qualidades, outras que se antepõem às deficiências do homem moderno, tais como equilíbrio emocional, bom senso, perspicácia, tranqüilidade, conhecimentos pronunciados de Psicologia e Sociologia. É por igual indispensável que possua autodomínio, particularmente no que se refere à estabilidade, que se fundamenta na família bem constituída, em boa saúde e no perfeito ajustamento à função. Pode-se imaginar, a esta altura, quão difícil é encontrar tal ser humano. Essas qualidades

raramente se ajuntam numa só individualidade, todavia quanto maior o número delas concentrado num líder, maiores suas possibilidades de êxito.

Verifica-se, pois, que há homens dotados de qualidades especiais de liderança, e que, se conscientemente estudarem e se aperfeiçoarem, terão as condições ideais de líder. Não quer isto dizer que não seja possível adquirir, pela aprendizagem, muitas das qualidades de líder. Mas, entre o líder nato aperfeiçoado e o formado através de estudos, o primeiro será, por certo, o mais brilhante e eficiente. Ademais, em face do grau de subjetividade de que se reveste o complexo *Liderança*, muitas vezes, além das qualidades mencionadas, o líder deve possuir um conjunto de sentimentos que o situe em condições superiores para decidir.

Poderíamos chamar esse atributo especial de "Capacidade de Visualizar o Problema". Tal faculdade enquadra-se bem na concepção de "dom", e aqueles que a detêm são afortunados. Para estes, um problema pode ter sua solução antecipada, enquanto que, para outros, sua elaboração é lenta, processando-se através de caminhos difíceis e incertos.

Chega-se, afinal, à condição básica do líder: decisão — certo ou errado, é imperioso que decida com oportunidade. É o fator principal de sucesso na Administração científica de empresas, onde os líderes atuam como "cabeças" de um bem montado Estado-Maior. O trabalho de equipe, tão preconizado na Ciência

da Administração, assenta sua maior virtude na constituição da equipe e na eficácia de sua liderança.

Nessas condições, a equipe recabe a diretriz do líder, levanta as soluções possíveis por meio de apurado estudo, e submete-as ao líder, que optará pela que julgar mais conveniente à empresa. Tomada a decisão, volta o Estado-Maior a trabalhar com entusiasmo, dedicação, lealdade e segurança para cumpri-la. E este será o caminho do êxito.

A luz da Psicologia, a verdadeira liderança não é caracterizada por dominação, mas por dedicação. Esse é o motivo por que a liderança pode ser assumida por diferentes pessoas em diferentes momentos, desde que todas compartilham de uma aspiração ou meta comum.

O chefe formal, se houver, deixa prontamente que outros assumam a direção de fato quando conhecimentos especiais ou certos talentos destes os habilitam a enfrentar situações novas.

IV — ESSENCIA DA LIDERANÇA MILITAR

Espécie bastante peculiar do gênero Liderança, a liderança militar, conquanto se apóie nos alicerces que fundamentam o tema como um todo, encerra concepções mais rígidas, sendo alvo de freqüentes estudos especializados. Dois desses atingiram notoriedade mundial devido à autoridade incontestada de seus autores. Refiro-me aos trabalhos sobre liderança militar elaborados pelos Generais Hugo Von

Freytag-Loringhoven e Oliver Spaulding, este diretor da Seção de História do Army War College, dos Estados Unidos da América, equivalente à nossa Escola Superior de Guerra.

Tais monografias incluem estudos sobre a personalidade e a liderança demonstradas por chefes militares dos séculos XVIII e XIX, e das I e II Guerras Mundiais, entre os quais Clausewitz, Pershing, Foch, Paton, Mac Arthur, Eisenhower, Montgomery, Rommel, Washington, Lee, Grant, Sherman e Sheridan.

Reduzidas a um rol de vinte itens, são as seguintes as conclusões a que chegam aqueles eminentes publicistas acerca da essência da liderança militar:

1. Ninguém pode ser líder na guerra sem um caráter de ferro.
2. A vontade de vencer é particularmente importante quando se emprega o planejamento do Estado-Maior.
3. As deficiências do Comandante não podem ser corrigidas pelo Chefe de Estado-Maior.
4. Os grandes líderes não temem as responsabilidades.
5. Não se deve perder o espírito de iniciativa em tempo de paz.
6. Convém dar ao Estado-Maior oportunidades de exercitar sua iniciativa.
7. As guerras modernas exigem, mais do que nunca,

um Estado-Maior bem treinado.

8. É difícil, na guerra, manter a linha de ação que se decidiu adotar.
9. Líderes emotivos também devem possuir caráter de ferro.
10. Mantenha sua decisão inicial até convencer-se da necessidade de mudar.
11. É importante saber quando se deve mudar um plano.
12. Apegar-se à decisão original pode causar males maiores.
13. A obstinação é uma perversão da energia do caráter.
14. A obstinação faz perder oportunidades, podendo levar um General a não aproveitar uma oportunidade de ouro.
15. Um exército de mercenários e voluntários enfraquece o "Espírito de Corpo" da nação em armas.
16. Não se confunda "Espírito de Corpo" de um exército com seu "Moral".
17. O objetivo do treinamento poderá ser a antecipação da vitória na guerra.
18. Dedicar especial atenção ao significado de Moral e Honra para o soldado.
19. É necessário desenvolver e manter o espírito de realismo na guerra.
20. O julgamento de um líder militar deve ter em vista os resultados obtidos, isto é, o que fez em ação.

V — A LIDERANÇA DO MARECHAL BITTENCOURT

A projeção de alguns desses itens sobre a personalidade do Marechal Carlos Machado Bittencourt revelará que este foi um chefe militar de iniludível capacidade de liderança.

O item 20 preconiza que "o julgamento de um líder militar deve ter em vista os resultados obtidos, isto é, o que fez em ação". Assim, tomemos por paradigma a atuação do Marechal Bittencourt nos dois derradeiros episódios de sua existência, que o transportaram, em definitivo, para algumas das páginas mais dramáticas da História do Brasil. São eles sua intervenção para salvar de atentado o Presidente da República, aí perdendo a própria vida, e a Campanha de Canudos.

1. A Campanha de Canudos

Nos anos de indecisão e dificuldades que antecederam a Proclamação da República, percorria os Sertões nordestinos um místico, exortando o povo ao caminho do fanatismo religioso. O ambiente inculto e supersticioso era propício para que prosperasse a pregação de Antônio Conselheiro, cujos seguidores aumentavam às centenas, dia após dia.

Fixando-se no Arraial de Canudos, no sertão da Bahia, de lá irradiava orações anti-republicanas. Logo explodiram conflitos com localidades vizinhas. A esta altura, Antônio Conselheiro poderia ser considerado apenas como um desequilibrado mental. Era o chefe supremo de milha-

res de fanáticos, prontos a devastar e a matar sob suas ordens.

A primeira expedição enviada contra Canudos constituía-se de 130 praças, sob o comando do Tenente Pires Ferreira foi aniquilada. Outra coluna, composta de artilharia e infantaria, sob o comando do Major Febrônio de Brito, foi assaltada a cacetete e facção, sendo forçada a retirar-se. Segue-se-lhe uma brigada sob o comando do Coronel Antônio Moreira César; alcançou algum êxito militar, porém, devido à falta de suprimento, acabou sendo batida.

A notícia da terceira derrota provocou distúrbios populares no Rio de Janeiro, a ponto de ensejar depredações de rua.

Nova expedição, composta de duas divisões sob o comando do General Arthur Oscar, rumou para enfrentar Antônio Conselheiro.

Os exércitos em operação dependiam, àquela altura da evolução militar brasileira, de recursos locais e de fornecedores civis. Napoleão notara os perigos dessa dependência. E na Campanha de Canudos era a causa principal das derrotas das forças regulares.

Logo o General Arthur Oscar solicitou ajuda, pois não tinha como manter a tropa em condições de combate.

O Marechal Bittencourt, então Ministro da Guerra, entendeu que chegara o momento de intervir, ante a iminência da quarta "débâcle". Foi examinar o teatro de operações pessoalmente, concluindo que os insucessos resultavam da deficiência de organização de um serviço que fosse

capaz de manter o moral da tropa, proporcionando-lhe alimentação, fardamento, equipamento, transporte e água sob condições de segurança, regularidade e pontualidade.

Bittencourt compreendeu que não foram somente os jagunços os responsáveis pela derrota das expedições anteriores; inimigo ainda mais terrível, porque ainda incombato, era o sertão.

Determinou a criação de armazéns escalados inteligentemente à retaguarda, num esforço admirável do que hoje aconselha a moderna doutrina da logística. Adquiriu muares e organizou um corpo regular e eficiente de comboios para ligar os depósitos entre si e a tropa em combate. Depois disso ordenou o ataque: em quarenta dias estava liquidada a campanha, com a vitória das forças do governo.

Euclides da Cunha, em "Os Sertões", exalta o papel desempenhado pelos comboios de muares, afirmando que "mil burros mansos valem por dez heróis". E, como ainda escreveu, o Marechal Bittencourt "era, realmente, o homem feito para aquela emergência".

Na atuação do Marechal Bittencourt na Campanha de Canudos podemos identificar a presença de vários dos 20 itens anotados.

Concedeu aos comandantes das expedições e seus respectivos Estados-Maiores oportunidades de se exercitarem, contudo verificou que a decisão original poderia conduzir a males maiores. Manteve-a até convencer-se da necessidade de mudar. E soube quando e como mudar o pla-

no de operações. Também demonstrou entender que as deficiências do Comandante não podem ser corrigidas pelo Estado-Maior, daí preferir deslocar-se pessoalmente ao teatro de operações, a fim de levantar as causas da derrota.

Encarou a situação com espírito de realismo, colocando a necessidade da vitória acima da majestade da função política que ocupava. Não temeu responsabilidades ao montar um dispositivo de apoio de suprimentos até então inédito no país.

2. O Atentado ao Presidente da República

A Campanha de Canudos fornecera pretexto para explorações político-partidárias. No dia 5 de novembro de 1897 teve epílogo trágico a trama oposicionista, que ambicionava galgar o poder naqueles primórdios de regime republicano no Brasil.

Estava marcada a chegada do primeiro contingente dos efetivos vitoriosos em Canudos.

Por volta do meio dia, o Presidente da República, acompanhado pelo Marechal Bittencourt e por outras autoridades, encontrava-se a bordo do vapor "Espírito Santo", para mais cedo felicitar os guerreiros. A cerimônia terminou uma hora mais tarde, e todos regressaram à terra. À entrada do Arsenal, no Calabouço, espreitava a comitiva o instrumento dos politiquinhos, o Anspeçada Marcelino Bispo de Melo. A aproximação de Prudente de Moraes, sacou da garrucha e deu ao gatilho três vezes, mas a arma não detonou.

O Coronel Mendes de Moraes, então chefe do Casa Militar do Presidente, investiu contra o criminoso, ao mesmo tempo em que o Marechal Bittencourt avança e tenta imobilizá-lo. O anspeçada saca de uma faca-punhal e desfere quatro golpes contra o marechal, que sucumbe instantes depois.

Na prisão, antes de suicidar-se, o assassino declararia que jamais conhecera homem tão bravo e desprendido como o Marechal Bittencourt.

O caráter de ferro, o espírito de iniciativa, a consciência do valor moral de soldado, confirmados no último ato do Marechal de Ouro — quando já não se poderia imputá-los a arroubos temerários da mocidade ou a uma ingênua imprudência —, vêm completar os contornos de uma personalidade poderosa de líder militar.

VI — O SERVIÇO A ALTURA DE SEU PATRONO

É de Augusto Comte a sentença de que os vivos serão sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos. Com efeito, o exemplo de passadas gerações orienta e estimula o homem em suas melhores realizações, ao mesmo tempo em que o previne de enganos em que outros terão incorrido.

Ao invocar-se a figura do Marechal Carlos Machado Bittencourt — símbolo perene da dignidade e do devotamento de que deveria imbuir-se todo militar — é de se indagar se nosso

Serviço está à altura de seu Patrono, 74 anos depois de sua morte.

Preliminarmente, ressalte-se que a existência das funções de Intendência em nosso Exército compreende duas fases, cujo marco divisor é a Campanha de Canudos.

Com a vinda da família real portuguesa para a colônia da América do Sul, criaram-se, em março de 1811, os Arsenais de Guerra, com encargos semelhantes aos dos atuais Estabelecimentos de Material. Em maio de 1821, um decreto criou o Quartel Mestre-General, ao qual competiam as questões relativas ao rancho da tropa e ao fardamento, equipamento, material de acampamento, arreamento e utensílios usados pelo Exército.

Como passo seguinte, instituiu-se a Intendência-Geral da Guerra, em outubro de 1896. Até então, a noção de logística era ainda incipiente. A Intendência não acompanhava o desenrolar das operações no terreno em que ocorriam, restringindo-se a equipar a tropa em demanda à frente de batalha.

A Campanha de Canudos demonstrou as limitações desse conceito, e o ampliou, por via do Marechal Bittencourt, para incluir a idéia de assistência integral e apoio ao combatente no próprio campo de luta.

Em 1908, a Intendência-Geral era substituída pela Diretoria da Administração e Intendência de Guerra, o que significava um desdobramento: serviços burocráticos internos — tesouraria, almoxarifado e aprovisionamento

— e os ligados à logística. Tal situação consolidou-se com o Decreto número 14.385, de 1.º de outubro de 1920, pelo qual se criava a Diretoria-Geral de Intendência da Guerra, com atribuições específicas para tempo de paz e em tempo de guerra. O Serviço conquistava autonomia.

A importância da atuação da Intendência nas conflagrações mundiais de 1914 e 1940 concedeu-lhe o epíteto de "Rainha da Logística", desmentindo, inclusive, a asserção de Cervantes, de que "o Intendente é o herói sem glória".

Atinge a Intendência contemporânea alto grau de especialização, mercê de exigências, crescentemente maiores, do desenvolvimento tecnológico e de novas facetas da guerra da década de 60.

Como Serviço, a Intendência brasileira caminha, a passos lentos — é verdade —, mas seguros, em demanda a ombrear-se, a despeito da carência de recursos,

aos mais avançados serviços do gênero no mundo. Mormente após a vitória do novo espírito de desenvolvimento, com ordem e dignidade. A implantação dos métodos preconizados pela reforma administrativa em alguns estabelecimentos do país assim o atesta, bem como a utilização, em escala cada vez maior, de modernos equipamentos mecanizados e, em alguns casos, eletrônicos.

Como profissional que pretende integrar-se no espírito militar e entregar-se ao serviço da Pátria, o Intendente brasileiro deve, por um lado, voltar-se para o exemplo de seu Patrono, e dele fruir as lições de honradez, sabedoria e dedicação à missão, e, por outro, reconhecer que as dimensões do Serviço estão a dele requerer capacitação e empenho constantemente renovados, em busca da especialização e do preparo técnico-profissional que o introduzam, verdadeiramente, como participante da obra de construção nacional.





Ten Cel Inf QEMA
EUROMY DIAS TELLES PIRES

Surge do trabalho conjugado uma Nação.
Embalada de amor, liberdade e paz
Símbolo de um povo livre e consciente
Que sabe o que quer.
Um País amante da paz
Impulsionado pelo amor entre todos
Cadinho da união de várias raças
Empenhou-se somente em lutas justas.
Nunca empanou o brilho da vitória,
Tentando oprimir o inimigo momentâneo
Emprestou sempre honras ao vencido.
Nada lhe tirando ou exigindo sem justiça.
Assim se forjou este grande País
Radiando luz, concórdia e esperança
Implantando um novo conceito de democracia
Onde imperam trabalho, amor, justiça e liberdade.

A Pesquisa de Recursos Minerais no Brasil

**(Condensado de uma conferência proferida na Escola
de Guerra Naval, em abril de 1972)**

RONALDO MOREIRA DA ROCHA

1 — INTRODUÇÃO

Esta exposição se inicia por uma síntese da evolução histórica da mineração no Brasil, abordando com enfoque especial as medidas adotadas no setor mineral pela Revolução de 1964; em seguida, apresentará as razões que conduziram o Governo a criar a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, dando sua constituição, estrutura, objetivos e atual fase de atividades, para finalmente tecer algumas considerações acerca da conjuntura nacional e internacional.

2 — A MINERAÇÃO NO PAÍS

2.1 — Síntese da Evolução Histórica, até 1964

A história da mineração em nosso País remonta ao século XVII, com a intrépida atuação dos Bandeirantes na procura de pedras e metais preciosos, riquezas essas que dariam possibilidade à Coroa Portuguesa de equilibrar o que seria hoje a sua "balança de pagamentos" com outras nações do mundo. Pode-se dizer que às Bandeiras de Mineração fica o Brasil a dever a ocupação do seu planalto e o surgimento de novas cidades interiores, ultrapassando os limites estabelecidos no Tratado de Madrid. É a primeira contribuição efetiva que a mineração nos dá em termos de ocupação e desenvolvimento do País, ainda ao tempo do Brasil-Colônia.

Mais tarde, a descoberta do ouro, em Minas Gerais, na região do Rio das Velhas, operou uma verdadeira revolução na economia brasileira, resultando daí o advento de um período de prosperidade, do

qual muito se beneficiou Portugal, período esse que perdurou até a ocasião em que as minas de ouro começaram a dar sinal de esgotamento.

No início do século XVIII, começa a corrida do ouro na Serra da Mantiqueira, passando as autoridades da época a organizar administrativamente as minas. As zonas mineiras tornam-se povoadas com rapidez, transformando-se em eixo econômico da Coroa. Tal fato contribuiu para que a remessa de ouro destinada a Portugal fosse, em 1703, superior a 4.000 quilos. Datam daí os primeiros engenhos destinados a retirar o cascalho dos rios para a extração do ouro, além da utilização do trabalho escravo na mineração.

Após a Independência, pelas mãos do seu Patriarca, tornaram-se frequentes as vindas, ao Brasil, de cientistas e técnicos estrangeiros, para trazer-nos conhecimentos novos no campo da geologia.

No Império, como decorrência da extraordinária visão do nosso Imperador D. Pedro II, foi fundada, em 1876, a tradicional Escola de Minas de Ouro Preto, responsável pela formação técnica de homens ilustres, que deixaram gravados os seus nomes na história da geologia brasileira. A Escola de Minas de Ouro Preto determina o aparecimento da verdadeira indústria da mineração no País.

Em 1907, surge o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, entidade que prestou os mais relevantes serviços no campo da pesquisa e da ciência mineral.

Com o advento da Revolução de 1930, suas idéias renovadoras determinaram a transformação do então Serviço Geológico e Mineralógico no Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, criado em 1933.

Pouco depois, em 1934, sob a inspiração do Marechal Juarez Távora, é editado o primeiro Código de Minas, instrumento legal que disciplinou a vida mineral brasileira.

A atuação de mais de três décadas do DNPM tem o seu ponto mais alto na ação extraordinária que desenvolveu no período de 1939 a 1945, quando o Brasil, em virtude da sua efetiva participação no esforço de guerra, se transformou em produtor de importantes minerais estratégicos, empregados durante a II Guerra Mundial.

Em sua existência, o DNPM conheceu duas fases distintas. A primeira delas, que pode ser caracterizada como de 1934 até 1964, período em que convocou técnicos para o setor, iniciou novas atividades com eficiência e entusiasmo, marcando uma fase positiva sob o ângulo da mineração extrativista.

Com a diminuição acelerada dos pedidos de autorização para pesquisas e de concessão para a lavra de minerais, decorrentes dos novos princípios estabelecidos pela Constituição de 1946 e, também, em decorrência do processo inflacionário que se instalara no País,

começou o DNPM a perder os seus melhores técnicos, atraídos pela indústria privada com melhores condições de ganho, iniciando-se então a sua fase de declínio e de desprestígio, que só não foi total graças ao espírito de sacrifício de uns poucos, que continuaram lutando na esperança de melhores dias.

2.2 — Atuação dos Governos da Revolução

Pode-se dizer que, até 31 de março de 1964, não foi grande o papel incentivador do Governo no incremento da pesquisa e da exploração dos recursos do subsolo nacional.

Com a Revolução de 1964, o 1.º Governo Revolucionário, exercido pelo eminente e saudoso estadista Presidente Castello Branco, voltou suas vistas para o importante problema da pesquisa e aproveitamento dos nossos recursos minerais.

No próprio ano de 1964, sob a égide do então Ilustre Ministro das Minas e Energia, Eng.º Mauro Thibau, foi elaborada, pela primeira vez, uma definição da política do Governo Federal para o setor mineral, enunciada clara e formalmente, na Exposição de Motivos n.º 391/64, política essa que, em suas linhas gerais, se mantém inalterada até hoje. Em essência, ela pode ser traduzida nos dois objetivos fundamentais seguintes:

- a) utilizar intensa e imediatamente as reservas minerais conhecidas; e
- b) ampliar rapidamente o conhecimento do subsolo do País.

Em consequência, foi instituído o Fundo Nacional de Mineração e traçado um "Plano Mestre Decenal para a Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil".

As etapas previstas no Plano Mestre Decenal são as seguintes:

1 — *Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo.*

Elemento básico de integração dos conhecimentos geológicos, indispensável a um planejamento para o setor mineral. Para sua elaboração, está sendo utilizada a carta do Brasil de mesma escala, editada pelo Conselho Nacional de Geografia;

2 — *Projetos Básicos.*

Projetos que compreendem o mapeamento geológico-econômico sistemático, de caráter regional, na maioria dos casos, e executado em escala 1:250.000 até 1:500.000;

3 — *Projetos Específicos de Pesquisa Mineral.*

Projetos decorrentes de trabalhos realizados em projetos básicos, levados a efeito em áreas selecionadas, onde há manifestação de jazidas minerais. Encerram atividades de prospecção e pesquisa mineral, nele incluídas a geoquímica, a geografia e sondagens, que são realizadas em caráter progressivo até chegar à avaliação da jazida encontrada e a suas possibilidades econômicas.

Dentro do Plano, recebem atenção especial os minerais que possam contribuir para diminuir nossas necessidades de importação e aumentar o volume da exportação brasileira no setor.

Seguiu-se ao Plano Mestre Decenal, o Novo Código de Mineração, publicado em 1967, com base na Constituição Federal promulgada no mesmo ano e que retornou à propriedade da Nação o subsolo, desvinculando-o da propriedade do solo.

Enorme foi o esforço do 1.º Governo da Revolução para incrementar a atividade minerária no País, esforço esse fortalecido, no 2.º Governo da Revolução, pela patriótica continuidade administrativa que se registrou no setor.

Entretanto, grandes foram as dificuldades que se apresentaram aos órgãos da administração pública encarregados dessa relevante tarefa.

As limitações no que diz respeito à admissão de pessoal qualificado, a impossibilidade de remunerar os técnicos necessários, em níveis compatíveis com o mercado de trabalho vigente, e os conhecidos obstáculos burocráticos na adoção de medidas administrativas, para a contratação de serviços com empresas de engenharia especializadas, para a realização de obras e para aquisição de equipamentos e materiais exigidos, fizeram que o Governo do eminente Presidente Costa e Silva pensasse em encontrar uma fórmula capaz de vencer os obstáculos apontados.

A necessidade de uma administração financeira flexível, capaz de realizar operações financeiras, com facilidade, tanto no País como no exterior, com a possibilidade de conceder recursos a particulares, mediante convênios com entidades financeiras, foram também fatores considerados na decisão que deveria ser adotada para solucionar o problema.

Surgiu então a concepção de tirar da execução direta do Estado todos os serviços de campo, até então a cargo do DNPM e do DNAEE, para confiá-los a uma sociedade de economia mista que, embora controlada pelo Governo Federal, sob a forma de maioria acionária, teria toda flexibilidade de uma empresa privada. A essa sociedade, que veio a ser constituída, foi dada a denominação de Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM.

Outrossim, mesmo com o progresso demonstrado nos últimos anos, o setor mineral continuava a se ressentir de uma deficiência fundamental, com vistas à iniciativa privada, qual seja a carência, cada vez maior, por parte dos mineradores nacionais, de recursos financeiros para a realização dos investimentos de risco exigidos pela pesquisa mineral detalhada indispensável após o descobrimento de qualquer ocorrência mineral. Para remediar esse estado de coisas, o Governo fixou-se ainda mais na criação de uma empresa estatal capaz de, ao mesmo tempo que realizasse, de forma mais adequada, os trabalhos fundamentais de mapeamento básico e de geologia geral, efetuasse investimentos de risco, financiando empresas de mineração e realizando, também, contratos de prestação de serviços a entidades privadas, mediante remuneração.

Finalmente, ao configurar a CPRM como uma sociedade de economia mista, objetivou o Governo a participação dos mineradores privados no capital social da Empresa, com a presença inclusive de um representante seu no Conselho de Administração da Companhia, o que veio a ocorrer efetivamente.

Quanto ao pensamento do atual Governo acerca da solução encontrada para o problema, nada melhor do que citar as próprias palavras do eminente Presidente Garrastazu Médici, por ocasião da Assembléia Geral da Constituição da CPRM:

"O acerto do ato de sua criação já se consagra na extraordinária ocorrência de recursos financeiros da poupança particular e das empresas particulares interessadas... Quero dizer a todos quantos, nesta hora, estão formando conosco nesta grande Empresa — com as suas economias, com o seu trabalho, com o seu idealismo, com a sua confiança — minha certeza de que este é um empreendimento fundamental para o nosso progresso e que haveremos de revelar nos anos que não de vir, por debaixo de nossos pés, a verdadeira dimensão de um novo Brasil."

3 — A CPRM

3.1 — Constituição

A Constituição da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM — foi autorizada pelo Decreto-lei n.º 764, de 15 de agosto de 1969, calcada em Exposição de Motivos do Ministro das Minas e Energia, Professor Antonio Dias Leite ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Em 8 de janeiro de 1970, realiza-se em Brasília a Assembléia de Constituição da CPRM, aprovada posteriormente pelo Decreto número 66.058, de 13 do mesmo mês.

Entrava, assim, em funcionamento mais uma sociedade de economia mista do Governo Federal, jurisdicionada ao Ministério das Minas e Energia e situada no mesmo plano da Petrobrás, Eletrobrás e Companhia Vale do Rio Doce.

3.2 — Estrutura Administrativa

A CPRM é dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas e uma Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração tem a seguinte composição:

- a) 1 Presidente, nomeado pelo Presidente da República e demissível *ad nutum* e que é também o Presidente da Diretoria Executiva;
- b) 3 a 5 Diretores, eleitos em Assembléia Geral, com mandato de quatro anos;
- c) 4 Conselheiros, um deles, representante da iniciativa privada, eleito em Assembléia Geral, sem o voto da União; os 3 outros, considerados membros natos do Conselho, na qualidade de Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica e Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Presentemente a Diretoria Executiva está composta de 4 Diretores, aos quais foram atribuídas as seguintes áreas de atuação:

- 1 — *Diretoria de Administração*: Pessoal, Material, Serviços, Compras, Organização e Métodos e Serviço Legal;
- 2 — *Diretoria de Finanças*: Administração Financeira, Controle Económico-Financeiro, Estudos Económico-Financeiros;
- 3 — *Diretoria de Operações*: Condução das Atividades Operacionais da Companhia e Direção Técnica dos Órgãos Descentralizados de Execução e dos Centros Especializados de Apoio;
- 4 — *Diretoria do Patrimônio*: Processamento da Incorporação de Bens; Cadastramento, Controle e Fiscalização dos Bens Móveis e Imóveis, Coordenação e Fiscalização de Obras.

Ao Presidente da Companhia compete dirigir, superintender, coordenar e controlar as atividades e negócios da CPRM, dentro das diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração.

3.3 — Objetivo Social

A CPRM tem por objetivos:

I — Estimular o descobrimento e intensificar o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do Brasil;

II — Orientar, incentivar e cooperar com a iniciativa privada na pesquisa e em estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos;

III — Suplementar a iniciativa privada, em ação estritamente limitada ao campo da pesquisa dos recursos minerais e hídricos;

IV — Dar apoio administrativo e técnico aos órgãos integrantes do Ministério das Minas e Energia.

De acordo com o disposto no art. 4.º, § 1.º, do Decreto-lei número 764, devem ser assim considerados:

- a) Recursos Minerais — as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, bem como na plataforma continental;
- b) Recursos Hídricos — as águas, tanto de superfície como subterrâneas.

Estão excluídos dos recursos acima referidos o petróleo e outros hidrocarbonetos e os gases raros, por força do que prescreve a Lei n.º 2.004, de 1953, que deu à Petrobrás o monopólio da pesquisa dos mesmos.

Para atingir seus objetivos sociais, a CPRM poderá:

I — Elaborar estudos e executar trabalhos de geologia e hidrologia, bem como efetuar pesquisas de recursos minerais e hídricos;

II — Realizar, quer diretamente, quer em cooperação com entidades privadas, estudos científicos, tecnológicos, econômicos e jurídicos visando à exploração e o aproveitamento dos recursos minerais hídricos;

III — Prestar assistência técnica a entidades públicas e privadas, mediante celebração de contratos remunerados de prestação de serviços;

IV — Promover e incentivar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário às suas atividades.

Aos órgãos de administração direta do Ministério das Minas e Energia — o DNPM e o DNAEE — estão reservadas as atribuições de planejamento da política global do setor e o exercício das funções de natureza normativa e fiscalizadora.

A criação da CPRM possibilitou ainda sanar os sérios inconvenientes de superposições de campos de atuação, não somente entre órgãos e entidades de mais de um Ministério mas, inclusive, dentro da jurisdição do Ministério das Minas e Energia. Apenas para exemplificar, existiam no País, cuidando da pesquisa mineral, o Departamento Nacional da Produção Mineral, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a extinta Comissão do Plano do Carvão Nacional e a SUDAM.

Com o advento da CPRM cabe a esta empresa, conforme o determinado no art. 23, do Decreto-lei n.º 764, a execução das seguintes atividades:

- a) estudos e pesquisas hídricas e energéticas, atualmente a cargo do DNAEE — Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica;
- b) estudos geológicos, de pesquisa mineral e de investigação e desenvolvimento de processos de beneficiamento mineral, atualmente a cargo do Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN e do Departamento de Recursos Naturais da SUDENE.

3.4 — Capital Social da CPRM

O capital social da CPRM é de Cr\$ 100 milhões, dividido em Cr\$ 60 milhões de ações ordinárias e Cr\$ 40 milhões de ações preferenciais, no valor de Cr\$ 1,00 cada uma. As ordinárias são nominativas, com direito a voto; as preferenciais são nominativas ou ao portador, sem direito a voto.

A União manterá sempre, no mínimo, 51% das ações com direito a voto. Por força do art. 11 do Decreto-lei n.º 764, a União e a Comissão do Plano do Carvão Nacional subscreveram Cr\$ 60 milhões do capital da CPRM, cuja integralização foi feita em dinheiro, bens, direitos e ações.

Podem ser acionistas da CPRM pessoas jurídicas de direito público interno, entidades da administração pública indireta e pessoas físicas e jurídicas de direito privado.

Para dar uma idéia da receptividade da Companhia, assinalamos que, dos 1.544 acionistas da CPRM, mais de 1.500 são pessoas de direito privado dentre as quais destacamos as seguintes empresas da maior projeção, notadamente no setor da mineração: S. A. Indústrias Votorantim, Cia. Cimento Portland Itaú, Ind. e Comércio de Minérios S. A. — ICOME, Mineração Brasileira Reunidas S. A. — MBR e S. A. Mineração de Amianto.

4 — ATUAÇÃO DA CPRM

4.1 — Forma de Atuação

A CPRM, com pouco mais de dois anos de existência legal, iniciou suas atividades de campo em 13 Estados, com uma estrutura preliminar, que foi aperfeiçoada com o prosseguimento dos seus primeiros trabalhos e adaptada às necessidades, às conveniências e ao volume das crescentes responsabilidades da Companhia.

Obedecendo aos moldes e princípios que regem a administração da empresa privada, a CPRM mantém a flexibilidade indispensável para atender às exigências de sua atividade eminentemente dinâmica, levando sempre em causa a capacidade técnica do seu pessoal, a eficiência funcional de cada empregado e os custos operacionais da Empresa.

No que diz respeito ao pessoal, o regime jurídico dos empregados da CPRM é o da legislação trabalhista.

Quanto aos funcionários que haviam sido contratados pelo Governo, mediante recibo de prestação de serviço ou no regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, os mesmos foram admitidos na CPRM, sem ônus trabalhista algum para esta, através da prestação de testes de suficiência, e à medida das necessidades da Empresa.

Recrutados mediante testes de habilitação ou prova de títulos, para os de nível superior, já estão trabalhando para a CPRM com remuneração dentro dos níveis atuais do mercado de mão-de-obra, mais de 1.800 empregados, sendo 1.100 o número de técnicos de diferentes níveis.

4.2 — Agências

Objetivando uma descentralização controlada, a Companhia criou inicialmente 10 unidades regionais, que denominou Agências, onde está colocando os técnicos necessários para fiscalizarem, de perto, os trabalhos de pesquisa que estão sendo executados pela CPRM, bem como aqueles que contratou com firmas especializadas.

São as seguintes as Agências da Companhia:

- 1 — Agência Porto Velho, com jurisdição na Província Estanifera de Rondônia;
- 2 — Agência Manaus, com jurisdição nos Estados do Amazonas e Acre e no Território Federal de Roraima;
- 3 — Agência Belém, com jurisdição no Estado do Pará e no Território Federal do Amapá;
- 4 — Agência Recife, com jurisdição nos Estados do Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e no Território Federal de Fernando de Noronha;

- 5 — Agência Salvador, com jurisdição nos Estados da Bahia e de Sergipe;
- 6 — Agência Vitória, com jurisdição nos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara;
- 7 — Agência São Paulo, com jurisdição nos Estados de São Paulo e Paraná;
- 8 — Agência Porto Alegre, com jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina;
- 9 — Agência Belo Horizonte, com jurisdição no Estado de Minas Gerais;
- 10 — Agência Goiânia, com jurisdição nos Estados de Goiás, de Mato Grosso e Distrito Federal.

Subordinadas a cada uma das Agências, há unidades menores de campo, denominadas Residências e estas, por sua vez, terão sob sua supervisão imediata os Acampamentos e os Postos.

A jurisdição sobre a plataforma continental fica diretamente a cargo da Diretoria de Operações da Companhia.

Além da Sede, em Brasília, tem a Companhia um Escritório no Rio de Janeiro, um Depósito Central de equipamentos pesados em Caeté, no Estado de Minas Gerais, e está dando os primeiros passos para a construção do seu Centro de Tecnologia Mineral — CETEC.

4.3 — Convênios celebrados

Estando o início das atividades da CPRM subordinado, na forma do Decreto-lei n.º 784, à celebração de convênios com os órgãos da Administração Federal, cujas tarefas de campo foram transferidas para a mesma, a Companhia, antes mesmo de completar quatro meses de funcionamento, firmou três convênios básicos, com os seguintes órgãos federais.

- 1 — DNPM — para executar estudos e trabalhos nos campos da geologia e do beneficiamento mineral, em todo o território nacional.
- 2 — DNAEE — para executar estudos e trabalhos de hidrologia, em todo o território nacional.
- 3 — CNEN — para pesquisar minerais nucleares e de interesse para a energia nuclear em todo o território nacional.

Encarando como de necessidade imperiosa um perfeito e integral entrosamento entre a CPRM e todos os demais órgãos e entidades governamentais que atuam no campo da pesquisa de recursos minerais, procura permanentemente somar esforços, por meio de no-

vos convênios, pois não é concebível, a meu ver, que num país em acelerado desenvolvimento, com recursos insuficientes para atender a todos os seus programas básicos de infra-estrutura e enfrentando ainda um combate contra a inflação, tenhamos entidades oficiais duplicando serviços e superpondo áreas de atuação.

Da maior valia para as atividades da CPRM, tem sido o perfeito relacionamento que existe entre a Companhia e o Estado-Maior das Forças Armadas, o Serviço Geográfico do Exército, a Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha e a Comissão Mista Executiva do Acordo Brasil-Estados Unidos sobre Serviços Cartográficos.

4.4 — Pessoal

É preocupação constante da Companhia a rigorosa seleção do pessoal que integra o seu quadro de técnicos e auxiliares administrativos, todos admitidos obrigatoriamente mediante prestação de testes de habilitação ou comprovação de títulos e *curriculum vitae*, no caso dos técnicos de nível superior.

O surpreendente crescimento das atividades e responsabilidades da CPRM determinou que o número de empregados da Companhia atingisse, em dois anos, a 1.898, com a seguinte distribuição:

1 — Técnicos de Nível Superior	615
2 — Técnicos de Nível Médio	290
3 — Auxiliares Técnicos	290
4 — Pessoal Administrativo	703
TOTAL GERAL	1.898

4.5 — Projetos em execução

Como empresa de serviços, a CPRM vem executando trabalhos em 108 projetos nos setores mineral e hídrico.

Estes projetos de pesquisa mineral estão sendo executados para o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), para a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE).

A título de ilustração podemos informar de uma forma geral a natureza dos trabalhos:

- Levantamento e mapeamento geológico de áreas;
- Avaliação de possibilidades geológico-econômicas de áreas;
- Reconhecimento geológico e geoquímico de áreas;
- Perfurações para pesquisa de minerais;
- Sondagens para captação de água subterrânea;
- Levantamento aeromagnetométrico de regiões;

- Perfuração e perfilagem de poço localizado na plataforma continental;
- Prospeção geoquímica de aluviões;
- Locação de novas estações hidrelétricas;
- etc.

Também para empresas particulares, a CPRM está executando trabalhos de sondagem para pesquisa de minerais (cobre, fluorita, carvão mineral, calcários, etc.), em diversos pontos do país.

4.6 — Pesquisas próprias

Paralelamente à sua atuação como executora do planejamento governamental no campo das pesquisas minerais e hídricas, a CPRM está dando cumprimento a sua missão de suplementar a iniciativa privada na pesquisa de bens minerais, agindo como uma empresa de mineração e utilizando recursos próprios nas pesquisas que requer em nome próprio.

Cumprir esclarecer que, de acordo com a legislação vigente, a CPRM deverá colocar em licitação pública os resultados das pesquisas que realizar empresarialmente, licitando essa a que poderão concorrer quaisquer empresas de mineração que satisfizerem às condições estabelecidas nos respectivos editais, a serem publicados.

Assim, a CPRM já requereu ao DNPM 94 pedidos de autorização para pesquisa, dos quais 40 já foram objeto de expedição dos competentes alvarás.

4.7 — Financiamento à pesquisa mineral

Esse financiamento é, sem dúvida, um dos elementos mais importantes de toda a estrutura montada para o desenvolvimento da pesquisa mineral. Suprindo uma deficiência de base do setor — a carência cada vez maior, por parte dos mineradores nacionais, de recursos financeiros para a realização dos investimentos de risco exigidos pela pesquisa mineral detalhada, indispensável após o descobrimento de qualquer ocorrência mineral — o Governo concebeu uma forma de fortalecimento da empresa privada fazendo baixar o Decreto n.º 66.522, de 30-4-70, que fixa normas especiais para o financiamento à pesquisa mineral.

No financiamento com cláusula de risco total, a CPRM empresta até 80% dos recursos necessários para a execução de um plano de pesquisa mineral, entrando o minerador apenas com a percentagem restante. Em caso de insucesso, isto é, não sendo economicamente explorável a jazida descoberta, fica cancelada a dívida do mutuário, arcando este apenas com o prejuízo da parcela de 20%, com que entrou para o empreendimento.

Num período de apenas doze meses, foram apresentados à CPRM 17 pedidos de financiamentos destinados à pesquisa de cassiterita, ouro, schellita, sal-gema, cobre, titânio, manganês, níquel e fluorita, no montante de Cr\$ 79 milhões. Desses pedidos 3 já foram contratados, na importância total de Cr\$ 7,4 milhões e 4 estão aprovados pela Diretoria da CPRM, em vias de contratação, envolvendo Cr\$ 13 milhões, e os demais encontram-se em fase de análise conjunta com o BNDE.

Os números apresentados justificam a nossa grande satisfação com o interesse do empresariado nacional pela atividade de pesquisa mineral, reagindo favoravelmente às medidas sérias e objetivas que vêm sendo tomadas pelo Governo Federal para dinamizar o setor mineral.

Graças ao perfeito entrosamento que existe entre o BNDE e a CPRM, foi criada uma sistemática especial para a análise dos pedidos de financiamento exclusivamente para a pesquisa mineral, fazendo com que atualmente a Companhia possa examinar, em apenas dois meses, qualquer pedido de financiamento que tenha sido solicitado, dentro dos requisitos constantes do Manual de Assistência Financeira elaborado pela CPRM, para maior facilidade das empresas de mineração.

Numa reafirmação do seu desejo de solidarizar-se com o mineador nacional, correndo com o mesmo os riscos inerentes à pesquisa mineral, o Governo Federal criou uma nova fonte de recursos para financiar as empresas de mineração através da Lei n.º 5.732, de 1971, que destina à CPRM 80% dos dividendos das ações da Companhia Vale do Rio Doce de propriedade da União Federal, com a finalidade específica de aumentar os recursos destinados pela CPRM para atender aos financiamentos de pesquisas minerais.

4.8 — Participação da iniciativa privada

"A CPRM, no desempenho de suas atividades, deseja a participação da iniciativa privada. Abrindo novos campos de trabalho, a Companhia convocará as empresas privadas para dar-lhes efetiva e contínua participação nos serviços que executará." Estas foram palavras que pronunciei na Escola Superior de Guerra, em 12-6-70, poucos meses após o início de operações da CPRM.

Quase dois anos depois, informo que a CPRM vem cumprindo rigorosamente essa diretriz, com os melhores resultados para o País.

Infundindo confiança nas empresas especializadas em serviços de sondagem, hidrologia e aerolevantamentos, foi possível reunir para o setor apreciável força de trabalho adicional.

Essas empresas, cujas capacidades de execução estavam em grande parte disponíveis, antes da criação da CPRM, receberam contra-

tos da Companhia no expressivo montante de Cr\$ 50 milhões, o que jamais teria sido possível no sistema vigente antes da CPRM.

O número de empresas de sondagem cadastradas na CPRM elevou-se em menos de um ano, de 7 para 20, muitas delas já em plena expansão do seu corpo técnico e com mais sondas e equipamentos. Trabalhando lado a lado com as equipes da CPRM, elas nos ajudaram a realizar o aparente milagre de efetuar, no período de um ano, trabalho superior ao antes executado em quinze anos, e dentro de um regime de custos e cronogramas rigorosamente controlados.

Com resultados tão auspiciosos e garantindo a tais empresas um fluxo de trabalho contínuo, não tenho dúvidas de que será possível executar anualmente, a partir de 1975, os 500.000 metros de sondagem previstos para o setor mineral.

Como os Senhores podem aquilatar, longe de levar à falência as empresas especializadas que operavam no setor mineral — como foi apregoado por aqueles que se bateram contra a criação da CPRM — esta Companhia veio propiciar àquelas uma atividade jamais prevista.

(Continua no próximo número)

"A moderna estratégia não mais se baseia apenas em operações militares em larga escala, mas inclui manobras políticas, econômicas, tecnológicas e psicológicas, além da penetração ideológica, capazes de aumentar os fatores de poder de uma nação ou coalizão."

Vocação Integracionista de Brasília

**Engenheiro
VASCO NETTO**

No dia 30 de agosto de 1883, sonhava Dom Bosco com esta Brasília admirável, que hoje todos nós tanto admiramos e tanto queremos.

1. Brasília tem realmente vocação integracionista. Não representa, apenas, a antevisão do futuro dos que a preconizaram, a audácia dos que a construíram nem a consciente e firme posição dos que a consolidam.

Brasília é, acima de tudo, a afirmação de grandeza do povo brasileiro.

“Em 1823, José Bonifácio propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de BRASÍLIA.”

Não escapou à argúcia de um ilustre baiano do passado, Virgílio Damásio, o que representa a interiorização de nossa Capital, para o desenvolvimento de vasta região no nosso “hinterland”. Eis como se expressou na Constituinte de 1890 o então senador baiano: — “Suponhamos, por um momento, que fosse assentada em território do Estado de Goiás (como mais de uma vez se tem dito), na Vila Formosa da Imperatriz por exemplo, ponto que é proximamente eqüidistante do Pará e do Rio Grande do Sul, um pouco mais arredado para Leste, distante apenas do Atlântico 160 léguas, ao passo que pouco mais do que isso dista da Cuiabá e umas duzentas e tantas da fronteira da Bolívia.

Em primeiro lugar, facilitar-se-ão as comunicações para o centro e a disseminação, por isso que, acompanhando a ida da Capital para essas paragens, a corrente, cujo centro é hoje, aqui, o Rio de Janeiro, caminhará para lá e, portanto, derramar-se-ão, com muita facilidade, com muito mais rapidez, as conquistas em torno da nova Capital."

O Professor Jerônimo Monteiro, em 1958, afirmava com justeza: "Não se trata de transplantar a residência da administração para um rincão longínquo. Premeditam-se o avanço da civilização, a criação de um foco de desbravamento integral, a continuidade efetiva da ocupação pátria, estendida a todo o vazio desse imenso "hinterland".

Mestre Jerônimo Monteiro tinha razão, e os fatos provaram-no.

Brasília é como que o ponto de equilíbrio de uma série de "vetores de transportes" que convergem para o centro das decisões político-administrativas do país.

2. Brasília está, praticamente, localizada no tríplice divisor de águas das nossas grandes bacias hidrográficas, posição favorável a uma visão panorâmica, por assim dizer, de todo o país.

Os "Caminhos naturais" têm, historicamente, aproveitado o "Guaiáz".

Há um cruzamento deles nas proximidades de Brasília, deixando marca nos "Couros" dos caminheiros do passado.

Capistrano de Abreu, indicando os "núcleos" que se formavam ao redor de São Paulo, como pontos de partida de diversos caminhos de penetração, assim se expressa em "Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil":

"Ao tempo em que os conquistadores se batiam contra os índios de Paraguaçu e Ilhéus, prosperava à volta de São Paulo grande número de vilas: Mogi das Cruzes, Parnaíba, Taubaté, Guaratinguetá, Itu, Jundiá, Sorocaba, são todas anteriores a 1680, anteriores ao grande êxodo que assinalou o último quartel do século XVII. Cada uma das vilas extremas demandava destino diverso: as vilas do Paraíba do Sul apontavam para as próximas Minas Gerais, como Parnaíba

e Itu apontavam para Mato Grosso, como Jundiá apontava Guaiaz, e Sorocaba para os campos de pinheiros em que surgia Curitiba.

... chegara a vez de Jundiá, de onde partiu Bartolomeu Bueno cortando afluentes do Rio Grande, e o próprio Rio Grande, pondo-se do outro lado do Parnaíba (o do Sul) encontrou finalmente os índios guaiazes, que vira menino, quando por aquelas brenhas guerreava em companhia de seu pai Anhanguera, o diabo velho, o diabo legião que incendiava os rios. Em águas de um afluente do Araguaia pintou o primeiro ouro. Abundantes minas encontraram logo Amaro Leite, Godói, Calhamara pela ribeira do Araguaia, pela ribeira do Tocantins."

Vindo do Norte, o gado, dos "núcleos econômicos" da Bahia, subindo o São Francisco, atinge o interior mineiro. Passando pelos Vales do Tocantins e Araguaia estende-se a criação pelos sertões goianos de Amaro Leite.

"Via Goiás, penetrou o gado as regiões do Mato Grosso, onde foi de encontro às manadas que subiam de Vacaria das possessões espanholas; assim também o gado que subia o São Francisco encontrar foi-se com o que pela Capitania de S. Vicente tinha sido introduzido em Sabarabuçu e Vale do Rio das Velhas, em Minas Gerais."

"São Vicente, Bahia e Pernambuco foram, portanto, os centros irradiadores da criação para as regiões Central e Nordeste do Brasil."

E mais:

"A divisória das águas entre o Tocantins e São Francisco abunda em gargantas, seguramente já trilhadas pelos índios: Duro, São Domingos, Taguatinga, Santa Maria, Arrependidos, etc. Pelas gargantas mais setentrionais, os gualanos se comunicaram com a margem pernambucana (esquerda) do São Francisco, de onde com mais facilidade tinha de ir o gado de que precisavam, sob pena de morrerem de fome; pelas mais meridionais atingiram a margem baiana do São Francisco, ou terras de Minas, que apresentavam como termo de viagem os portos da Bahia e Rio de Janeiro, a todos os respeitos mais vantajosos que São Paulo ou Santos."

A garganta do Santa Maria deve ser aquela conhecida hoje como Garganta do Morcego — no Divisor Vão do São Domingos através do Córrego do Morcego e do “Vão” do Santa Maria, através do Córrego da Gameleira.

É talvez o mais notável colo na Serra Geral, permitindo a melhor travessia entre as águas do São Francisco e do Tocantins, numa altitude de apenas 717m.

Na conquista paulatina levada a efeito pelo “ciclo do gado” vem-se o cruzamento, no Planalto Central, dos caminhos do Sul com os caminhos do Leste.

Von Martius, há mais de 150 anos, vindo do distrito Diamantino, passando por Itacarambi, atravessou o Carinhonha e N.O. das Sete Lagoas, das quais a mais conhecida é hoje denominada Lagoa da Pedra, nas cabeceiras do Rio Cochá.

Dai foi à cabeceira do Rio Formoso, descendo para o “Vão do Paranã”, depois de atravessar as cabeceiras do Piratinga, chegando, finalmente, a Contagem de Santa Maria, posto de fronteira em Minas Gerais e o “Guaiaz”.

Refere-se, então, à chapada dos Couros e ao arraial do mesmo nome, à fazenda Mestre d'Armas, dentro já do nosso atual Distrito Federal.

Assinala as riquezas minerais da região e, fato curioso, marca, com uma certa indecisão, a possibilidade de seguir, quer para o Sul, quer para o Norte, quer para o Leste, pois que, da região de Brasília tal pode acontecer em face da posição geográfica da nossa Capital.

“Os próximos arredores deste posto de Fronteira eram, pelas características e pela sensível diferença de clima, de feição a incitar-nos a seguir adiante, quer pelo Vale do Tocantins, quer para a capital da capitania, Vila Boa, hoje cidade de Goiás; somente nosso plano, impondo-se preferência rumo à Bahia”...

As opções que se apresentaram a Von Martius são, mais uma vez, consequência do cruzamento das “linhas naturais de circulação” de “Vetores de Transportes” no Planalto Central, como que a indicar o lugar certo para nele fixar-se o centro das decisões da nação brasileira, confirmando a vocação integracionista de Brasília.

Ainda Von Martius assinala, mais uma vez, a tendência natural do comércio do Planalto Central com o Nordeste, com a Bahia: "Criação de gado é quase a única ocupação dos sertanejos, do Paraná em diante; e eles despacham, anualmente, para a Bahia, um considerável número de bois e cavalos sendo estes últimos os melhores produtos de Goiás."

E mais: voltando para a fazenda do Rio Formoso, seguiu para a Bahia, passando por Carinhanha, Malhada, Caetité ou Vila Nova (do Príncipe) dentro de uma diretriz que século e meio depois deveria ser a rota de ligação do Planalto Central com a Bahia através de uma moderna rodovia.

Pela diretriz da Vila do Rio das Contas, não se deveria seguir como o fez Von Martius, pois "entre Caetité e Vila do Rio das Contas tínhamos que galgar durante muitos dias de viagem, em território muito montanhoso".

Em face da topografia difícil, ter-se-ia que se procurar as proximidades de Brumado, o Vale do Rio das Contas, como veio a acontecer, nos tempos hodiernos.

Referindo-se ao posto aduaneiro da Malhada, destaca Von Martius a existência de grande estrada leste-oeste, "Está Malhada à beira da Estrada Principal — entre a cidade da Bahia, Goiás, Mato Grosso e Cuiabá — na qual trafegam, de um lado para outro, vinte tropas grandes de mulas". Observe-se que Carinhanha e Malhada situam-se, praticamente, frente a frente no Rio S. Francisco.

3. Fixada, em face das breves notícias históricas, a atração exercida aos caminhos pioneiros pelo Planalto Central, cabe agora examinar, no decorrer dos tempos, como tal atração continuou a ser exercida nos planos de viação que se imaginaram.

Poder-se-ia dizer que a fase pioneira, constitui-se, no Brasil, na era Eotécnica da evolução dos transportes da concepção de Munford.

Quando aqui chegaram as inovações motrizes da máquina a vapor — da era paleolítica — surgiram os primeiros planos de Viação, como os que ainda hoje se imaginam, dentro já da era neotécnica, contemporânea, sob a égide do motor a explosão.

É curioso notar que as vias e meios de transportes ajustam-se à evolução.

As estradas reais servindo às "tropas grandes de mulas", procurando os "caminhos mais acomodados para as cavalgaduras e para as cargas" bem como mais abundantes em forragens para o sustento das tropas, tiveram as suas diretrizes praticamente seguidas, quer pelas ferrovias, quer pelas rodovias que se vierem a implantar ou projetar.

Houve, e é natural que tal fato tivesse acontecido, a busca das "linhas de menor resistência" o que é válido em qualquer das eras ou estágios da classificação de Lewis Mumford.

No limiar da era da locomotiva a vapor, no Brasil, surgiram os primeiros Planos de Viação.

É curioso observar-se que o primeiro deles, de 1869, do Engenheiro Militar Eduardo José de Moraes, cuidava da "Navegação Interior do Brasil", procurando indicar como interligar, por canais, as bacias hidrográficas.

A atração do Planalto, no entanto, é ressaltada, no primeiro plano conjunto de autoria do Engenheiro Ramos de Queiroz, em 1874. Verifica-se o cruzamento da artéria central — linha leste-oeste, articulada com o mar na costa baiana, com a diagonal que vem de São Paulo, um pouco a oeste da cidade de Goiás (Ilustração 1).

No Plano Rebouças também de 1874, mais de sentido geométrico, constata-se os cruzamentos das grandes "paralelas" P-3 e P-4 com as "convergentes" C-4 e C-5 estas, aproximadamente, dentro das direções dos Vales do Tocantins, Araguaia na região do Planalto Central. (Ilustração 2).

O Plano Bicalho, de 1881, dando ênfase à interligação das bacias hidrográficas, como exceção de regra, não apresenta os históricos cruzamentos no Brasil Central.

No entanto, já em 1882, no 1.º Congresso Ferroviário Brasileiro, o Clube de Engenharia constituiu uma comissão composta dos Engenheiros Oliveira Bulhões, Ferino José de Mello e Jorge Rademaker Grunewald, para elaborar o Plano Geral de Viação.

PLANO RAMOS DE QUEIROZ

1874

Tratado Luso-Braziliano de 1874
1931

Legenda
Linha
Fronteira
Território
Luso-Braziliano

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA
COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
Linha de Contorno do Território

BRASIL

ESCALA 1:5 000 000

PROJECÇÃO CONFORME

ILUSTRAÇÃO 1

Novamente, na cidade de Goiás entrecortam-se as linhas leste-oeste e norte-sul, como que fixando, ali, no Planalto Central um futuro e importante "Núcleo de Transporte".

Por fim, encerrando o ciclo "Paleotécnico" vem a Comissão de 1890, constituída pelo Marechal Jerônimo de Moraes Jardim, engenheiro Alvaro Rodovalho Marcondes dos Reis, José Gonçalves de Oliveira, Edmundo Varela e Júlio Horta Barbosa, nomeada pelo Governo Provisório da República.

Novamente, ainda que pouco mais ao sul, em Catalão, há um cruzamento de vias indicadas, inclusive tendo arqueado o ramo norte para o Rio São Francisco.

Vê-se, pois, que todos os planos de Viação do Século Passado, com exceção de um só, talvez influenciados por fatos históricos e pela proposta de José Bonifácio, de 1823, sugerem cruzamentos no Planalto Central.

Integram-no, portanto.

Com o advento do motor a explosão e mais ainda com o advento da revolucionária idéia da produção em série de Henry Ford — "le demon de production em série" da exclamação de Jouffroy, — surgem ainda que com certo atraso, no Brasil, os planos rodoviários, já no século XX.

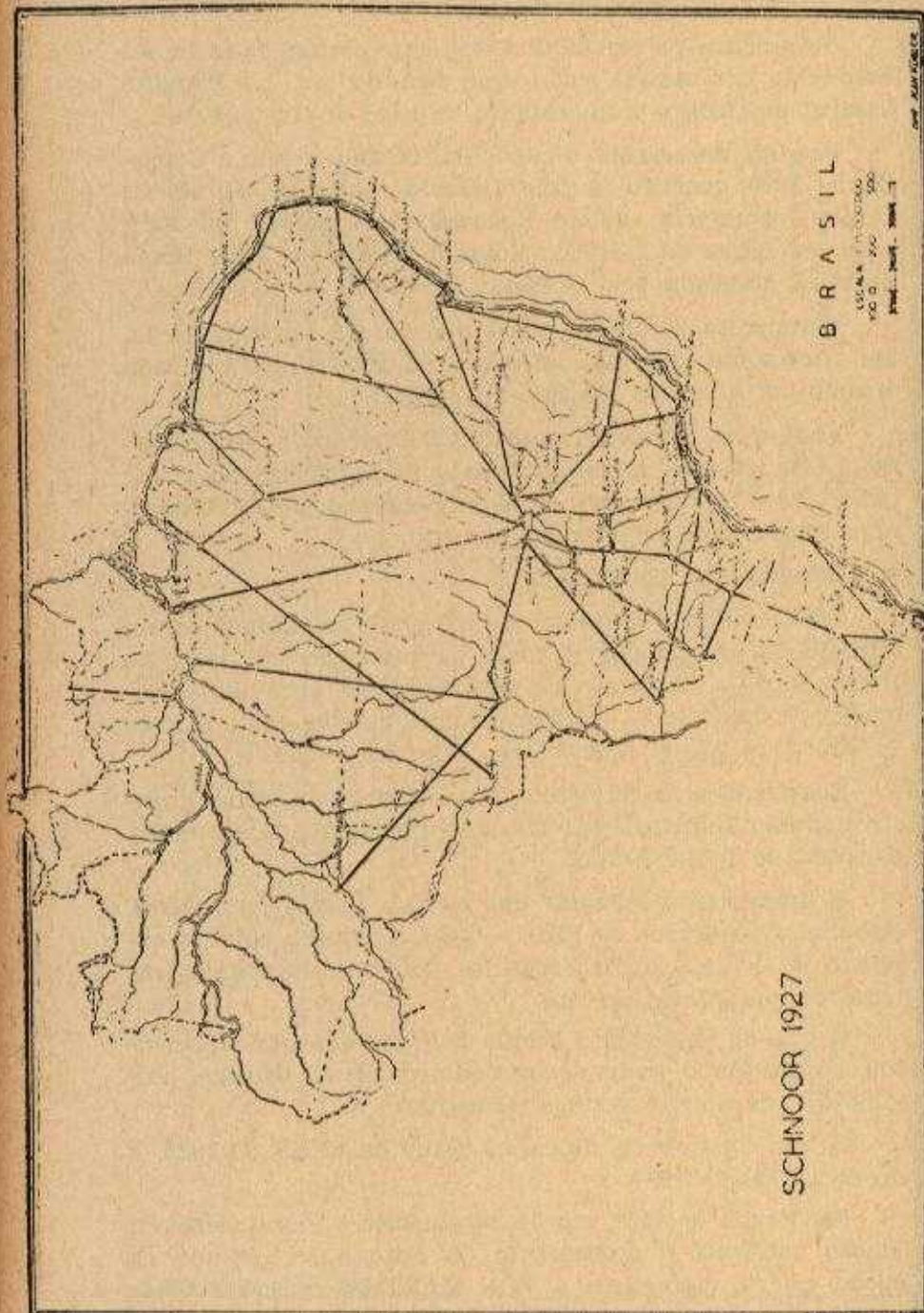
Reavivam-se as diretrizes das estradas: — Dona Francisca, União Indústria (de Mariano Procópio), da Filadélfia do sonho de Teófilo Otóni.

É interessante salientar que os dois planos rodoviários, elaborados na década de 1920 — 1930, tiveram o objetivo explícito da irradiação das rodovias da futura Capital para todos os quadrantes do País.

O grande engenheiro Emilio Schnoor em 1927 apresentou, no seu plano, as tendências das radiais de Brasília, próximo do que hoje se verifica. (Ilustração 3).

O fato constata-se, ainda no plano da CERF de 1928, e no do DNER de 1937.

Na década de 1930, em 34, novamente o Plano Geral de Viação confirma o cruzamento de Formosa, repetindo as opções que se ofereceram a VON MARTIUS no cruzamento das veredas próxima a Vila dos Couros (Ilustração 4).



SCHNOOR 1927

BRASIL

ESCALA 1:100,000
FOLHA 250
1927

ILUSTRAÇÃO 3

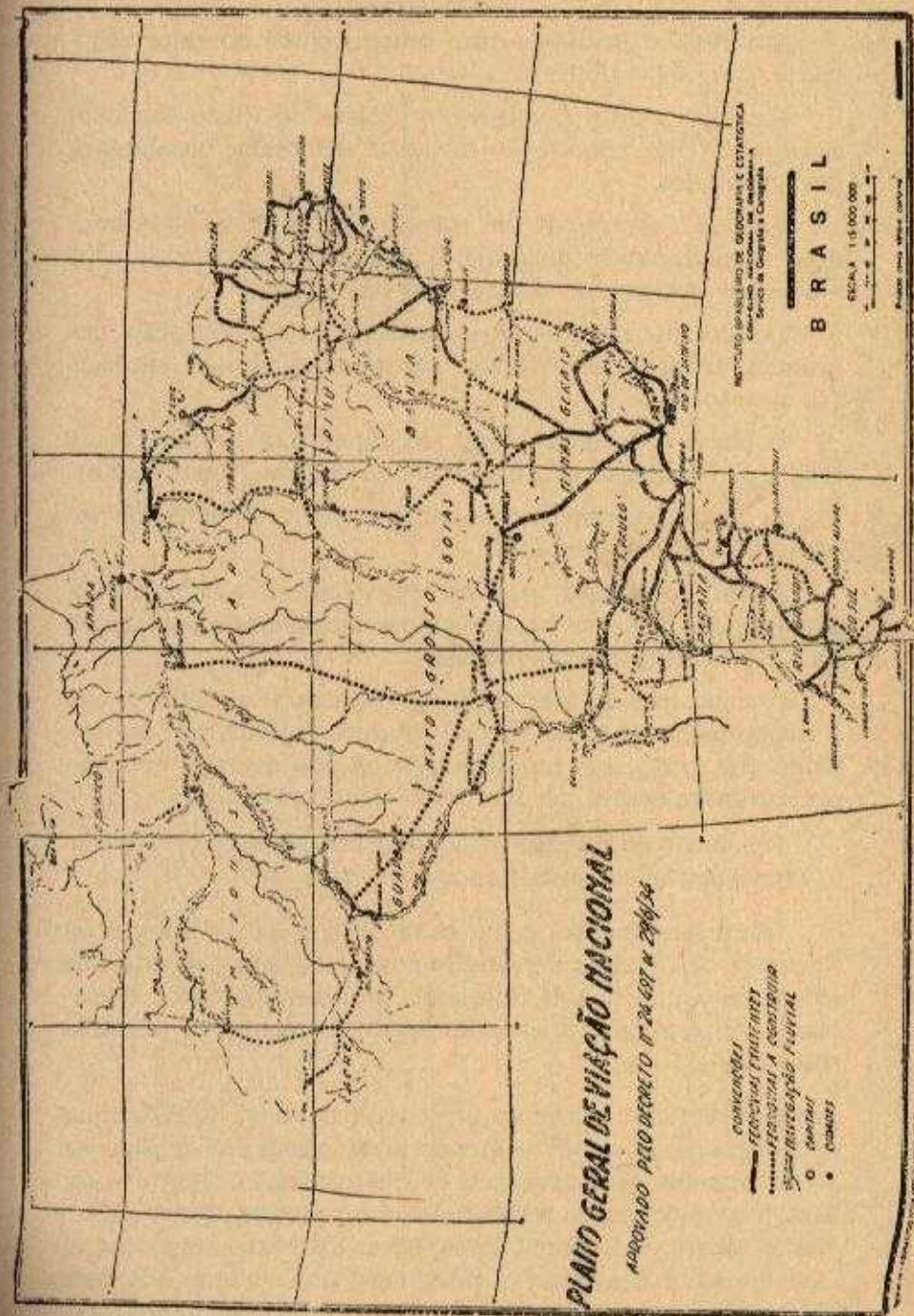


ILUSTRAÇÃO 4

Em 1944, o Brasil deu um grande passo no setor rodoviário, com a Lei Joppert.

Em 1948 vai ao Congresso o projeto do Plano Nacional de Viação, cuja tramitação foi assaz demorada na Câmara dos Deputados.

Em 1962, através de um substitutivo do Senado, 14 anos após a apresentação do projeto, finalmente Brasília se afirma como um grande centro rodo-ferroviário.

Destaca-se, no referido substitutivo, a concepção dos grandes troncos ferroviários, segundo os pontos cardeais (Ilustração 5).

O plano rodoviário atual, em vigor, fixa Brasília como centro de irradiação de 8 estradas de rodagem (Ilustração 6).

É, pois, o coroamento, na confirmação dos planos, da vocação histórica do planalto.

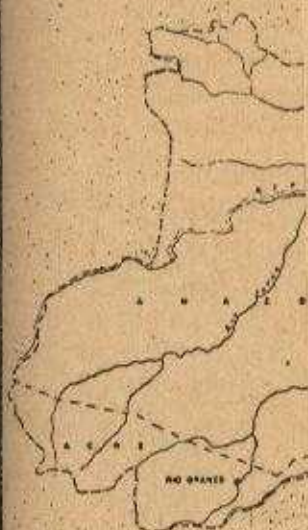
Assim, ressalta-se, nos estudos técnicos econômicos, a acuidade dos pioneiros na escolha dos caminhos de penetração na conquista do interior brasileiro.

Brasília, por atração natural, reclamará, a curto prazo, a implantação de todas rodovias radiais, apesar do pragmatismo que, por vezes, erroneamente, sugere decisões que não se coadunam com a peculiar problemática brasileira.

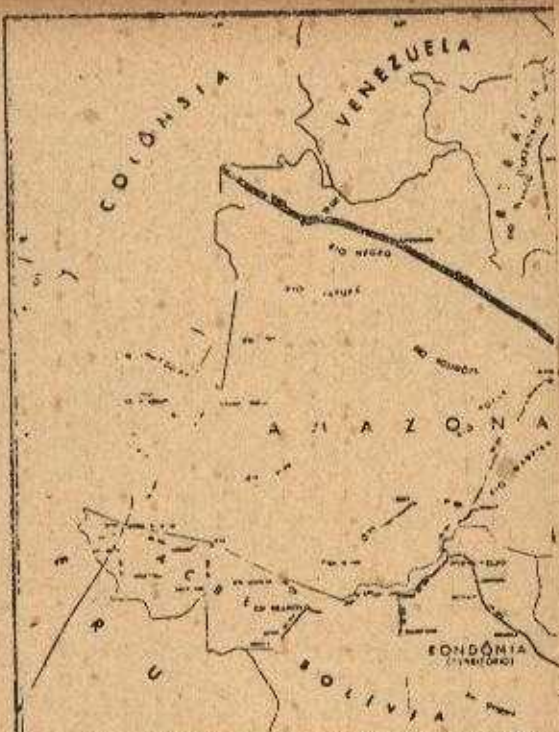
Felizmente o Sr. Ministro dos Transportes, referindo-se à Transamazônica, justificando-a, declara:

“Empreendimentos como os do Programa de Integração Nacional não podem ser analisados à luz fria dos critérios ortodoxos a que já nos referimos, muito apropriados à economia em estágio avançado do desenvolvimento ou já estratificadas.”

Os benefícios indiretos que poderão decorrer do Programa de Integração Nacional — que decorrerão sem dúvida alguma — dificilmente são suscetíveis de quantificação. Qual o valor a atribuir à ocupação territorial como instrumento de garantia da soberania nacional nessas áreas até então despovoadas? Qual o valor a atribuir à integração do seu território como elemento de coesão nacional? Qual o valor a atribuir à aber-



EXTENSÃO TOTAL DO



EX-104 RECEBIDA EM 22/05/68 DO PLANO PROBLEMA DE VACIO LN R. LUTA-57 (BO. 20-11-67)

<p>1. NAME OF THE PARTY OR PERSON</p> <p>2. ADDRESS</p> <p>3. CITY</p> <p>4. STATE</p> <p>5. ZIP CODE</p>	<p>6. DATE OF BIRTH</p> <p>7. SEX</p> <p>8. RACE</p> <p>9. RELIGION</p> <p>10. OCCUPATION</p>	<p>11. EDUCATION</p> <p>12. MARITAL STATUS</p> <p>13. NUMBER OF CHILDREN</p> <p>14. DATE OF MARRIAGE</p>	<p>15. DATE OF DEATH</p> <p>16. CAUSE OF DEATH</p> <p>17. PLACE OF DEATH</p>
<p>18. DATE OF INTERVIEW</p> <p>19. INTERVIEWER</p> <p>20. SOURCE</p> <p>21. METHOD OF OBTAINING INFORMATION</p>	<p>22. SUMMARY OF INFORMATION</p> <p>23. DETAILS OF INFORMATION</p> <p>24. ANALYSIS OF INFORMATION</p> <p>25. CONCLUSIONS</p>	<p>26. RECOMMENDATIONS</p> <p>27. ACTION REQUIRED</p> <p>28. DATE OF REVIEW</p> <p>29. REVIEWER</p>	<p>30. APPROVAL</p> <p>31. SIGNATURE</p> <p>32. TITLE</p>
<p>33. DATE OF NEXT INTERVIEW</p> <p>34. INTERVIEWER</p> <p>35. SOURCE</p> <p>36. METHOD OF OBTAINING INFORMATION</p>	<p>37. SUMMARY OF INFORMATION</p> <p>38. DETAILS OF INFORMATION</p> <p>39. ANALYSIS OF INFORMATION</p> <p>40. CONCLUSIONS</p>	<p>41. RECOMMENDATIONS</p> <p>42. ACTION REQUIRED</p> <p>43. DATE OF REVIEW</p> <p>44. REVIEWER</p>	<p>45. APPROVAL</p> <p>46. SIGNATURE</p> <p>47. TITLE</p>
<p>48. DATE OF NEXT INTERVIEW</p> <p>49. INTERVIEWER</p> <p>50. SOURCE</p> <p>51. METHOD OF OBTAINING INFORMATION</p>	<p>52. SUMMARY OF INFORMATION</p> <p>53. DETAILS OF INFORMATION</p> <p>54. ANALYSIS OF INFORMATION</p> <p>55. CONCLUSIONS</p>	<p>56. RECOMMENDATIONS</p> <p>57. ACTION REQUIRED</p> <p>58. DATE OF REVIEW</p> <p>59. REVIEWER</p>	<p>60. APPROVAL</p> <p>61. SIGNATURE</p> <p>62. TITLE</p>

Os Planos de Viação, nos países em desenvolvimento, criados com o fito imediato de atender à demanda de transporte conhecida, têm ainda missão, talvez mais relevante, por assim dizer, na transformação do aspecto sócio-econômico de regiões onde, não havendo demanda, há contudo condições de riqueza, capazes de provocar o fluxo dos transportes."

As citações vêm à guisa da defesa de uma pronta realização do Plano Rodoviário no que tange a Brasília, para que se complete, de fato, a grande etapa da mais plena integração nacional na efetiva implantação das rodovias radiais.

Em recente estudo, escrevia-se para a COCENE (Comissão Coordenadora dos Estudos do Nordeste), há pouco:

"O Plano de Integração Nacional prevê a integração do Plano Central. Cuida o Governo, com medidas de acerto, da consecução de tal objetivo com as iniciativas de obras nas rodovias radiais de Brasília.

Quase que totalmente implantadas estão as BR-40 e BR-50. Os trechos a se construírem para que se completem as rodovias citadas estão em vias de implantação, como é o caso do trecho Cristalina—Catalão, obra prioritária nos planos de governo.

Na BR-060 prevêem-se obras de vulto para sua implantação total.

As três radiais lembradas cobrem a região que se situa no sul do paralelo de Brasília. Já se cuida através da SUDECO da implantação das BR-070 e BR-080, obras imprescindíveis à conquista da Amazônia.

O noroeste brasileiro está também servido pela BR-364. Para o norte estão os trechos BR-153 e BR-010 em vias de receber pavimentação para integração da região com Brasília, atendendo aos portos de Belém e São Luís.

1.5.3 — O Nordeste e o Leste não se integram ainda com a nova Capital do Brasil.

Eis uma grande lacuna que urge ser preenchida."

Ora, a BR-020 e a BR-030 estão dentro da área da SUDENE.

Ambas atravessam vastas extensões de águas tributárias do Rio São Francisco, bem como do Polígono das Secas.

O art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.106, de 16-6-70, deixa claro os objetivos do PIN.

Estão, pois, as radiais de Brasília em condições de serem acolhidas pelo Programa de Integração Nacional, o que propiciará ao Nordeste contato direto com o Planalto Central, repetindo-se secular e histórica tendência dos caminhos brasileiros.

Não é outra a opinião do eminente Ministro Reis Velloso, quando declarou em recente reunião da COCENE, respondendo a uma pergunta sobre a possibilidade de inclusão da BR-020 e da BR-030, no PIN:

"Na medida em que todos os trechos estejam situados nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM, será possível atender as radiais mencionadas."

O conjunto formado pela BR-030 e BR-070 nada mais é que a "estrada principal" assinalada por Von Martius em 1818 e aberta muito antes desta data, pois à época já por ela trilhavam as "tropas grandes de mulas", ligando os "núcleos econômicos" da costa baiana a Cuiabá e às fronteiras da Bolívia.

É, tal caminho, uma autêntica via precursora de uma moderna estrada que tem, a um tempo, as características de via multinacional (para usar a expressão do dia), de integração nacional e inter-regional, pois atenderá às áreas da SUDENE, da SUDECO e da SUDAM.

Os nordestinos acalentam, de há muito, a esperança de virem a ser reavivadas as veredas do passado.

Não só sob o aspecto físico das comunicações, faz-se sentir Brasília.

Aqui se encontram brasileiros vindos de todos os quadrantes do país.

Se é verdade que falamos a mesma língua, que temos sentimentos iguais, que somos todos um povo otimista, alegre e perseverante, possuidor de um imenso cabedal de calor humano, aqui em Brasília solidificam-se tais atributos, no conhecimento dos costumes regionais, na formação de uma sociedade na qual tais costumes terão, por certo, influência, de maneira que os brasilienses venham a ser amálgama e resultante de todas as qualidades do homem brasileiro.

Até mesmo as condições naturais do meio físico, no qual se insere a cidade, facilitam a aproximação dos homens, incitando-os a uma real e plena integração social.

O clima, ameno, tranqüiliza.

O Chapadão, amplo, iguala a todos num horizonte comum.

A própria topografia nivela.

Brasília representa, por fim, a integração total, sob a união da fé.

Não traz a cidade o cunho místico e profético do sonho de Dom Bosco, de 30 de agosto de 1883?

“Mas não era tudo: Entre os graus 15 e 20, havia uma enseada bastante extensa, que partia de um ponto onde se formava um lago.

Disse então uma voz repetidamente: — Quando se vierem cavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, *que jorra leite e mel*. Será uma riqueza inconcebível.”

Na terra prometida, no sonho e na palavra de Dom Bosco repete-se a passagem bíblica na qual é ratificada a Moisés a promessa da posse de “*uma terra na qual flui leite e mel*”. (Êxodo 37-3).

Brasília é realmente um símbolo de integração mística. E eu me permito, neste instante, citar estes versos de J.G. de Araújo Jorge:

“Brasília é uma encruzilhada.

Um mar.

Para ela confluíram gentes, como rios e caminhos, de todos os lados.

Brasília é uma represa ("Urubupungá de gente mesmo!).

Cresceu, subiu, transformou-se em energia, luz, movimento, vida!

Ali está. Se quiserem digam que Brasília é uma cidade.

Eu repito: é um milagre!"

Assim é que Brasília:

por sua posição no espaço, por vocação geográfica, integra o país;

por sua posição, no tempo, por vocação histórica, integra a nação:

pela indicação profética da sua localização, por vocação mística, integra o homem no universo da transcendência.

Dai considerar-se Capital do Brasil como uma cidade de nítida vocação integracionista.

Ora, integrar significa, também, unir, fortalecer; se tal união e tal fortalecimento está sob a égide do Amor, já que "Deus é Amor" é justo pressupor um esplêndido futuro para a Capital da Esperança.

"O culto à tradição, a lembrança das virtudes e feitos gloriosos de um povo forjam e estruturam a força viva de uma nação."

O GRITO

Cap. Eng.

JOÃO BATISTA DA SILVA FAGUNDES

I

O sonho da Inconfidência
Banhado de luz e glória
Gravou-se em nossa memória
Laureado na reverência.
E o grito da Independência
Dourado pela bravura
Atesta que foi madura
A idéia de Tiradentes
Que morto se fez presente
Na grande Nação futura !

II

Não vinha na voz do grito
Apenas a valentia !
No gesto também se via
A alma de um povo aflito.
Que tinha no chão bendito
O porte da imensidão
E tinha no coração
O sangue de brava gente
Capaz de fazer potente
A nossa própria Nação.

III

O grito não foi semente
Do fruto da rebeldia !
Mas raio de um novo dia
No meio de um continente.
Por isso foi eloquente
Na sua proclamação
E foram de chão em chão
Arautos da nova aurora
Provar ao mundo lá fora
Que o grito não fora em vão.

IV

O grito foi a partida
De gritos tanto mais fortes
Que foram dando suportes
Ao nosso início de vida.
E dessa etapa vencida
Herdamos nobre missão
Por termos hoje atuação
Naquele grito inicial
Que apenas foi pedestal
De nossa altiva Nação.

V

Nação que trouxe destino
Dos braços de mamãe preta
E ouviu de José de Anchieta
Seu verbo quase divino.
E tece os cantos e os hinos
Em fraternal melodia
De amor, encanto e poesia
Que vai da taba à senzala
Cantando numa só fala
Um recital de harmonia.

VI

Nação que tece hoje a tela
Do mais risonho amanhã
Que tem o mundo por fã
E a história por sentinela !
Nenhuma outra é mais bela
Com tantos sonhos em flor
Pois não cultiva rancor
Que passe à próxima aurora
Nação — de Nossa Senhora
Nação — de Nosso Senhor...

VII

Nos anos já centenários
Do GRITO DA INDEPENDÊNCIA
Não somos mera aparência
Nem data do calendário.
Mas somos depositários
Com honra, brio e altivez
De tudo o que já se fez
Ao longo da trajetória
Que chega rica de glórias
E agora nos cede a vez...

VIII

Não temos no solo ordeiro
A chaga do preconceito.
Nem temos marcado ao peito
A mágoa contra estrangeiro
E somos mais brasileiros
Em tendo sorriso franco
Do preto, do louro ou branco
Do índio ou do japonês
Jamais faltando-lhe a vez
Ao lado do mesmo banco.

IX

O GRITO DA INDEPENDÊNCIA

É grito de todos nós !
Por isso conserva a voz
Contando nossa existência.
E agora sua eloquência
Ficou mais forte e gigante
Nesta arrancada brilhante
Em som acorde e viril.
É o grito deste BRASIL
É o grito que segue avante !...



O Artilheiro

Símbolo do Brasil

Maj-Eng QEMA
CLAUDIO MOREIRA BENTO

A Arma de Artilharia do Exército festejou a sua data magna, no 171.º aniversário de nascimento de seu Patrono, o Marechal Luiz Emílio Mallet — Barão de Itapevi. Foi um jovem francês que, com 17 anos, atravessou o Atlântico e veio emprestar toda sua inteligência e energia, para a construção de uma grande Pátria, que nascia e que também seria a sua — o Brasil.

O homem e a história

Há 171 anos, nascia em Dunquerque, na França, o Marechal Emilio Luiz Mallet — Barão de Itapevi, um dos maiores nomes da História do Exército Brasileiro e vulto exponencial da Arma de Artilharia.

Constitui o Sesquicentenário da Independência oportunidade excelente para um reencontro espiritual de todas as gerações de brasileiros, e neste grande balanço cívico de 150 anos, homenagear e reverenciar os que se distinguiram na construção da Pátria Brasileira, na paz e na guerra.

E Mallet merece figurar com destaque nesta galeria de brasileiros ilustres pois embora nascido em território estrangeiro, a contribuição que emprestou ao Exército, principalmente na guerra, pela preservação da Independência, Unidade e Integridade do Brasil, em 69 anos que aqui viveu, 54 dos quais em atividade militar efetiva e 20 na guerra, foi altamente significativa.

Ingresso no Exército

Com 21 anos ingressou no Exército da Independência, como cadete, a convite de D. Pedro I (seu companheiro de mocidade no Rio), dois meses após o 7 de Setembro de 1822.

Em 1824, como 2.^o Tenente, jurou a Constituição e tornou-se brasileiro de direito, pois já se considerava de fato como tal. Viera para ficar. Em 1825, rumou para o Sul no comando de uma bateria de artilharia a cavalo, para lutar na Guerra Cisplatina (1825-28).

Em Passo do Rosário teve seu batismo de fogo. Por ter se revelado bravo, intrépido e eficiente foi promovido a capitão. Ao término do conflito, com 27 anos, casou em Bagé com a filha de um abastado e prestigioso estancieiro e parente próxima do mais tarde General Osório, de quem foi fiel amigo e admirador durante 50 anos e padrinho de casamento.

Com a abdicação de D. Pedro I sua vida de soldado mudou de curso.

Leal a D. Pedro I e a seu comandante, recusou-se a marchar contra eles para o Campo de Santana.

Injustiça

Apesar dos serviços prestados ao Brasil durante 9 anos, foi compelido a demitir-se do Exército, por não ser brasileiro nato. No entanto ele participara do esquema de Segurança da Independência.

Injustiçado, não por sua nova Pátria e pelo Exército, mas por governantes efêmeros tomados de um nacionalismo passional, retornou com a esposa para Bagé, para reiniciar a vida aos 30 anos.

Estancieiro

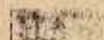
Tornou-se estancieiro no Quebracho-Bagé, onde nasceram seus filhos, no período 1831-1840: Emília, Pedro Fêliz,

Antônio Júlio e João Nepomuceno. O último viria a ser Ministro do Exército e criador do Estado-Maior do Exército em 1889.

Os dois primeiros acompanharam o pai como cadetes na Guerra contra Oribe e Rosas e, os três, durante toda a campanha da guerra da Tríplice Aliança. Isto diz tudo do seu amor ao Brasil mais do que qualquer tentativa de demonstrá-lo com palavras.

A seguir integrar-se-ia por completo na vida, espírito, costumes e hábitos dos gaúchos. Irmanou-se com eles em suas aspirações, tendências, alegrias, sofrimentos e heroísmos. Em pouco tempo tornou-se um deles e fez do Rio Grande do Sul a sua querência, e do Quebracho em Bagé o seu mundo encantado.

Espírito militar



A Revolução Farroupilha o alcançou dedicado ao trabalho na sua estância, desfrutando do carinho da esposa e dos filhos, modo como conseguiu amenizar a injustiça e incompreensão de que fora vítima.

Tão logo eclodiu o movimento, incorporou-se junto com seu sogro na coluna legalista ao comando do General Bento Manoel, destacando-se na sua organização, com o Ten Osório seu amigo, que a ela veio juntar-se mais tarde.

Em 1837 coube-lhe fortificar a vila de Rio Grande, objetivo estratégico dos farroupilhas. Por este assinalado feito foi nomeado major da Guarda Nacional, função privativa de brasileiros natos.

Após a paz de Ponche Verde, onde, segundo o General Osório; "os farroupilhas que se batiam com valor transigiram com dignidade e os imperiais que os combateram com pertinácia os receberam com amor", Mallet retornou para sua estância, com a consciência de haver prestado um grande serviço à Unidade do Brasil.

A Pátria chamou

Em 1851, após curtir 20 anos de saudades do Exército, a Pátria reclamou seus serviços na Guerra contra Rosas e Oribe.

Com 50 anos não resistiu ao chamamento. Atendeu, prontamente, dentro da filosofia que tem inspirado os artilheiros do Brasil ao longo de seu processo histórico e dos quais ele veio a se constituir em símbolo.

"Se for mister um esforço derradeiro
E fazer do seu corpo uma trincheira
Abraçado ao canhão morre o artilheiro
Em defesa da Pátria e da Bandeira".

Boi-de-botas

Seguiu para a campanha no comando do legendário Regimento de Artilharia a Cavalos. Mas o que é edificante e comovedor: acompanharam-no como cadetes, dois filhos, com 16 e 18 anos.

Nesta campanha Mallet escreveu uma bela página da história de nossa artilharia, no comando de seu regimento apelidado — *Boi-de-Botas*, em razão dos bois que tracionavam suas peças apresentarem as pernas recobertas de barro, como se calçassem botas, resultado das freqüentes travessias de banhados e atoleiros e por seus soldados calçarem longas e pesadas botas guarnecidas de metal. A espirituosidade brasileira logo funcionou e o apelido pegou e transferiu-se aos soldados da unidade, incorporando-se à tradição.

Justiça parcial

Em 1851, o Poder Legislativo atendendo à Exposição do Ministro da Guerra concordou com a reintegração de Mallet no Exército quando ele já se encontrava há mais de um mês em campanha. Somente em 1855 foi-lhe feita justiça parcial. Por decreto de 6 Out 1855 foi reintegrado no mesmo posto de capitão que ocupava quando fora demitido 24 anos antes.

Fora-lhe concedido o recebimento dos atrasados e que computasse o tempo em que esteve fora do Exército, como de efetivo serviço, o que lhe permitiu estabelecer um recorde nacional de tempo para a inatividade — 63 anos.

Como capitão, aos 54 anos, ao tempo em que muitos de seus colegas de escola já eram generais, reiniciou sua carreira. Não esmoreceu, aplicou todas as energias para recuperar o tempo perdido. Atingiu o generalato com 70 anos, e foi aposentado como Marechal-de-Exército com 84 anos, após haver sido Comandante da Fronteira de Bagé, Comandante das Armas de Pernambuco (onde se encontrava há um século) e do Rio Grande, Inspetor dos Corpos de Cavalaria e de seu querido regimento em São Gabriel — o legendário 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo.

Nesta sua última comissão, quando em São Gabriel, foi que o jovem João Borges Fortes, mais tarde general e destacado historiador gaúcho, conheceu Mallet e dele deixou as impressões na sua obra *Episódios da Vida do Primeiro Regimento*, publicada na revista *A Defesa Nacional* n.º 98-1921, n.º 118-1923 e n.º 126-1924.

A este historiador, autor de valiosos e básicos trabalhos no período 1931-1941, sobre o povoamento, penetração e genealogia do Rio Grande do Sul, caberia a tarefa de auxiliar a composição do retrato oficial de Mallet com base num antigo retrato de 1865 e na sua lembrança de Mallet, cerca de 18 anos após. O historiador em questão doou, em 1942, este retrato ao Gabinete Fotocartográfico do Exército.

Exemplo

Mallet como Tenente-Coronel seguiu com seus três filhos e seu amado regimento para a Guerra da Tríplice Aliança.

Esteve em campanha durante seis longos e sofridos anos junto de sua unidade, sem faltar um só dia, enquanto duraram as campanhas do Uruguai e Paraguai.

Brilhou em Paissandu e no cerco de Montevideu.

Algumas peças de sua unidade, embarcadas na corveta Belmonte, participaram da Batalha do Riachuelo.

Uma bateria, ao comando de seu filho João Nepomuceno e sob sua supervisão direta, foi a primeira artilharia a desembarcar em solo inimigo junto com o Marechal Osório. Foi colocada em posição a braço, em razão dos muares que a tracionavam terem empacado na prancha de desembarque.

Glória

Na Batalha de Tuiuti teve atuação decisiva à frente de seus bravos.

Ocupando terreno difícil e inadequado para colocar sua Artilharia, tratou de superar esta deficiência com um artifício tático.

Auxiliado pelo Batalhão de Engenheiros e por outras tropas, cavou enorme fosso a noite, para que o inimigo não o avistasse, atrás do qual colocou seus 28 canhões, entre eles, seus célebres La Hitte raiados.

Ao ver lançar-se sobre sua posição, com todo o ímpeto, a valorosa e intrépida cavalaria inimiga, Mallet, qual regente de uma afinada orquestra, ordenou a seus bravos:

"Granada e metralha — espoleta 6 segundos. Eles que venham! Por aqui não passam!"

E sua artilharia disparou numa cadência e sincronização impressionante, lembrando tiros de revólver.

O Marechal Osório impressionado e surpreso com tamanha perfeição a batizou de *Artilharia Revolver*.

No momento em que Mallet teve desamparado seu flanco esquerdo correu em auxílio do seu regimento o Batalhão de Engenheiros que combateria como infantaria naquele flanco e na defesa do fosso e das trincheiras que envolviam a Artilharia.

Aí, sob o comando direto de Mallet, participaram dois futuros presidentes do Brasil, o então Major Hermes da Fonseca comandando uma das baterias do seu Regimento, e o Ten Floriano Peixoto, comandante de uma fração do Batalhão de Engenheiros, este comandado depois, de 1880-1882, por João Nepomuceno Mallet.

Nesta batalha o Batalhão de Engenheiros esteve subordinado à Brigada de Artilharia, pois seus oficiais eram de artilharia, de igual forma que a mais nova arma do Exército, as Comunicações, que por muitos anos era integrada por oficiais de Engenharia.

No mais aceso da batalha regendo sua orquestra, vez por outra Mallet chamava por seus três filhos num português afrancesado e especialmente por João Nepomuceno o mais moço e mais arrojado.

Joazinho!!! Estas bien mon enfant. Resposta positiva e tranquilizante, o artilheiro líder de 67 anos de idade voltava a animar a bateria para o combate que duraria 4 horas e meia. O Regimento de Mallet e o Batalhão de Engenheiros, aliados à ação pessoal de Osório e dos bravos da Divisão Encouraçada de Sampaio, foram fatores decisivos para a vitória das nossas armas em Tuiuti — a maior batalha campal da América do Sul.

Consagração

Pela eficiência, bravura e sangue frio revelados em Tuiuti, Mallet virou lenda e foi promovido a Coronel por bravura.

Osório sintetizou, em 1879, tudo o que poderíamos dizer deste bravo, que 60 anos antes desembarcara no Brasil para ficar:

“Nenhum oficial do Exército prestou mais assinalados e assíduos serviços na Guerra da Tríplice Aliança, do que o valente comandante de nossa Artilharia.”

O Congresso Nacional reuniu-se em 5 de junho de 1839, em sessão especial, para demonstrar a Mallet “gratidão nacional àqueles que tão alto se elevaram para elevar o nome da Pátria na guerra de honra em que o Brasil se achava empenhado”.

Saudades

O Marechal Mallet faleceu com 84 anos, no Rio, em 2 Jan 1885, decorridos seis meses após haver deixado o serviço ativo do Exército, por motivo de doença. Os seis anos de

campanha de que participou, dos 63 aos 68 anos, haviam minado a saúde do gigante.

Vivia agora sozinho. Era viúvo há bastante tempo de sua fiel companheira. Fizera tudo que era possível para demonstrar amor à sua Pátria, a Pátria de seus filhos. Mais, era impossível.

Impossibilitado de sair de casa, fardava-se com toda a pompa nas datas festivas nacionais, para, na intimidade do lar de seu filho João Nepomuceno, compartilhar da alegria justificada do povo de sua Pátria, que vira nascer e que ajudara a construir em 63 anos de assinalados serviços.

Dizem que ao ouvir o troar dos canhões nas salvas festivas viam-se rolar sobre sua face lágrimas discretas de saudades do Exército que tanto amara e da equipe que forjara e que tivera a honra de liderar nas guerras a que tomou obrigados no passado.

Um símbolo

Sintetizando biógrafos e intérpretes desta figura exponencial de nosso passado, de tão grande projeção nas aspirações do seu povo de Integração, Unidade e Soberania, poderíamos dizer de Mallet: padrão, regra, defensor, protetor, líder, nobreza de caráter, humildade, constância, dedicação, espírito de equipe, cidadão brasileiro modelar e, finalmente, *Artilheiro Símbolo do Brasil*.

O Estandarte do Regimento, o legendário *Boi-de-Botas* com que se cobriu de glórias na Campanha 1851-1852, encontra-se no Museu Histórico Nacional, no Rio.

Parque histórico

Para que Mallet permaneça no tempo e no espaço, para dele ser contado aos brasileiros seus feitos de patriotismo, abnegação e desprendimento comoventes para com as causas de sua amada Pátria, a Pátria de sua esposa e de seus filhos e descendentes, foram-lhe prestadas as seguintes homenagens:

Em 1932 foi dado o seu nome ao 5.º RAM, atual 3.º RO 105 de Santa Maria — RS, a primeira unidade do Exército

a receber denominação histórica, a única a possuir a Ordem do Mérito Militar, Naval, Aeronáutico e a Ordem de Rio Branco e, herdeira das mais caras tradições históricas e espirituais do 1.º Regimento de Artilharia a Cavalo; à frente, ou junto ao qual, Mallet esteve durante longos e difíceis 19 anos, conduzindo-o no caminho da glória em Paissandu, Montevideu, Ilha da Redenção, Passo da Pátria, Estero Belaco, Tuiuti, Estabelecimento, Tuiu-Cué, Espinho, Paricué, Humaitá, Piquiciri, Angostura, Lomas Valentinas, Peribebui, Caa-Cupê, Ascurra e Campo Grande.

Mallet é nome de um Estabelecimento Militar e de uma medalha destinada aos vencedores de concursos de tiro de Artilharia, todas, homenagens no âmbito do Exército.

Apresentamos nossa sugestão, desde que viável, erigir-se no local onde foi sua estância no Quebracho em Bagé — o Parque Histórico Marechal Emílio Luiz Mallet.

Foi na Estância do Quebracho que ele curtiu durante 20 anos, com humildade e nobreza, uma injustiça, somente amenizada pelo carinho da família. Injustiça não da Pátria ou do Exército, mas de regentes efêmeros, face à eternidade da Pátria Brasileira, no momento, assaltados por um nacionalismo passional, responsável, na sua utopia, por tantos órfãos e viúvas nas lutas que se seguiram à abdicação de D. Pedro I que ameaçaram seriamente a Unidade Física e Espiritual do Brasil, iniciada em Guararapes, com a vitória do nativo brasileiro sobre o invasor.

Finalmente, Quebracho foi a sua querência, o seu refúgio encantado e o alvo de suas atenções em campanha, local onde deixara sozinha sua esposa durante mais de 10 anos em que esteve na guerra. Pois todos os homens da casa partiram para o campo da honra em defesa da Pátria.

O ano do sesquicentenário é oportuno para o povo brasileiro tributar-lhe esta homenagem, reeditando a que lhe foi tributada pelo Congresso Nacional em 5 de junho de 1869.

Seus restos mortais repousam em jazigo perpétuo da família em monumento situado à esquerda da entrada principal do Cemitério de S. Francisco Xavier (Caju), no Rio de Janeiro.

A Antártica e os Desafios do Espaço

THEREZINHA DE CASTRO

Geógrafa do IBG — Professora de Geo-História
da Faculdade de Humanidades Pedro II

1 — CIÊNCIA NÁUTICA E ESPACIAL

Da Ciência Náutica que desvendou o Mundo em que vivemos, o homem de nossos dias atingiu a Ciência Espacial projetando-se da Terra para explorar a Via Láctea, galáxia à qual pertencemos. A bússola deu orientação às caravelas... e os satélites artificiais, às espaçonaves. Todo o trabalho preparatório do Grémio Náutico de Sagres propiciaria o êxito das viagens oceânicas, portuguesas e espanholas. Os vôos orbitais de Gagarin e Titov, completados pelas trajetórias balísticas de Shepard e Grissom, *preparam todo o sistema de exploração do espaço*. Esses feitos contemporâneos, realizados em 1961, sucederam ao *Tratado da Antártica*, assinado em dezembro de 1959, que deixou o continente austral sem estatuto jurídico; às descobertas do caminho marítimo para as Índias e da circunavegação terrestre sucederam o *Tratado de Tordesilhas* que dividiu o Mundo entre Portugal e Espanha.

As viagens de Vasco da Gama e Fernão de Magalhães constituíram-se em precedentes tão arrojados no tempo, quanto as tentativas de exploração do espaço sideral.

Sabemos hoje que a apenas 15 km de altura acima dos oceanos a pressão atmosférica é de tal modo diminuta, que a vida só resistiria ali por poucos segundos. Nestas condições, torna-se necessário administrar ao cosmonauta o qui-

3 — DA ANTÁRTICA À CIÊNCIA DA PAZ E DA GUERRA

A Antártica, estudada no Ano Geofísico Internacional, deu início à era espacial. A cooperação internacional nos programas de estudo do AGI, da qual o Brasil participou, serviu de instrumento para a grande ampliação da *pesquisa com foguetes em bases firmes*. De acordo com as linhas de orientação do AGI surgiria a COSPAR (Comitê de Pesquisa Espacial).

Qual o valor científico da Antártica?

Para a Ciência da Paz, a *Antártica vem provando constituir-se num excelente laboratório para estudos meteorológicos, ionosféricos, cósmicos e magnéticos*.

Conhecendo melhor a Antártica, foi após o AGI que seria auspiciosamente lançado o primeiro satélite artificial Tiros (1960). Esse satélite meteorológico, 60 horas após o seu envio já propiciava aos meteorologistas dados, que através de observações sobre as nuvens, aperfeiçoavam suas análises de sistemas de previsão de tempo. Em seguida, graças ao satélite *Nimbus, em órbita polar planejada*, toda a superfície terrestre seria colocada dentro do campo de ação de seus instrumentos meteorológicos. Como o eixo do satélite ficou dirigido perpendicularmente para a superfície da Terra, a cobertura global de nosso planeta promoveu um maior emprego operacional de dados meteorológicos enviados do espaço. Esses dados, utilizados inicialmente na pesquisa meteorológica, uma vez acrescidos de diversas outras técnicas, passarão a ser aplicados em *previsões operacionais do tempo*.

Os aumentos das temperaturas climáticas, em especial no Ártico e região subantártica que inclui as Ilhas Orcadas e Geórgias no setor brasileiro de defrontação, têm chamado a atenção nesses últimos anos. Outra tendência para o aquecimento mais apreciável, foi notada na "área oeste do Oceano Índico e no Planalto Central do Brasil" (3).

(3) Harry Wexler — Diretor de Pesquisas do Serviço de Meteorologia dos Estados Unidos — artigo intitulado "As Pesquisas Espaciais e a Meteorologia" — do livro "Panorama das Ciências no Espaço" — Editora Fundo de Cultura — Rio, 1965.

Por outro lado, a importância desses satélites meteorológicos para as áreas antárticas cobertas de gelo, será o de contribuir para os trabalhos de rotina sobre a neve e sua utilização como fonte de água, bem como no aproveitamento dos icebergs. Daí o valor da Antártica, que contém 95% dos recursos terrestres de água doce.

Os satélites meteorológicos vêm fornecendo elementos para que se chegue a *um pleno controle do clima*; pretende o cientista controlar os movimentos das perturbações atmosféricas na sua relação com os desequilíbrios da radiação sobre a Terra. Já se sabe, por exemplo, que os transportes dos excessos de energia recebidos das áreas tropicais para os pólos podem variar consideravelmente. Quando o vento tem a direção oeste para leste, a corrente energética vinda dos trópicos é barrada provocando altos e baixos de intensidade moderada, deslocando-se rapidamente para leste. Já no sentido de norte-sul, a corrente que se desloca para a Antártica sofre aumento, dando origem a períodos bem prolongados do mesmo tipo geral de tempo atmosférico — tempo bom, secas, inundações, tempestades.

Sob o ponto de vista climático, a Antártica afeta diretamente o Brasil. A ação das frentes frias antárticas sobre as massas tropicais provoca chuvas ou secas no país e sua ação se estende até a Amazônia, onde se faz sentir o fenômeno da friagem. Verdadeiro “pulmão do Brasil” sob o ponto de vista meteorológico, sabe-se que quando o inverno se faz rigoroso no mar de Weddell (no nosso setor de defrontação), coincide com as grandes secas que afetam áreas meridionais brasileiras onde plantamos cereais.

Mas, a Ciência vem também em auxílio da Guerra Meteorológica. Foi estudando o clima da Groenlândia que se determinou o “dia D”, propício para o desembarque na Normandia, por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Nesta conjuntura, tem a Antártica grande importância para o Brasil; nela existem mais de trinta bases, onde trabalham centenas de cientistas, fornecendo dados aos militares que investigam há algum tempo a possibilidade de se valerem do controle da atmosfera como arma, para produzir chuva torrencial e nevadas maciças a fim de facilitar seus objetivos e

dificultar o dos inimigos. Atingido esse estágio, de controle climático, *uma nação inimiga ocupando a Antártica, poderia facilmente usar a atmosfera como arma segura contra o Brasil.*

Se hoje uma das utilidades dos satélites é a detecção de tempestades violentas, no projeto arriscado de controle do clima, os estrategistas estudam um meio de produzir grandes ressacas sobre as praias do inimigo.

Painel de controle da atmosfera, o oceano deve com ela ser tratado como sistema inter-relacionado. Reservatório de calor, massa em constante movimento, o oceano provoca mudanças na atmosfera. Nessas condições, *a Antártica está fadada a se constituir na pedra angular do destino brasileiro, graças a sua importância como base de alerta, interceptação e partida em qualquer emergência que venha a afetar a defesa do Atlântico Sul.*

Não existe barreira de contenção entre o Oceano Atlântico e Glacial Antártico; as águas frias e tropicais se encontram, lançando as primeiras o volume de 800 milhões de m³ sobre as segundas, transportando assim o oxigênio vivificador necessário à fauna marinha. A ação das águas periféricas da Antártica tem portanto relacionamento íntimo com a vasta costa brasileira, no sentido sul-norte (Chuí-Oiapoque) e oeste-leste englobando as 200 milhas de nosso mar territorial. Assim conclui o meteorologista Rubens Villela Junqueira, o primeiro brasileiro a visitar a Antártica: "Talvez menos conhecido que as frentes frias é este fato da geografia dos oceanos — exatamente ao sul das costas brasileiras, portanto dentro do chamado setor antártico brasileiro de defrontação — é onde as águas e os gelos do Oceano Antártico mais se aproximam da zona tropical; sendo por isso um dos setores preferidos para a pesca da baleia. Precisamente a convergência antártica, que é a linha divisória entre as águas quentes e estéreis do Atlântico tropical, e as águas frias e férteis do Oceano Antártico, chega a passar, em determinadas épocas do ano, a apenas 1.500 km do litoral do Rio Grande do Sul" (4).

(4) Artigo citado no "Jornal do Brasil".

Do estudo atmosfera-oceano concluímos, pois, que *a navegação aérea e marítima brasileira dependem muito da posição que ocuparmos na Antártica*. Nação continental de ampla fachada marítima, precisa o Brasil mais do que nunca, ante os desafios do espaço, apoiar-se ao núcleo geo-histórico do Atlântico Sul. Vivemos em plena era oceânica tentando conquistar o espaço; *a Antártica se constitui assim num importante território defrontante que desafia o espaço de nossa esfera de domínio*.

Os cientistas, embora ainda com resultados limitados, já conseguiram fabricar chuvas e afastar nuvens de neve para longe de áreas urbanas. Isto mostra que o homem já começou a controlar o painel da atmosfera. Sabe-se também, graças ao desenvolvimento tecnológico apresentado na corrida espacial, que em futuro bem próximo o homem poderá mudar de 2 a 3 graus a temperatura do oceano, fazendo populações costeiras tremer ou suar, com o frio ou calor insuportável. Nesse passo, uma *Guerra Meteorológica* pode causar tanta ou maior devastação que uma *Guerra Nuclear*.

A Terra e o Espaço se aproximam cada vez mais. Durante o Ano Geofísico Internacional, foi lançado pelos Estados Unidos o *satélite Explorer I* (fevereiro de 1958). Seu objetivo: abrir as portas para uma nova perspectiva no conhecimento e investigação relativos às radiações corpusculares dentro da zona de influência da Terra. O *Sputinik III* e o *Lunik III* tiveram o mesmo objetivo. *A Antártica, onde as auroras boreais são vistas no céu noturno, tem se mostrado como excelente campo para essas pesquisas; isto porque, são esses fenômenos luminosos, na realidade, provenientes da chegada de grandes quantidades de prótons e elétrons energéticos, vindos do espaço exterior*. Assim, já em agosto de 1958 eram realizados os denominados *Testes Argus*; elétrons magnéticos foram injetados no campo geomagnético por meios artificiais provocando *a explosão de pequenas bombas atômicas a grandes alturas*, produzindo a libertação subsequente de raios Beta a partir do produto de fissão.

A Antártica possibilitou, portanto, a descoberta da existência de faixas de radiação em torno da Terra; o evento se deu por ocasião do Ano Geofísico Internacional.

Graças a esse conclave científico, realizado na Antártica, a ionosfera não se constitui mais no termo obscuro de outrora. *A ionosfera é invisível a olho nu, a não ser na Antártica, através do fenómeno da aurora polar.* No setor das comunicações, a ionosfera tem ação direta sobre as ondas de rádio; quando o sinal de transmissão tem o seu volume diminuído, está refletindo a imperfeição ou rarefação do espelho ionosférico. No entanto, devemos notar que os elétrons livres na ionosfera se conduzem como verdadeiros projéteis traçantes, indicadores de outras propriedades da atmosfera. Controlam, sobretudo, a qualidade e quantidade da luz solar que é em parte absorvida pela nossa atmosfera.

A Antártica favorecerá ainda maiores possibilidades no aperfeiçoamento dos estudos ionosféricos; isto porque os satélites, que devem nos fornecer outros elementos procurados, têm que girar em órbitas quase polares a cerca de 1.000 quilômetros de altitude. A ionosfera trará assim elementos ainda mais seguros aos cientistas e militares, indicando até que ponto a atmosfera poderá ser controlada.

A ionosfera aumenta e diminui com o nascer e pôr do sol; as grandes explosões solares afetam os sinais de rádio. A Ciência busca ainda investigar de que modo um acontecimento que se passa a 149.000.000 km de distância pode afetar de modo tão sensível a atmosfera terrestre.

4 — CONCLUSÃO

Os desafios do espaço envolvem a Antártica que se encontra sem estatuto jurídico — é terra de todos, e não pertence a ninguém.

Na partilha do Pólo Norte, a Rússia, aquinhoadada com extensa faixa, aceitou e defendeu o direito da defrontação. Para a Antártica, invocando "interesses científicos", bate-se pela internacionalização. Sabem porém os cientistas russos que todos os fenómenos observados e estudados na região antártica, podem também ser feitos e realizados em seu setor de defrontação no Ártico, considerado pelos militares como zona de grande importância estratégica.

No que diz respeito à *internacionalização da Antártica*, contam os russos com o apoio dos Estados Unidos, que também advogam "seus interesses científicos". Tais pesquisas podem também ser feitas pelos cientistas no Alasca, que os militares consagraram como área de suma importância estratégica.

O *Tratado de Assistência Recíproca*, assinado no Rio de Janeiro em 1947, em seu artigo IV fez por bem reconhecer a existência de uma *Antártica Americana* nos limites compreendidos entre os meridianos de 24° e 90° oeste. *Como aceitar então a internacionalização de uma área que afeta a segurança continental?* Muito mais lógico seria estender à *Antártica a Doutrina de Monroe*. Aplicando a essa Doutrina o direito da defrontação, ficaria a *Antártica Americana* dividida entre os países com ela defrontantes, por serem como o Brasil, os que mais se incluem em sua zona de segurança.

A Antártica, ante os desafios do espaço deve, pois, merecer a atenção do Governo Brasileiro.

A 28 de novembro de 1970 o Congresso Nacional debateu os *direitos do Brasil no Continente Antártico* e posteriormente, em maio de 1972, em Conferência realizada na Escola Superior de Guerra, foi demonstrado que, pelo direito da defrontação, cabe-nos uma parcela de 500.000 km² no sexto continente, *no setor delimitado pelos meridianos de Martim Vaz e Arroio Chuí* (28° e 53' leste — 53° e 22' leste). Tal direito é hoje aceito e defendido pela maioria dos estudiosos da questão.

Ante os desafios do espaço deve, pois, o Brasil, seguir *rumo à Antártica*.

PESQUISA OPERACIONAL (III)

(Continuação do n.º 643)

Ten Cel Cav QEMA
PAULO EMILIO SILVA GARCIA

A PESQUISA OPERACIONAL E A SEGURANÇA NACIONAL

A necessidade do estabelecimento de um sistema metodológico que proporcione o encontro de um caminho ordenado e lógico, visando uma continua e sempre atualizada busca de soluções, baseadas em decisões bem fundamentadas e oportunas — ao invés de simples adesões a opiniões pessoais, ou decorrentes de intuições ou improvisações — tem levado os mais elevados escalões da Estrutura Governamental à criação de órgãos de pesquisa e desenvolvimento que vêm se mostrando atuantes no quadro das chamadas “decisões nacionais”.

Tal ocorrência concede à filosofia do planejamento características tais que dão ao processo decisório uma aproximação de base científica.

O propósito em vista é o estabelecimento de um sistema dentro do qual, planos a médio e a longo prazo, são desenvolvidos baseados num ciclo inter-relacionado de informações diretivas e de respostas parciais, numa busca incessante de soluções completas, bastante flexíveis, que se ajustem, continuamente, à dinâmica da conjuntura.

O problema básico, em tempo de paz, no âmbito da Segurança Nacional, é o estabelecimento do equilíbrio nos programas e escolhas que facultarão o aprestamento nacional em curto, médio e longo prazo. Isto requer, preliminarmente, uma postura de suficiente flexibilidade para antepor respostas adequadas à larga gama de possíveis ações do bloco antagônico. Essas decisões deverão ser ajudadas, em sua concepção e implantação, por sã filosofia e doutrina e boa estrutura organizacional, mas não menos influenciadas pelo fator humano, intangível, da liderança capaz e resoluta.

Aqueles a quem compete tomar decisões, no mais alto nível governamental, necessitam, pois, de toda a sorte de auxílios que, técnicas e procedimentos avançados, possam-lhe oferecer para tal fim. A “Pesquisa Operacional” é um deles. A aceitação, entretanto, do auxílio científico, no processo da decisão, não tem sido generalizada. Inú-

meros dirigentes, mesmo em níveis inferiores, apóiam-se ainda, inteiramente, em métodos intuitivos, que foram suficientes no passado quando os problemas eram de complexidade bem menor. Infelizmente ainda são poucos os que compreenderam que tal procedimento não se ajusta mais às complexas situações atuais e que a intuição — desenvolvida através da experiência em diferentes funções ou profissões — deve ser utilizada em combinação com todas as técnicas e instrumentos que a ciência e a tecnologia oferecem.

Há dois argumentos básicos que justificam a entrada da "Pesquisa Operacional", no âmbito dos problemas de Segurança Nacional. O primeiro é o da necessidade; os problemas de segurança existem e cada dia se tornam mais graves e complexos exigindo, para a sua solução, alternativas técnicas cada vez mais adequadas. O segundo é o argumento da conveniência; pelas vantagens que oferece a aplicação ou utilização da "Pesquisa Operacional" constitui base segura para boas soluções aos problemas que se apresentam.

Embora a maioria das atividades de "Pesquisa Operacional" no âmbito da Segurança Nacional, desenvolvidas desde a II Guerra Mundial nos principais países do mundo, tenham sido realizadas sob classificação sigilosa, o noticiário variado e esparso e informações colhidas sobre o assunto, permitem uma avaliação, mais ou menos precisa, da influência e importância que tais estudos vêm despertando nas Forças Armadas dos principais países do mundo.

Assim, podemos mencionar que no âmbito da Segurança Nacional, e em diversos níveis e escalões, atividades de "Pesquisa Operacional" vêm sendo desenvolvidas, principalmente na seleção de problemas, se bem que interdependentes, do campo militar tais como:

- problemas estratégicos e táticos;
- problemas logísticos; e
- seleção e avaliação de sistema de armas.

No que respeita aos problemas estratégicos e táticos, utilizando os resultados de análise de dados, referentes às operações passadas, e a análise das armas, equipamentos e condições peculiares de cada possível conflito, os grupos de "Pesquisa Operacional" têm fornecido dados para planejamento estratégico e tático, adaptado às contingências atuais e previsíveis.

No tocante aos problemas logísticos, a tremenda diversidade e velocidade de consumo de material, a extensa área que o apoio e o suprimento têm que cobrir e a rápida obsolescência do material, são fatores que, entre inúmeros outros, fazem desses problemas objeto adequado às atividades de "Pesquisa Operacional".

Essa atividade, outrossim, aplicada à seleção de sistema de armas é assunto da atualidade. A corrida competitiva em que as grandes

potências estão empenhadas, apoladas no vertiginoso desenvolvimento científico e tecnológico, gera uma problemática bastante complexa, para o emprego judicioso dos recursos nacionais; de um lado situam-se as armas e os equipamentos já em produção e que devem ser adquiridos a fim de aprestar as Forças Armadas; de outro, apresentam-se os possíveis novos sistemas, dentre os quais devem ser selecionados aqueles a serem desenvolvidos. Uma análise acurada desses fatores é necessária para determinar o melhor comprometimento na distribuição de recursos; se para a aquisição de sistemas já em fase de fabricação ou se no desenvolvimento de novos.

Em suma, devemos frisar que uma organização de "Pesquisa Operacional" bem estruturada e eficiente, é de grande importância para a solução dos problemas ligados aos aspectos militares de Segurança Nacional. Ela permite uma preparação e uma aplicação mais racional do Poder Militar na conquista de seus objetivos, e influi, poderosamente, nas demais expressões do Poder Nacional.

Através de um emprego esclarecido, a "Pesquisa Operacional" coopera para a solução dos problemas fundamentais, não só das Forças Armadas, como também das Organizações policiais, e que podem ser sintetizadas na indagação de "como obter o máximo de resultado com o mínimo de homens, dinheiro e material".

Assim, na esfera de atuação das Organizações militares e também nas policiais, poderá ela ser utilizada com as seguintes finalidades:

- cooperar para o estabelecimento de planos táticos e estratégicos, estudando a melhor aplicação de novas armas e engenhos;
- estabelecer as técnicas e processos mais eficientes para combater os distúrbios civis, os assaltos a bancos, as sabotagens, os atos de terrorismo, enfim como melhor enfrentar as ameaças contra a Segurança Interna do país;
- estabelecer a melhor maneira de se explorar as vantagens da ação psicológica;
- organizar planos de transportes;
- fixar a melhor organização para os comboios e a maior eficiência para o seu sistema de segurança;
- distribuir suprimentos;
- obter o melhor emprego do material de engenharia;
- conseguir o melhor rendimento do material de comunicação.

Se o aproveitamento, basicamente econômico dos recursos, é de suma importância nos países de alto índice de desenvolvimento, torna-se vital naqueles em que o desenvolvimento encontra-se nos primeiros estágios. Neles, a "Pesquisa Operacional" pode contribuir, de modo

extremamente valioso, na solução do dilema referente à distribuição justa e equilibrada dos recursos destinados ao Desenvolvimento e à Segurança da Nação.

Mas, a aplicação da "Pesquisa Operacional", nos dias de hoje, não é um privilégio do campo militar como poderá parecer. Apesar das aplicações militares na II Guerra Mundial terem, indubitavelmente, dado desenvolvimento e sistematização às atividades de "Pesquisa Operacional", nota-se que no meio civil está havendo, desde aquele conflito, uma crescente aplicação no âmbito de suas atividades.

Assim, vem ela sendo aplicada nos domínios dos transportes, das comunicações, da agricultura, do comércio e de várias atividades industriais, onde tem contribuído para a solução de uma série notável de problemas, ligados, direta ou indiretamente, à Segurança Nacional, tais como:

- proteção de regiões costeiras, contra os efeitos da destruição pelas marés;
- obtenção da melhor mistura de carburantes da aviação, em função da economia, do rendimento e dos tipos de avião que uma dada organização aérea dispõe;
- estudos sobre transportes (aéreo, marítimo, ferroviário, rodoviário, etc.) visando acertar as melhores condições de rendimento, segurança e serviço de circulação.

Uma área ainda não mencionada, mas que, sem dúvida, oferece condições muito favoráveis às atividades de "Pesquisa Operacional", é a do planejamento governamental nos campos psicossocial e econômico. A Inglaterra, segundo se sabe, tem-na usado extensivamente nesses campos. Um proeminente exemplo é o "Government Social Survey", organizado durante a guerra e que agora é um órgão governamental permanente.

Parece razoável que, em alguma situação de crise, onde se tornem necessárias políticas e normas para problemas referentes a controle de salários e preços, ou o controle e racionamento de materiais, a "Pesquisa Operacional" possa fornecer predições quantitativas úteis, sobre os resultados a serem obtidos pelas várias medidas alternativas ou combinação de medidas.

Assim, aliada à cibernética, constitui a "Pesquisa Operacional" valioso instrumento para o progresso e, conseqüentemente, para o fortalecimento da segurança nacional, seja auxiliando na simplificação e rapidez do trabalho dos dirigentes, seja diminuindo sua área de incertezas e riscos, embora deixando sempre, para eles, a decisão.

É no âmbito do processo decisório que uma Nação se avanta, ou perde terreno, particularmente nas técnicas aplicadas à Política Nacional, estabelecendo o equilíbrio nos programas e nas opções que

prepararão o Poder Nacional a curto, médio e longo prazo. Decisões acertadas devem ser auxiliadas, em sua concepção e implementação, pelas técnicas operacionais. Aqueles a quem cabe tomar decisões no nível governamental, necessitam de toda sorte de auxílios que, técnicas e procedimentos avançados, possam oferecer.

No caso brasileiro, como nas demais nações em desenvolvimento, podendo ser aplicada em todos os níveis e escalões de Comando, Chefia ou Direção, da Estrutura da Segurança Nacional, o emprego da "Pesquisa Operacional" adquire um significado especial em face da necessidade imperiosa de que dos recursos que a Nação, com grande sacrifício, coloca à disposição de suas elites dirigentes, seja tirado o máximo rendimento.

FONTES DE CONSULTA

PESQUISA OPERACIONAL COMO INSTRUMENTO DE GERÊNCIA — Joseph F. Mc Closkel e Florence N. Trefethen.

A PESQUISA OPERACIONAL — C — 33 — 65 — ESG — Equipe do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra.

MÉTODOS DE ANÁLISE — C — 29 — 68 — Equipe do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra.



Os Cêm Anos de Uma Igreja Carioca

Major Eng
REGINALDO MOREIRA DE MIRANDA

Um dos trechos característicos do Rio de Janeiro é o que se estende do Outeiro da Glória até o Morro da Viúva. Nesse trecho, onde são tantas as evocações históricas e onde ainda existem várias relíquias do Rio antigo, um recanto tradicional é o Largo do Machado. A Igreja de Nossa Senhora da Glória, no Largo do Machado, está, em setembro de 1972, completando seu primeiro centenário de sagração.

Uma primeira igreja foi levantada, em 1671, no Outeiro de Nossa Senhora da Glória, pelo Capitão Antônio Caminha. No mesmo lugar, foi construída, pelo Coronel José Cardoso Ramalho, uma nova igreja, concluída em 1714. É a atual, verdadeira jóia da nossa arquitetura colonial e, por isso mesmo, monumento tombado como integrante do patrimônio histórico e artístico nacional.

A freguesia de Nossa Senhora da Glória, desmembrada da de São José, foi criada por um decreto de 9 de agosto de 1834. Na freguesia foi logo fundada a Irmandade do Santíssimo Sacramento, uma vez que, naquela época e em todo o Brasil, eram numerosas as irman-

dades e confrarias. No Rio, após a Guerra do Paraguai, existiam mais de cem irmandades. Para matriz da freguesia da Glória foi inicialmente escolhida uma capela, dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, existente na Rua das Laranjeiras esquina da Rua do Conselheiro Pereira da Silva, pertencente ao Sargento-Mor Antonio Joaquim Pereira Velasco, Juiz de Paz do distrito. Por ser acanhada aquela capela particular, a Irmandade comprou, em abril de 1835 e por dois contos de réis, uma outra capela, existente no lado sul do Largo do Machado.

Era este, primitivamente, um local alagadiço, chamado Campo das Pitangueiras ou das Laranjeiras, por onde corria um braço do Rio Carioca. O nome do largo originou-se de um português chamado Machado, dono de um açougue e que trazia pendurado, na porta do estabelecimento, um enorme machado de madeira. Por volta de 1628, nele residia e tinha suas lavours o Padre Cosme Ramos de Moraes; a capela no seu flanco sul já existia em 1720. Com a vinda da Corte para o Brasil, o largo

veio a ter grande desenvolvimento, tendo sido demarcado e alinhado em 1810. Para isso muito concorreu o fato de que a Rainha Dona Carlota, não tendo boa convivência com Dom João VI, passava a maior parte do tempo em Botafogo e na Chácara que possuía na Rua do Catete e que se estendia até a Rua das Laranjeiras, ladeando o Largo do Machado. Em 1818 a Rainha reconstruiu a capela vizinha da sua chácara.

Em 1837, a Irmandade do Sacramento, considerando ser também pequena a capela que comprara, decidiu construir uma grande igreja, escolhendo como seu local o lado ocidental do Largo do Machado. Partes dos terrenos foram doadas por particulares, tendo um deles, Francisco Marques Leão, imposto a condição formal de que ninguém seria sepultado na nova igreja, como era costume na época. A Câmara Municipal colaborou, cedendo um terreno com dez braças de frente.

A pedra fundamental da igreja, conduzida pelo Imperador, foi lançada em 17 de julho de 1842, dia da Festa do Sacramento, em solenidade que contou com a presença do Bispo, da Irmandade e de grande massa de fiéis e de populares. Para comemorar o acontecimento, foi cunhada uma medalha de prata. Para encarregado geral da construção da igreja foi escolhido o Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava, que encarregou os Majores engenheiros Julio Frederico Koeler e Philippe Garçon Rivière para apresentar os projetos do conjunto arquitetônico. Uma portaria de maio de 1843 mudou a denominação do

largo para Praça da Glória, mas o povo conservou o nome tradicional.

O Rio, como Capital do Império, vivia uma época de grande progresso. Sua alfândega rendia mais que todas as outras reunidas do país; em março de 1854 surgia a iluminação a gás nas Ruas Direita (atual 1.º de Março), do Ouvidor, do Rosário e outras vizinhas. Mas as obras da igreja do Largo do Machado, certamente devido à sua grandiosidade, prosseguiram lentamente, chegando a ficar paralisadas durante alguns anos. Incansável na procura de recursos para as obras, o Padre Joaquim José da Costa Guimarães prosseguiu dirigindo a construção. Mas, pouco familiarizado com os problemas de arquitetura e de engenharia, prejudicou em alguns pormenores os planos originais dos Majores Rivière e Koeler. Este é, pelo menos, o parecer do destacado historiador Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo em seu famoso livro "O Rio de Janeiro — Sua História, Monumentos, Homens Notáveis, Usos e Curiosidades", editado pela Livraria Garnier em 1877. Enquanto isto, na Rua Marquês de Abrantes, outrora Caminho Novo de Botafogo, existente desde 1796, era inaugurada, em outubro de 1864, a Capela da Piedade, cujo arquiteto foi o Major José Maria Jacinto Rabello. Uma vez mais, o Largo do Machado mudou de nome, passando, em novembro de 1869, a ser oficialmente chamado Praça Duque de Caxias, o que também não foi aceito pelo povo.

Concluída finalmente a igreja, foi sagrada em 28 de setembro de 1872, pelo Bispo e, dias após, aberta ao

público. Ficou sendo uma das mais importantes do Rio, freqüentada pela melhor sociedade, sendo muito concorrida sua missa das onze horas aos domingos. O largo foi completamente remodelado e ajardinado por Glaziou. O majestoso templo, cuja fachada obedeceu ao estilo clássico, lembra a Madalena de Paris. Medindo 113 palmos de largura por 240 de comprimento, nele foi empregado granito nacional e não mármore importado, conforme opinião defendida por José Clemente Pereira e outros patriotas. Uma escadaria de treze degraus de cem palmos de comprimento dava acesso ao vestibulo formado por oito colunas de granito de 15 palmos de circunferência por 46 de altura. A torre, com 265 palmos de altura e com uma escada interna de 150 degraus de pedra lavrada, foi concluída em 1875. As despesas com a construção da igreja, até fins de 1872, alcançavam a importância, enorme para o tempo, de quinhentos e cinquenta e cinco contos e oitenta e três mil e duzentos e dezessete réis. Desde seus primeiros anos, a igreja passou a ser um centro de caridade e de assistência aos necessitados e aos desamparados, inclusive recebendo, para seus fins piedosos, contribuições e donativos de benfeitores, alguns dos quais têm seus retratos nela conservados em grandes quadros a óleo.

A denominação oficial do largo, em homenagem ao Patrono do Exército, foi novamente restabelecida e era a oficial ainda em 1947, quando a Biblioteca do Exército publicou o livro "Templos Históricos do Rio de Janeiro" de Augusto Maurício. A estátua equestre do Duque de Caxias, que durante muito tempo existiu no centro da praça, foi dali removida para a área em frente ao Quartel-General, durante o governo do Marechal Dutra. No mesmo lugar, ergue-se em nossos dias uma estátua de Nossa Senhora, em alto pedestal circundado por um pequeno lago com repuxos, no centro do Largo do Machado.

A presente nota decorreu de uma conversa que, recentemente, tivemos, lembrando os cem anos da bela igreja carioca, com o Coronel Helios Alberto Moore, grande entusiasta das tradições do Rio.

A Igreja de Nossa Senhora da Glória pode ser admirada sob vários aspectos. Começada a construir nos primeiros tempos de nossa independência política, assinala uma época grandiosa do Rio de Janeiro, cidade acolhedora que, irmanando, através dos tempos, brasileiros de todos os recantos, jamais deixou de ser uma síntese da nacionalidade. É também, como várias outras construções grandiosas, um marco da permanente contribuição do Exército, particularmente de seus engenheiros, para o desenvolvimento e beleza da Cidade Maravilhosa.

CAPITULO IV

DOS REPRESENTANTES

Art. 86 — Em cada Corpo de Tropa, Quartel-General, Repartição ou Estabelecimento Militar, haverá um representante da Revista, escolhido entre os assinantes ou associados.

Art. 87 — São deveres dos representantes:

- a) servir, em todos os atos, de intermediário entre a Revista e os assinantes;
- b) angariar assinantes, trazer a Administração informada sobre o movimento das assinaturas e a ela enviar semestralmente uma relação nominal dos oficiais prontos, no corpo, repartição, etc.;
- c) distribuir prontamente os números recebidos, devendo logo reclamar à Administração sobre quaisquer irregularidades do recebimento da Revista;
- d) enviar ao Diretor-Secretário os trabalhos dos colaboradores, e bem assim as sugestões ou reclamações provocadas pelos artigos publicados;
- e) receber as importâncias das assinaturas e remetê-las ao Diretor Administrativo, deduzidas as despesas indispensáveis à execução desse serviço;
- f) providenciar, quando tiver de deixar as suas funções, sobre quem o deve substituir, e entregar ao seu substituto todos os documentos relativos à Revista, de tudo dando conhecimento à Administração;
- g) remeter diretamente à Administração todas as quantias pertencentes à Revista e que se acharem em seu poder, quando tiver de passar a outrem as suas funções.

(Do Estatuto de A DEFESA NACIONAL.)

SUEZ

Dois Anos de Paz

NAHUM SIROTSKY

Vou ao canal de Suez com certa frequência. Agrada-me o passeio pelo deserto. A passagem por Gaza, com as suas ruas barulhentas de mercadores, desemboca no deserto. O contraste me descansa, principalmente porque, durante quilômetros, após isso, não vejo alma. Só de quando em quando cruço com um veículo militar, ou um preguiçoso camelo levando o seu dono beduíno ao mercado ou à aldeia que se confunde com as dunas e só se percebe que existe quando se chega a ela.

Nas primeiras vezes, há alguns anos, a coisa era diferente, as emoções eram mais fortes porque vinham do medo. Procurava-se evitar Gaza, e os acampamentos de refugiados palestinos ao redor porque havia sempre a possibilidade de se acabar vítima de um terrorista. Poucos eram os dias em que não se ouvia de um lançamento de granada, de mina que explodia ao peso de um veículo, de tiro de fuzil acertando em curioso. No deserto, o homem de roupa apropriada não é visível. Quando avançava pela rodovia que corta as dunas ligava o rádio o mais alto possível para

ver se o barulho, fosse qual fosse, me despreocupasse. Cada sombra que percebia sugeria-me um guerrilheiro. Os beduínos nos seus camelos, ou o pastor guiando as magras ovelhas, podiam ser membros de alguma organização terrorista e estarem na espreita. A prala de El Arish, que tanto me lembra aquelas do Recife e do Ceará, com altas tamareiras conseguindo viver não-sei-de-quê, só consegui ver depois que ficou para trás.

Acerca de 10 ou 15 quilômetros do canal começava outra fase da tortura. A recomendação era de que se aumentasse ao máximo a velocidade para reduzir ao mínimo as possibilidades de ser atingido por um obus egípcio. Em Cantara, cidade que a guerra de atrito destruiu — literalmente — pulava-se com o carro por grandes pedras, sempre com a esperança de que nada ocorresse que pudesse forçar-me a parar. Só me sentia mais ou menos a salvo quando chegava às posições fortificadas onde os israelenses, de improvisados abrigos, replicavam ao fogo vindo do lado oposto. Uma vez lá rezava — e não

exagero ao dizê-lo — que o momento da batalha fosse para depois de meu retorno a Telaviv.

MEDO

Já me esqueci das vezes que o senti nas revoluções e guerras civis que fui observar, no anteguerra de 1967 quando, como todos aqui, tinha a certeza de que a hora do juízo final estava chegando, pois a qualquer momento os árabes, 400 mil deles, concentrados ao redor de todas as fronteiras dos 22 mil quilômetros de Israel de então, distante a tiro de canhão de Telaviv, chegariam para o massacre que prometiam.

Medo é coisa com a qual ninguém se habitua. Mas, o que é que se pode fazer? Recordo-me, por exemplo, de minha primeira visita a Jerusalém antiga, no mesmo dia em que foi conquistada pelos israelenses. Jeito funciona em qualquer país e, de uma forma geral, em todas as circunstâncias. A cidade estava fechada aos civis. Ainda existiam focos de resistência de franco-atiradores da Legião Árabe, os magníficos soldados jordanianos cuja coragem só se equivale à sua habilidade na luta. Os soldados judeus faziam o que em uma linguagem militar se chama de "limpeza". Buscavam o inimigo para eliminá-lo ou prendê-lo. Um amigo, altamente colocado, propôs levar-me até o Muro das Lamentações. Havia o medo. Mas na hora sempre se dá um jeito. Resolvemos entrar por uma das portas laterais em cujas proximidades faziam veículos militares destruídos e alguns mortos. Caminhamos lenta e cuidadosamente,

junto às paredes, parando aqui e ali quando ouvimos tiros. Chegamos ao Muro apertado por ruas estreitas, meio escondido por montanhas de lixo. Só deu tempo mesmo para dizer algumas rápidas palavras. Voltamos praticamente a galope. Havia ruídos de muitas lutas, o silvo característico da bala isolada batendo contra a pedra e o trac-trac da metralhadora portátil. Fazia um calor daqueles do verão *cananita*, de 35 à sombra, e nunca senti tanto frio. Hoje, no entanto, passava-se por toda a cidade. Passava-se da nova, construída pelos judeus nos últimos 70 anos, para a velha, de antes de David, onde não faltam vestígios dos templos mosaicos, das destruições romanas e sirio-gregas, das lutas dos cruzados, de Saladino, da Paixão de Jesus, sem se sentir que um dia foram duas. Os restaurantes árabes, gregos e armênios, da cidade murada, de estreitas vielas e casas milenares, vivem abarrotados de judeus ou turistas. O *bazaar* prospera com as liras israelenses.

No Santo Sepulcro há um lugar que a tradição diz que é o centro exato do mundo. Agora, diante da multiplicidade de línguas ali ouvidas e do inesquecível anoitecer quando ao mesmo tempo em que badalam os sinos das igrejas, o *mohazim* chama do alto das mesquitas para a prece — chega-se a imaginar que é isso mesmo. No entanto, não faz tempo em que os terroristas também ali estavam. Eu mesmo não estava muito distante do restaurante da Universidade Hebráica quando ali explodiu uma bomba.

Creio já ter contado que um dos passatempos favoritos no Canal é aquele do diálogo. A distância entre as duas margens é insignificante. Em alguns trechos é de umas dezenas de metros. Não é preciso muito esforço para indivíduos nelas colocados conversarem. Sempre que ali vou puxo o *papo* com o *inimigo*. Há sempre alguém disposto a responder. Há sempre alguns que falam o francês ou o inglês, pois que entre os soldados há universitários. Antes da expulsão dos russos por Sadat, os meninos israelenses ainda recebiam nova explosão a qualquer momento. Eles sabiam das frustrações egípcias diante da bandeira azul e branco que tremula na margem ocupada pelos judeus. Além do mais, havia os soviéticos, fáceis de serem observados em ação com o uso de binóculos comuns. Eles ali se encontravam não apenas para treinar os soldados de Sadat, ou ajudá-los no comando das baterias de mísseis antiaéreos. Eram como reféns contra uma invasão. As reações israelenses tinham de ser, por isso mesmo, medidas e controladas. Era preciso evitar a provocação que forçasse a mão russa.

Mas hoje, ao menos pelo momento, o perigo passou. Os egípcios estão sós. Dispõem, é verdade, de poderosos canhões, e outras armas. Os mísseis ficaram em poder deles. Mas o balanço do poder passou a ser inteiramente favorável aos israelenses cuja superioridade técnico-militar já lhes deu três vitórias sobre os árabes. Eles, agora, ainda mais do que antes, gozam das in-

superáveis vantagens de terem entre as suas fortificações — as chamadas Linhas Bar-Lev — e as posições egípcias, as águas do canal, obstáculo que para ser vencido na guerra moderna exige superioridade aérea. Além disso, por trás, estão os vastos quilômetros do deserto concedendo-lhes profundidade estratégica, dando-lhes o campo para manobrar as suas forças sem porerem em risco as suas próprias cidades.

EM GAZA

Há calma também por toda a faixa de Gaza onde se concentram, numa estreitíssima área, cerca de 300 mil habitantes. Durante os dias da ocupação egípcia a cidade, onde Sansão destruiu o templo morreu com os chefes dos inimigos da Israel de antanho, e onde Dalila chorou a sua traição, era, literalmente, um campo de concentração. Os seus habitantes estavam proibidos de se movimentarem para fora da região que era considerada zona de ocupação militar. As razões eram simples: o Cairo queria manter vivas as tensões da questão palestina. Agora, depois de eliminado o último dos guerrilheiros, ela prospera nas mãos de um prefeito árabe, eleito pelos seus habitantes, um homem que é um líder na oposição política à ocupação israelense. Há dias voltou ele de uma viagem ao redor do mundo árabe e, numa entrevista à televisão judia, semi-oficial, fez questão de declarar que "os palestinos iriam cuidar de seu destino quando se

livrassem dos seus ocupantes". Os habitantes de Gaza movimentam-se livremente entre a sua e cidades israelenses onde trabalham.

A mesma política inteligente adotada na Faixa produziu resultados ainda mais fantásticos no chamado Braço Ocidental do Jordão: a Cisjordânia ocupada. Os ocupantes israelenses nada fizeram para modificar o *status quo*. As cidades continuam governadas por prefeitos eleitos pelos seus habitantes que têm a mais ampla liberdade de ação administrativa. Há liberdade de opinião política. Um diário árabe independente critica os israelenses diariamente. Os líderes políticos proclamam abertamente a sua ambição de autonomia. Os 600 mil habitantes dessa área que Jerusalém prefere chamar de Samaria e Judéia, onde estão Jericó do batismo de Cristo, o túmulo de Raquel, Hevron com os túmulos dos Patriarcas Judeus, Abraão, Isaac, Jacó, Sara, Rebeca, Léa (os árabes que dele cuidam insistem que ali também se encontram Adão e Eva mas os sírios afirmam que o casal do primeiro pecado foi sepultado nas proximidades de Damasco), onde vivem os últimos samaritanos, jamais viveram economicamente tão bem. A renda bruta da região se expande na média anual de 35%. Boa parte de sua mão-de-obra ocupa-se de trabalhos no território israelense propriamente dito, onde percebe salários tão altos quanto aqueles pagos aos judeus. Há serviços médicos gratuitos, assistência técnica à agricultura.

PONTE

A Cisjordânia exporta todos os seus produtos para a Transjordânia, a pequena área que sobrou ao Rei Hussein, de Amã, depois da sua derrota em 1967, e do erro que cometeu em acreditar que Nasser estava vencendo. Hussein permite os contatos entre as duas margens. É inteligente e sabe que é a sua única esperança de poder manter uma certa influência sobre os habitantes das áreas perdidas. O intercâmbio se faz pela Ponte Allenby, através do Jordão, nome que lembra o general inglês que à frente de suas tropas reconquistou a Terra Santa para o Ocidente, em 1917, depois das centenas de anos de ocupação árabe e muçulmana. Lembro-me dela dos dias, não muito distantes, quando na aproximação corria-se o perigo de se ser atingido por guerrilhas escondidas na margem oposta. Pelo rio invadiam Israel os *fatah* para as suas operações de sabotagem. E tinham todo o apoio do Rei que ainda sonhava com a reconquista das terras perdidas pela força, e com a liderança do mundo árabe. Ele, afinal das contas, é um hashemita, um descendente direto do Profeta Maomé, bisneto do Rei de Meca e Medina que perdeu o seu lugar e trono a Ibn Saud, pai do atual monarca da Arábia Saudita. Faïçal mandou os seus dois filhos colaborarem com o histórico Lawrence, da Arábia, na revolta contra os turcos. E foi assim que um deles, Abdula, recebeu a Jordânia de recompensa dos ingleses. O outro acabou Rei do Iraque. Ambos tiveram morte

violenta. Abdula, nas mãos de um fanático que o acusava de estar pensando em fazer a paz com Israel, Faïçal, o irmão, durante uma das muitas revoluções porque passou Bagdá nos últimos anos.

O cessar-fogo de fato com a Jordânia veio depois da guerra civil entre as tropas beduínas do Rei e a guerrilha palestina. Até hoje ignora-se o número exato de mortos. Mas os terroristas foram expulsos, e a paz restabelecida no reino. Hussein descobriu que a sua melhor esperança estava na saída política, em se aproximar o máximo dos poderosos, e aguardar pelos resultados da proteção. Ficou com os Estados Unidos, repelindo as tentativas russas de se infiltrar em seu reino. Mas, com isso, transformou-se no maior inimigo dos palestinos que não lhe perdoam o massacre nem das guerrilhas nem de seus irmãos vivendo na Transjordânia. Eles não querem voltar a ser parte de Amã, querem um caminho próprio, autônomo e autóctone. O Rei, porém, prefere jogar com o tempo, a única arma de que dispõe e que, talvez, acabe ajudando-o.

Ver para crer. O General Dayan pensa assim. É um pragmático. O vencedor dos árabes é o principal defensor dentro do Governo. Foi ele quem inventou a política da ocupação, e teve a idéia das visitas de verão. A idéia era a de facilitar aos habitantes da Cisjordânia contatos diretos com os seus parentes espalhados por todo o mundo árabe. Caldeirão destampado não explode. A possibilidade de viverem num máximo de normalidade contribuiu

para a imposição da paz e da calma onde, hoje, depois da experiência de cinco anos de vida conjunta com Israel, parece se ter compreendido que não teriam como resolver o conflito pelas armas. A história árabe é tão antiga quanto a judaica. Eles esperam. Enquanto isso, nos três meses do calor, dezenas de milhares chegam para visitá-los, vindos do Koweit, da Arábia Saudita, do Egito. No primeiro ano do programa só vieram 10 mil, chegando todos com receio de serem mortos. A propaganda unilateral, não neutralizada por versões opostas, tem disso: acaba dando a mitos a aparência de verdade.

Em 1972, 150 mil visitantes árabes cruzarão a Ponte Allenby. As expectativas são de muitos mais no próximo ano. O redator-chefe do principal jornal do Cairo, o *Al Ahran*, agora afirma que esse turismo é mais fatal à causa árabe do que os aviões israelenses. Aqueles que vêm, chegam, movimentam-se livremente, banham-se nas praias de Telaviv, assistem aos acontecimentos culturais do Festival de Verão, sentam-se nos restaurantes judeus de Jerusalém. Ninguém os incomoda ou lhes presta atenção. São um fato normal, rotineiro. Mensalmente, cinco mil pedem para permanecerem em Israel. Milhares chegam para serem tratados nos hospitais locais, gratuitamente conforme a lei que assim manda fazer.

A situação nas demais fronteiras também é de calma relativa. Ao longo das elevações do Golan, conquistadas aos sírios, vão surgindo colônias agrícolas judias. As estradas, distantes poucos qui-

lômetros das posições avançadas sírias, são percorridas pelos turistas. E só ao longo da fronteira com o Líbano que ainda existem problemas. Do lado oposto está o *fatahland*, a zona onde se concentraram, depois de expulsos da Jordânia, os guerrilheiros e terroristas. Nos últimos dois anos por inúmeras vezes penetraram eles em Israel, atacaram com as suas bazucas e morteiros centros urbanos locais. Mas as réplicas sempre foram violentas e efetivas.

CESSAR-FOGO

Do Golan se vê a Galiléia, e se observa o monte Hermon, permanentemente coberto de neve. Em Metula, uma simples grade separa Israel do Líbano. A olho nu se podem ver as vilas onde se concentram os terroristas. Mas, depois das recentes represálias, dos seus efeitos sobre os camponeses libaneses que se viram ameaçados de terem de abandonar as suas terras, e da realização por Beirute de que Jerusalém não se deixaria assustar pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, ignorá-lo-ia dentro da orientação de que "só haverá paz do lado de lá se houver no de cá", impôs novo acordo aos guerrilheiros, obrigando-os a suspenderem provisoriamente as suas operações.

Não se pode prever por quanto tempo permanecerá essa calma que, há poucas semanas, chegou ser tão brutalmente rompida pelo massacre de inocentes no Aeroporto de Lod por um grupo de três japoneses a serviço da Frente Popular de Libertação da Pales-

tina. Existe o cessar-fogo mas nada foi resolvido. Todos os fatores da crise continuam.

A história do cessar-fogo com o Egito não está contada. Faltam muitos detalhes que só serão conhecidos no dia em que forem abertos os arquivos de Moscou, Washington, Cairo e Jerusalém. Foi, porém, uma decisão que beneficiou a ambos os países, e afastou as possibilidades de nova conflagração.

Lembro-me do momento em que Nasser, então vivo, proclamou a "guerra de atrito". Dispondo de reservas aparentemente ilimitadas de armas russas ele se propunha a desgastar os israelenses por uma guerra de posições ao longo do canal. Jerusalém se defrontava, então, com o problema da falta de um fornecedor de armas. Inferiorizados em artilharia os israelenses transformaram a sua Força Aérea na artilharia que lhes faltava. Ao fim do primeiro ano da batalha o Egito jazia outra vez derrotado. Todas as principais fortificações estavam destruídas. E os aparelhos judeus penetravam o interior do país sem a menor cerimônia ou preocupação. As vezes, à noite, voavam até o Cairo onde assustavam a população com o "boom" da superação da barreira do som. O país estava desmoralizado. Os russos vieram em socorro, instalando mísseis, assumindo a defesa aérea interna com pilotos soviéticos e aviões. Os israelenses passaram a se limitar apenas à zona do canal. De quando em quando, para demonstrarem que poderiam cruzá-lo, mandavam tropas de comandos em operações

tipo filme de mocinho dentro do território inimigo. Tornou-se provável um choque maior com o envolvimento direto russo. Os americanos intervieram com a proposta do cessar-fogo temporário.

EXPANSÃO

Os israelenses concordaram em que houvesse o cessar-fogo bilateral. Mas os egípcios, aparentemente animados com a presença soviética, resistiam. Eles não queriam apenas o cessar do fogo mas, também, uma retirada simbólica judia das margens do canal, ao que os israelenses disseram não. Foi só recentemente que se soube do fator que precipitou o entendimento. Num encontro aéreo sobre o canal quatro aviões egípcios foram derrubados para nenhuma perda israelense. Os quatro eram pilotados por russos que já haviam perdido oficiais e soldados na batalha terrestre. O cessar-fogo terá sido decidido com influência soviética, certamente com a promessa a Nasser, logo reafirmada a Sadat com a morte daquele, da instalação do mais poderoso sistema de defesa anti-aéreo e reforço das armas egípcias. No instante mesmo em que se iniciou o cessar-fogo começou a instalação dos mísseis. Por dias parecia que tudo iria explodir novamente. Esteve-se realmente muito perto de uma crise que poderia ter sido mundial. Jerusalém, porém, acabou se calando quando passou a receber armas americanas na forma de compen-

sação por não agir de imediato contra o inimigo.

Desde então o poder militar israelense cresceu tremendamente. Hoje, esse pequeno país de três milhões é uma potência militar respeitável, dispondo, provavelmente, da mais poderosa força aérea da área mediterrânea. Dois anos se passaram. A economia do país se expandiu brutalmente. Cresceu a imigração de judeus de todo o mundo. E, de forma surpreendente, a URSS começou a permitir a saída de uns tantos milhares de seus judeus, insatisfeitos com o regime e com o fato de serem classificados como cidadãos de segunda classe.

Mas houve bem mais. O Egito se transformava em satélite soviético. Sadat, sem a habilidade de Nasser, nem o prestígio desse ou seu carisma, parecia ter vendido a alma em troca de armas e da possibilidade de poder utilizar o poder de seus aliados tanto na arena política como militar. Bases aeronavais russas foram construídas no país. As probabilidades de um choque israelo-russo cresceram e, com elas, aquelas de um choque russo-americano.

Aproveitando-se de sua nova força Sadat fez novas ameaças que jamais cumpria. Mas nós, aqui, vivendo na região, sempre ficávamos na dúvida até o último instante do ultimato. Em maio de 1967 não se imaginava que iria haver guerra, no fim do mês havia a certeza que ocorreria. Durante meses corria-se o perigo de atentados terroristas dentro da própria Telaviv. Na região só se pode ter certeza mesmo no dia seguinte.

Mas agora é óbvio que os russos tinham os seus objetivos que não coincidiam com aqueles do Cairo. A URSS pretendia instalar-se definitivamente na zona sem por isso pagar o preço de se arriscar a um confronto com os americanos. Gastou US\$ 7 bilhões no Egito, mas não pretendia de forma alguma jogar-se à aventura militar. Os oficiais e soldados soviéticos servindo no Egito, instruindo os seus colegas árabes, perceberam que se passariam muitos anos ainda até que o Cairo tivesse condições para a batalha. E compreenderam que a "unidade árabe" era inconstituível nas circunstâncias, ou, talvez, inatingível de todo. Jogaram na situação de não-guerra, não-paz, pragmaticamente aguardando a oportunidade das pressões definitivas e decisivas sobre Israel. Talvez já se tivessem convencido de que os seus protegidos teriam de pagar o preço do reconhecimento do Estado judeu dentro de fronteiras seguras. Sadat inquietou-se.

"DÉTENTE"

Tudo se confirmou na Conferência de Cúpula de Moscou, depois da surpreendente visita de Nixon a Pequim. As duas superpotências mostraram-se empenhadas numa *détente*. A Rússia revelou-se mais interessada na neutralização de suas fronteiras europeias, e na ajuda econômico-científica americana para o seu desenvolvimento, do que em resolver a qualquer custo o problema dos territórios árabes perdidos. Sadat expulsou os russos

e se enfraqueceu ainda mais. Agora é definitivamente o mais fraco. Ele pode voltar a atirar no canal mas não terá como manter o fogo por muito tempo. A guerra da reconquista está mais do que nunca além das suas possibilidades.

Tres anos. De 1967 a 1970 agosto, por todas as fronteiras de Israel com o mundo árabe, registraram-se cerca de 17 mil incidentes violentos, religiosamente contados pelos observadores internacionais. No período, o primeiro do pós-guerra, foram feridos 700 civis e mortos 190. 2 mil soldados sofreram ferimentos, perto de 900 foram mortos. Mas a paz que reina desde então, a desses dois últimos anos, também foi custosa.

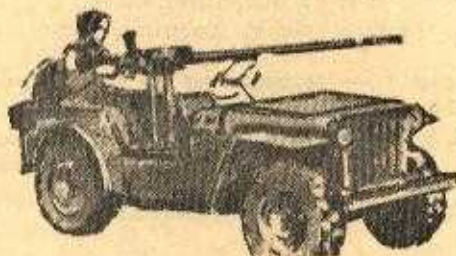
O cessar-fogo regional é, na prática, menos fogo. De agosto de 70 a junho de 72, 250 incidentes violentos foram registrados nas fronteiras com a Jordânia, 270 naquelas com a Síria, 248 com o Líbano. Cerca de 214 civis foram feridos por guerrilheiros desde então, 56 mortos. Entre os soldados 240 foram feridos e 50 mortos. Antes da paz de Gaza as guerrilhas mataram 390 dos seus, em crimes de vingança, ou na política de estabelecerem o terror para evitarem a normalização.

Até quando irá isso? Israel quer uma paz por negociações que lhe assegure as suas primeiras fronteiras reconhecidas e seguras, e lhe abram as portas para uma reconciliação com o mundo árabe. Os árabes persistem na demanda de prévia desocupação de todos

os seus territórios como condição a aceitarem a discutir o futuro. Ninguém quer pagar adiantado pela paz. A ausência de confiança é total. E com os tempos que passam mais e mais os territórios se integram na economia israel-

lense, mais e mais difícil se torna para ambos a separação um do outro. A solução estará, talvez, no futuro. Mas esse ninguém até agora conseguiu ver.

(Do "Jornal do Brasil")



COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 folhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — Autorização (quando for o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carmin, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "A DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".